



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



A GEOGRAFIA DE PEQUENOS COMÉRCIOS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL

Lindalva Alves Silva Porto

Orientadora: Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Manaus-AM
2025

LINDALVA ALVES SILVA PORTO

A GEOGRAFIA DE PEQUENOS COMÉRCIOS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEOG do Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, nível mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na linha Espaço Território e Cultura na Amazônia,

Orientadora: Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Manaus - AM
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P853g Porto, Lindalva Alves Silva
 A Geografia de pequenos comércios em área de risco social / Lindalva
 Alves Silva Porto. - 2025.
 159 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Ivani Ferreira de Faria.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2025.

 1. Comércio informal. 2. Rip-rap. 3. Território. 4. Áreas de risco social.
 5. Vulnerabilidade urbana. I. Faria, Ivani Ferreira de. II. Universidade
 Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
 Título

LINDALVA ALVES SILVA PORTO

A GEOGRAFIA DE PEQUENOS COMÉRCIOS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

Aprovado em: 28 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



IVANI FERREIRA DE FARIA

Data: 26/09/2025 13:53:26-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria, Presidente
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG – UFAM)

ISAQUE DOS SANTOS
SOUZA:64348890382

Assinado de forma digital por

ISAQUE DOS SANTOS

SOUZA:64348890382

Dados: 2025.09.26 21:57:44 -04'00'

Prof. Dr. Isaque dos Santos Souza
Universidade Estadual do Amazonas

Documento assinado digitalmente



PAOLA VERRI DE SANTANA

Data: 01/10/2025 08:32:56-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Paola Verri de Santana
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG – UFAM)

Aos meus filhos, Lorena Silva Porto e João Victor Silva Porto, que são minha maior inspiração e motivação diária. Cada sorriso e abraço de vocês me deram forças para continuar essa jornada, mesmo nos momentos mais desafiadores. Que este trabalho sirva como prova de que a dedicação e o esforço sempre valem a pena.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos de exaustão e incerteza, oferecendo apoio, palavras de incentivo e, muitas vezes, simplesmente uma boa conversa para aliviar o peso da caminhada. Sem vocês, esse percurso teria sido muito mais árduo.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus, pela saúde, força e sabedoria para enfrentar este novo desafio que marcou minha vida.

À UFAM, pela oportunidade de poder realizar meus estudos em Manaus - Brasil. Ao programa de pós-graduação em Geografia - PPGGEO e FAPEAM pelo apoio financeiro que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa e o processo de formação.

Aos professores que contribuíram para minha formação e que serviram de inspiração ao longo do caminho, Ivani Ferreira de Faria, Adorea Rebello da Cunha, João Cândido André da Silva, Amélia Regina Batista, Paola Verrí de Santana, Tiago Maika Müller Schwade.

À minha orientadora Dra. Ivani Ferreira de Faria por sua contribuição e apoio, ao deixar sua marca, por sua qualidade humana e acima de tudo pela humildade.

Ao Dabukuri – Planejamento e Gestão do Território como grupo de pesquisa, sobretudo como família, grato por ter me recebido e me fazer sentir em casa, por ter contribuído muito em minha formação acadêmica.

Aos meus colegas e amigos Cirlene, Gercy, Fernando, Acácio, Thaline que apoiaram, fazendo com que minha estadia fosse tão agradável, pessoas que contribuíram e me acompanharam no decorrer desse caminho, cuja companhia e colaboração fizeram dessa rota um percurso menos íngreme.

Às pessoas na área de estudo que colaboraram na minha pesquisa, especialmente para Joziane e Leidenaura, cuja contribuição e apoio foram fundamentais.

Aos comerciantes das áreas de risco social, sem sua colaboração não teria sido possível esta pesquisa, merecedores de admiração por sua tenacidade e modo de encarar a vida, sendo os sujeitos que inspiraram este trabalho, o meu muito obrigado.

RESUMO

O bairro Zumbi dos Palmares, em Manaus/AM, enfrenta desafios significativos que limitam seu desenvolvimento, incluindo atraso tecnológico, altos índices de pobreza, criminalidade e desigualdade social. Este estudo focou nos Setores I e III do bairro, para analisar o processo de territorialização dos pequenos comércios em áreas de risco social, investigando sua importância para a economia local e a subsistência dos moradores. A pesquisa abordou a relação entre os pequenos comércios, vulnerabilidade urbana e resistência social nessa área denominadas de Rip-rap em Manaus/AM. A pesquisa é de caráter qualitativo, a partir de levantamento de fontes secundárias, bibliográficas e documentais; fontes primárias, por meio de observação direta com registros fotográficos e conversas dialogadas com 15 comerciantes e moradores. Apesar de ser uma solução para a geração de renda o pequeno negócio não é apenas uma atividade, mas uma estratégia de sobrevivência. Isso significa que, em contextos de vulnerabilidade social e falta de oportunidades formais de trabalho, vender produtos ou prestar serviços de maneira informal se torna a principal, ou única, forma de garantir uma renda para essas famílias. É uma alternativa econômica para minimizar as dificuldades do mercado de trabalho formal, que exige qualificações, experiência ou poucas vagas disponíveis. A pesquisa mostrou que os pequenos comércios informais são estratégias de sobrevivência para muitas pessoas. Ele gera renda, mas vem com muitos desafios, como a falta de direitos trabalhistas, o risco de fiscalização e a ausência de apoio do governo, além disso, o estudo destacou como a necessidade de vender transforma o espaço, ruas e vielas, e se tornam pontos de venda improvisados, mostrando a capacidade dos comerciantes de se adaptarem com criatividade mesmo em ambientes desfavoráveis. Dessa forma, as áreas de risco como o rip-rap não apenas revelam os desafios impostos pela precariedade urbana, mas também evidenciam estratégias de resistência e reinvenção da vida econômica por parte dos moradores, que transformam esses lugares em espaços de sobrevivência, trabalho e pertencimento.

Palavras chaves: Comércio informal, Rip-rap, Território, Áreas de risco social, Vulnerabilidade urbana.

ABSTRACT

The Zumbi dos Palmares neighborhood in Manaus, Amazonas, faces significant challenges that limit its development, including technological backwardness, high rates of poverty, crime, and social inequality. This study focused on Sectors I and III of the neighborhood to analyze the process of territorialization of small businesses in socially at-risk areas, investigating their importance to the local economy and the livelihoods of residents. The research addressed the relationship between small businesses, urban vulnerability, and social resistance in this area known as Rip-rap in Manaus, Amazonas. The research is qualitative, based on a survey of secondary sources, both bibliographical and documentary; primary sources, through direct observation with photographic records and conversations with merchants and residents. Despite being a solution for income generation, small businesses are not just an activity, but a survival strategy. This means that, in contexts of social vulnerability and a lack of formal job opportunities, selling products or providing services informally becomes the primary, or only, way to guarantee income for these families. It's an economic alternative to mitigate the difficulties of the formal job market, which requires qualifications, experience, or limited available positions. The research showed that small, informal businesses are survival strategies for many people. They generate income, but they come with many challenges, such as the lack of labor rights, the risk of inspection, and the absence of government support. Furthermore, the study highlighted how the need to sell transforms space, streets, and alleys, and they become improvised points of sale, demonstrating the ability of traders to adapt creatively even in unfavorable environments. Thus, risk areas like rip-rap not only reveal the challenges posed by urban precariousness but also highlight strategies of resistance and reinvention of economic life by residents, who transform these places into spaces of survival, work, and belonging.

Keywords: Informal trade, Rip-rap, Territory, Areas of social risk, Urban vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEAM - Assembleia Legislativa do Amazonas

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROSAMIM - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tendência da informalidade no Amazonas.....	30
Figura 2 – Zumbi I acesso ao bairro Armando Mendes.....	40
Figura 3 – Rip-rap Zumbi I.....	40
Figura 4 – Estabelecimentos comerciais da área de estudo.....	41
Figura 5 – Área de estudo Zumbi dos Palmares Manaus-Am.....	42
Figura 6 – Impacto das chuvas na vida dos moradores	43
Figura 7 – Comércio de dona Helen setor III	46
Figura 8 – Localização da área de estudo.....	60
Figura 9 – Pontos comerciais acessados.....	65
Figura 10 – Comércio da dona Teresa setor III.....	69
Figura 11 – Comércio setor I.....	69
Figura 12 – Rua drª Yolanda Zumbi I.....	77
Figura 13 – Rua dr. Resende para para o rip-rap do zumbi I	77
Figura 14 – Comércio zumbi setor III	78
Figura 15 – Comércio do sr. Lucas	80
Figura 16 – Acesso para o Comércio do sr. Lucas Setor III.....	80
Figura 17 – Passarela improvisada para acesso dos moradores	83
Figura 18 – Sistema de iluminação precário	83
Figura 19 – Igarapé transformado em esgoto	83
Figura 20 – Comércio setor III	88
Figura 21 – Ponte que dá acesso a área de estudo setor III	88
Figura 22 – Comércio na visita de 2024.....	91
Figura 23 – Comércio de dona Ane setor III.....	91
Figura 24 – Vedas fracionadas	92
Figura 25 – Comercio de dona Helen construído sobre a ponte.....	95
Figura 26 – Comércio de dona. Zira, no areal.....	96
Figura 27 – Comércio de dona. Zira, no areal.....	106
Figura 28 – Área de estudo 2024.....	107
Figura 29 – Um dos pontos com acesso a área de estudo	107
Figura 30 – Condição da rua de areia, moradores sujeitos a poeira e erosão.....	107
Figura 31 – Durante a grande chuva em 2024.....	117
Figura 32 – Durante a grande chuva em 2025.....	118
Figura 33 – Área de estudo setor III em 2024	141
Figura 34 – Impactos sociais e ambientais sofridos por essas famílias.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Art.1º da lei complementar do plano diretor urbano e ambiental de Manaus- Am	33
Quadro 2 – Tipos de comércios encontrados na área de estudo Bairro Zumbi dos Palmares setores I e III.....	62
Quadro 3 – Situação dos pontos comerciais identificados na área de estudo	63
Quadro 4 – Tipos de comércios em funcionamento e seus respectivos produtos Zumbi dos Palmares Setores I e III.....	63
Quadro 5 – Perfil dos comerciantes da área de estudo Zumbi dos Palmares – Setores I e III	100
Quadro 6 – Instrumentos de Gestão Urbana Participativa (Art. 5º da Lei Complementar nº 671/2002 – Manaus-Am	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAPÍTULO 1- PEQUENOS NEGÓCIOS E SUAS IMPLICAÇÕES	
SOCIOECONÔMICAS	27
1.1 Pequenos negócios e o espaço urbano	30
1.2 Pequenos negócios e a economia local em contextos de Risco Social	41
1.3 Comércio nas margens de rip-rap	44
1.4 Os desafios dos pequenos comércios em áreas de risco social	47
1.5 A Interface entre pequenos negócios e áreas de risco social	59
1.6 Economia de resistência pequenos negócios em áreas de risco social	66
2 CAPÍTULO II- PEQUENOS NEGÓCIOS NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES	
SETOR I E III: DA ORIGEM A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	82
2.1 Migração, Rip-rap e os pequenos Comércios	83
2.2 As trajetórias e suas motivações: a territorialização	88
2.3 Escolaridade dos comerciantes: barreiras invisíveis ao pequeno negócio	98
2.4 O negócio local e o risco socioambiental	105
2.5 Obstáculos ao crescimento dos pequenos negócios: a segregação socioespacial	113
3 CAPÍTULO III - DA INOVAÇÃO A CRIATIVIDADE DOS PEQUENOS	
NEGÓCIOS NA ÁREA DE RIP-RAP NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES	120
3.1 Do fornecedor ao cliente	124
3.2 Entre areias e pontes: desafios e invenções cotidianas	130
3.2.1 Quando comunicar é estratégia: atender com proximidade	132
3.3 Limites barreiras e estratégias	134
3.4 Viver bem, um ato de cidadania	136
3.5 Entre a sobrevivência e o enfrentamento	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
4 REFERÊNCIA	154

INTRODUÇÃO

O estudo a seguir é o resultado das questões surgidas a partir da observação diária, da dinâmica comercial distribuída dos pequenos comércios em área de risco social do bairro Zumbi dos Palmares, setores I e III. É uma área que apresenta características de vulnerabilidade social e ambiental onde as condições de trabalho se manifestam de maneiras diferentes, como resultado de um sistema de exploração que ampliou a lacuna da desigualdade social refletida na precariedade do trabalho, onde as pessoas não conseguem se integrar ao mercado de trabalho e muito menos obter as condições de trabalho, denominado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de Trabalho Digno, forçados a buscar alternativas de inclusão na estrutura social por meio de ocupações em condições precárias. Trata-se, então, de atividades realizadas nos cômodos de suas moradias pertencentes à denominada economia informal.

É conhecida como economia informal todas aquelas atividades produtivas que não estão contidas na produção nacional ou atividades realizadas por pessoas que deveriam estar em uma estrutura legal e regulamentar (OIT, 2013). O setor informal é uma parte essencial que sustenta a economia da área de vulnerabilidade social e ambiental.

Nos últimos anos, o empreendedorismo ganhou notoriedade, sendo visto como um instrumento crucial para o desenvolvimento regional através da criação de micro e pequenas empresas, em especial na forma de empreendedorismo popular ou de subsistência, caracterizado por iniciativas voltadas principalmente à geração imediata de renda e à manutenção das condições de vida em contextos de vulnerabilidade social

No entanto, um dos maiores desafios é o estudo da economia informal. A complexidade em compreender a lógica dessas atividades resulta na falta de uma definição concreta, manifestada em inúmeros estudos e abordagens diferentes. Essa diversidade conceitual reflete a multiplicidade de formas de organização, estratégias de sobrevivência e relações sociais presentes nos pequenos negócios informais, que nem sempre se enquadram nas categorias tradicionais da economia formal, exigindo análises que considerem aspectos culturais, territoriais e sociais específicos de cada contexto.

Para Soto (1989), por exemplo, a informalidade decorre do excesso de burocracia e da dificuldade de acesso à legalidade, sendo uma alternativa racional dos pobres para sobreviver. Já Castells e Portes (1989) entendem a economia informal como parte integrante do capitalismo, associada a transformações estruturais e à exclusão social. Na perspectiva do trabalho precário, Standing (2011) argumenta que o avanço da informalidade revela o crescimento de uma nova classe trabalhadora – o precariado – marcada pela insegurança,

instabilidade e falta de proteção social. Além disso, autores como Souza (2008) destacam que a informalidade também deve ser lida à luz da segregação urbana, sendo uma forma de resistência diante da marginalização territorial e do abandono do Estado. Essa diversidade de perspectivas dificulta a criação de um entendimento unificado sobre o tema.

A atuação dos pequenos negócios em área de territórios periféricos, como o Zumbi dos Palmares, evidencia a centralidade dessas práticas na dinâmica urbana local. Essas atividades, altamente visíveis no espaço público, tornam-se não apenas estratégias de sobrevivência, mas também formas de resistência diante da exclusão do mercado formal de trabalho. Como afirma Souza (2009, p. 157), “o comércio informal de rua é uma manifestação cotidiana e visível da luta pela sobrevivência nas periferias urbana”.

Esse argumento dialoga com autores como Souza (2008), que analisa os pequenos negócios em áreas de risco social. A presença de pequenos negócios é notável em áreas de vulnerabilidade social, onde impactam diretamente a economia local, no entanto, esses negócios frequentemente enfrentam deficiências no controle financeiro, o que leva seus proprietários a buscarem recursos externos. Nesse contexto, muitos comerciantes recorrem a estratégias informais de financiamento, como empréstimos de parentes, vizinhos ou agiotas, e à negociação constante com fornecedores para garantir a continuidade das atividades, reforçando a importância da criatividade econômica como mecanismos de sobrevivência.

A captação de financiamento para esses estabelecimentos exige estratégias que considerem os desafios econômicos, sociais e estruturais específicos dessas regiões, ao mesmo tempo em que potencializam os recursos disponíveis.

Entendemos que as características dos pequenos negócios são definidas pelas condições de trabalho, e o espaço físico onde suas atividades econômicas são estabelecidas e reproduzidas. Para Santos (2008, p.218) em sua teoria dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos, o circuito inferior faz menção a essa forma de ocupação: "Os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização ou último elo da cadeia de intermediários entre importadores, indústrias, atacantes e consumidores".

Dentro da teoria dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos, essa forma de ocupação está inserida no chamado “circuito inferior” da economia, caracterizado pela informalidade, baixos níveis de capital e precariedade das condições de trabalho. Nesse circuito, os pequenos negócios não apenas garantem a circulação de mercadorias e a subsistência de seus proprietários, mas também desempenham um papel fundamental na economia local, fornecendo produtos acessíveis a comunidades que, muitas vezes, estão à margem do circuito legalizado de produção e distribuição. Assim, esses empreendimentos

representam uma articulação estratégica entre sobrevivência econômica e incentivo à circulação econômica local.

Além disso, a falta de conhecimento em gestão financeira e contábil dificulta a tomada de decisões estratégicas, o que torna esses negócios mais vulneráveis a crises econômicas e instabilidades do mercado local.

No entanto, o estudo sobre economia informal tem sido amplamente explorado por meio de várias abordagens sob o ponto de vista legal, a **Constituição Federal de 1988** assegura, em seu artigo 5º, inciso XIII, o direito ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Dessa forma, a legislação brasileira reconhece o trabalho como um direito fundamental, reforçando sua importância para a dignidade e a subsistência da pessoa (BRASIL, 1988).

O **Art. 5º da Constituição Federal de 1988** estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, o inciso XIII dispõe que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, 1988).

No entanto, essa liberdade se confronta com atividades consideradas ilícitas, uma vez que muitas operações não são regularizadas nem formalizadas. Sob a lógica capitalista, tal situação é criticada pela perda de receita gerada ao Estado, em decorrência da ausência de recolhimento de impostos. Do ponto de vista social, a informalidade impacta diretamente os trabalhadores, que permanecem desprotegidos quanto a direitos trabalhistas e previdenciários.

A legislação que regula a formalização no Brasil é composta, entre outras normas, pela **Lei nº 8.212/1991**, que trata da contribuição para a seguridade social (BRASIL, 1991); pela **Lei Complementar nº 123/2006**, que institui o Simples Nacional para micro e pequenas empresas (BRASIL, 2006); e pela **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, Decreto-Lei nº 5.452/1943, que estabelece os direitos trabalhistas para empregados formais (BRASIL, 1943). A ausência do cumprimento dessas normas caracteriza a informalidade, que, embora não seja necessariamente uma prática ilegal, representa uma condição de vulnerabilidade para trabalhadores e empreendedores, que ficam desprotegidos de benefícios sociais.

Compreender a economia informal do ponto de vista legal exige diferenciar atividades ilícitas, como contrabando ou trabalho análogo à escravidão, daquelas que são simplesmente não formalizadas, como o comércio de rua sem registro. Essa distinção é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam inclusão social e formalização econômica, sem

criminalizar agentes informais que, muitas vezes, recorrem a essa forma de trabalho como estratégia de sobrevivência em contextos de exclusão e vulnerabilidade.

No Brasil, o estudo da economia informal tem sido amplamente explorado em diversas abordagens. Do ponto de vista jurídico, refere-se a atividades econômicas que não estão registradas junto aos órgãos competentes, como a Receita Federal ou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

No caso específico do Amazonas, os dados do **IBGE (2025)** apontam que o estado possui a **terceira maior taxa de informalidade do país**, ficando atrás apenas do Pará e do Piauí.

De acordo com dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, o Maranhão apresentou, em 2024, um índice de **53,8% de trabalhadores informais**, após ter alcançado o pico de **58,7% em 2021** (IBGE, 2024). Nessa categoria estão incluídos os trabalhadores sem carteira assinada, empregadores sem CNPJ, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares sem registro formal.

A presente pesquisa analisou os novos comportamentos/tendências adotados pelos pequenos comerciantes, fixados em áreas de risco social da cidade de Manaus-AM especificamente no bairro Zumbi dos Palmares, em contexto de forte competitividade comercial que tem engendrado uma situação visível de criminalidade urbana, existente em cidades de diferentes formas e dimensões espaciais na atualidade.

Por isso, o lugar social é o ponto de partida, como relação social e sociais-naturais e como paisagem humanizada, que se manifestam como processo e formas.

Para Harvey (2014), o espaço no mundo moderno desapareceria pela sua subordinação ao tempo. Segundo o autor, o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação do espaço através do tempo.

Foi nessa direção que Harvey (2014) propôs que todos se tornassem protagonistas das transformações urbanas, criando espaços não apenas de reflexão crítica, mas, principalmente, de autotransformação social e coletiva.

A negociação sempre está na base da prática política e envolve aqueles que buscam mudar uns aos outros, o mundo e a si mesmos. Pode ser usada com uma ferramenta no processo de renovação, bruscamente estas novas tendências que afetam a vida urbana, pois elas representam um dos principais alvos, tanto das ações criminosas locais, como também da desleal concorrência praticada pelos novos empreendimentos comerciais implantados, cada vez mais, nos espaços mais residenciais da cidade.

Trata-se de bairros habitados predominantemente por populações de menor poder aquisitivo onde ocorrem relações de proximidade, vizinhança mais intensa, mesmo em contexto de violência e medo.

A intensidade destas ações revela as atividades econômicas desenvolvidas nos espaços mais populares da cidade, que sentem por outro lado, a dinamicidade das atividades econômicas situadas nos espaços residenciais da cidade, nos quais a necessidade de meios mais sociáveis nas relações sempre constituiu uma prática fundamental no funcionamento e na permanência deste setor, representado especialmente, pelos pequenos negócios.

O interesse inicial pelo tema levantou questionamentos sobre a abordagem metodológica e a necessidade de uma definição mais precisa do objeto de estudo. A partir disso, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão: em que circunstâncias o comércio informal se expande nas áreas de risco social dos setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares, Manaus/AM.

Esse aspecto trouxe uma dimensão subjetiva e qualitativa ao estudo, investigando as concepções dos comerciantes sobre qualidade de vida, direitos e pertencimento urbano. Além disso, permitiu compreender como essas percepções influenciam decisões cotidianas de gestão, estratégias de sobrevivência e formas de interação com o espaço urbano, evidenciando que os pequenos empreendedores não apenas ocupam o território, mas também constroem relações sociais, culturais e econômicas que moldam a dinâmica das comunidades em que estão inseridos. A forma como esses trabalhadores enxergam sua própria cidadania pode revelar tensões entre inclusão e marginalização no espaço urbano.

Os pequenos negócios, são muito importantes no cotidiano dos moradores dessa área de estudo, tanto no abastecimento de produtos básicos indispensáveis, como também na participação dos acontecimentos diários do lugar.

Como parte de nossa contribuição, o seguinte estudo teve como objetivo geral, analisar a territorialização dos pequenos negócios na área de risco social do bairro Zumbi dos Palmares Setor I e III – Manaus/AM contando com os seguintes objetivos específicos: descrever as condições nas quais as atividades do comércio de via pública foram desenvolvidas; identificar os tipos de comércios na área de risco social; averiguar a origem dos comerciantes na área de risco social; analisar o processo de construção e instalação desses pequenos negócios verificar os tipos de inovação na forma de empreender desses comerciantes; identificar qual é a percepção dos comerciantes sobre viver bem e cidadania.

Dessa forma, buscou-se uma compreensão ampla do comércio informal em áreas de risco social, analisando tanto as condições estruturais e sociais quanto as estratégias pessoais

dos comerciantes. Visou mapear o ambiente em que os vendedores atuam, considerando aspectos como infraestrutura, regulamentação, acessibilidade e possíveis dificuldades enfrentadas no cotidiano, com a precariedade do espaço urbano e a ausência de políticas públicas adequadas frequentemente impõem desafios à sustentabilidade dessas atividades.

A diversidade do pequeno negócio, refletiu tanto a demanda local quanto as possibilidades de investimento e criatividade dos comerciantes. Buscou-se classificar as atividades comerciais presentes nessas áreas, como venda de alimentos, vestuário, eletrônicos, entre outros.

Além disso, essa variedade evidencia a capacidade de adaptação dos empreendedores frente às condições de vulnerabilidade social e econômica, revelando estratégias de sobrevivência, inovação nos produtos e serviços oferecidos.

Compreendendo a trajetória dos comerciantes, seus motivos para ingressar no comércio informal e sua relação com o território, foi permitido analisar os fatores estruturais que impulsionaram esse tipo de atividade. Muitos desses comerciantes são migrantes ou moradores da área de longa data, utilizando o espaço urbano como meio de sobrevivência e resistência.

Foi investigado como os comerciantes estruturaram seus negócios, desde a escolha do local até as estratégias de adaptação ao ambiente urbano. Isso inclui a forma como ocuparam espaços públicos e estabeleceram relações com moradores, clientes e órgãos fiscalizadores.

O pequeno negócio, apesar das dificuldades, demonstra grande capacidade de adaptação e inovação, como novos modelos de atendimento, formas de pagamento acessíveis ou uso de redes sociais para divulgação.

Este estudo nos orientou sob a proposta de ser capaz de compreender as condições em que o pequeno negócio de áreas de risco social foi realizado. Esses proprietários não tiveram acesso a crédito facilitado ou a programas de capacitação que poderiam tê-los ajudado a aprimorar suas práticas gerenciais. Observou-se, ainda, que a ausência de apoio técnico e de políticas continuadas contribui para a manutenção de uma economia marcada pela informalidade, na qual a experiência prática e as conexões locais tornam-se os principais instrumentos de gestão e sobrevivência.

Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas e iniciativas privadas incentivem a educação financeira e o acesso a microcrédito, oferecendo suporte para que esses empreendedores possam estruturar melhor seus negócios. Dessa forma, será possível não apenas fortalecer a economia local, mas também contribuir para o desenvolvimento social dessas comunidades, promovendo geração de emprego e renda de maneira mais sustentável.

Para Santos (1979, p. 274), é a necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro que explica a presença do circuito inferior. Esse circuito, nos dias de hoje, nos pequenos negócios dos bairros, exerce uma função preponderante nas vendas e na viabilidade do próprio comércio local.

Para Santos (1979), o conceito de circuito inferior refere-se à parte da economia urbana que se caracteriza pela informalidade, baixa tecnologia e pouco capital. Este circuito é constituído por atividades econômicas que servem à população que tem baixos rendimentos e que estão inseridas no contexto da economia urbana, mas que funcionam de maneira paralela ao circuito superior, ou seja, da economia formal, que é mais avançada e integrada ao mercado global.

O circuito inferior da economia urbana, portanto, é a expressão cotidiana das relações que se dão no âmbito de áreas ocupadas pelos segmentos mais pobres da população, fruto de uma Geografia Urbana desigual. E neste sentido se pode entender o pequeno negócio na área de risco social setor I e III do bairro Zumbi dos Palmares como um componente do circuito inferior da economia urbana.

O território foi considerado na análise dos ambientes urbanos contemporâneos e de suas funções, entendendo-o como uma construção resultante da interação entre diversos processos sociais. O meio urbano, por sua vez, revela-se dinâmico, em constante transformação, refletindo as contradições e desigualdades presentes na sociedade essa dinâmica evidenciou a relação entre fatores econômicos, políticos e culturais, que moldaram a organização e o uso do espaço nas cidades.

Segundo Santos, (1996, p. 63) “espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

Por isso, compreendê-lo implica analisar como as atividades humanas e as funções urbanas estão distribuídas e interconectadas, considerando fatores como segregação socioespacial, acessibilidade e centralidade, por isso é importante falar de momentos tranquilos da história dos países subdesenvolvidos para compreender de uma forma mais ampla e menos teórica a natureza dos seus processos econômicos na urbanização.

A compreensão aprofundada do cotidiano dos comerciantes foi um pilar metodológico e analítico fundamental para este trabalho. A dinâmica e o comportamento do comércio nas áreas de risco social Setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares só se tornam inteligíveis quando examinamos as lentes conceituais que orientam as ações dos pequenos negócios

Para os pequenos negócios, o território não é apenas uma delimitação geográfica, é um recurso econômico e social diretamente ligado à sua sobrevivência. O pequeno negócio é onde

se manifesta a batalha diária por visibilidade, clientela e legitimidade. A apropriação e o uso desse espaço definem o sucesso ou fracasso, exigindo do comerciante uma gestão ativa das fronteiras entre o legal e o informal.

A pesquisa adotou uma abordagem exploratória, qualitativa e comparativa para investigar o processo de territorialização dos pequenos negócios em áreas de risco social e ambiental. O estudo foca no Bairro Zumbi dos Palmares, Setor I, especificamente nas ruas Dr. Rezende, esquina com a Rua Projetada, e Dr^a. Yolanda. Além disso, abrange outras localidades estratégicas, como as ruas Dr. Basílio, Ponte Marajá, Rua dos Lagos, Rua Nova Luz, Rua Bom Samaritano e Rua Naja, situadas no Setor III do Bairro Zumbi dos Palmares.

Diante disso, essas áreas foram escolhidas por representarem dinâmicas socioeconômicas relevantes para compreender como os pequenos comerciantes se estabelecem, enfrentam desafios e interagem com o território em condições de vulnerabilidade, incluiu-se o levantamento de fontes primárias por meio de trabalho de campo com observação direta e conversas dialogadas com os comerciantes das áreas mencionadas.

Além disso, foi feito um levantamento de fontes secundárias, bibliográfica abordando aportes teóricos sobre área de Risco (Social e Ambiental), Risco Social, Vulnerabilidade Social, como são definidos pelos comerciantes e entes públicos; tipologias do comércio; diferenciação entre área de Risco Social e Área Vermelha; e documentais como Plano Diretor de Manaus e buscas em mídias digitais de comunicação (jornais, blogs e outros) sobre a temática.

Nossa abordagem começou com um reconhecimento da área para caracterizar o lugar e analisar a receptividade dos comerciantes. Inicialmente, enfrentamos resistência significativa. A presença do pesquisador foi vista com desconfiança, como um possível "espião". Ao tentar abordar e fazer perguntas introdutórias, fomos recebidos com ¹questionamentos, tais como: "Por que aqui?", "Você trabalha para a polícia?" e "Por que eu deveria te ajudar?". Além disso, fomos aconselhados a falar primeiro com os "donos da área" para evitar problemas.

Essa experiência evidenciou a necessidade de uma abordagem mais estratégica e cuidadosa para ganhar a confiança dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Portanto, as primeiras abordagens foram realizadas com os donos dos pequenos estabelecimentos das áreas de risco social do Setor III, onde foi necessário obter autorização

¹ "Donos da área" é uma expressão popular usada em comunidades vulneráveis para se referir a pessoas ou grupos que exercem controle territorial, muitas vezes de maneira informal ou paralela ao Estado. Esse domínio pode estar ligado ao tráfico de drogas, milícias ou a lideranças locais com forte influência social. Em muitos casos, o reconhecimento e o diálogo prévio com essas figuras são considerados estratégias de segurança para pesquisadores e moradores, dada a ausência ou fragilidade da presença estatal nesses territórios.

para iniciar as conversas e levantar dados. Esse processo inicial foi fundamental não apenas para garantir a legitimidade da pesquisa, mas também para estabelecer uma relação de confiança com os comerciantes locais.

Dada a dinâmica social dessas áreas, o reconhecimento por parte dos próprios comerciantes e das lideranças comunitárias mostrou-se essencial para a aceitação da pesquisadora na área de estudo.

A autorização concedida por aqueles que lideram a área, facilitou o acesso aos comerciantes, permitindo uma aproximação gradual e respeitosa. Esse reconhecimento inicial foi um passo crucial para minimizar desconfianças e possibilitar um diálogo mais aberto, proporcionando um levantamento de dados mais rico e alinhado à realidade vivida pelos pequenos comerciantes nesses espaços vulneráveis.

O acesso à área de estudo foi restrito, sendo permitido apenas em duas ocasiões específicas ao longo do trabalho de campo. O primeiro, ocorreu no dia 21 de novembro de 2023, e teve como objetivo principal realizar observações exploratórias, para identificar possíveis interlocutores e reconhecer os principais pontos de circulação e sociabilidade no território. Também foi possível realizar uma escuta inicial das demandas da comunidade, avaliar as condições de segurança e estabelecer contato com algumas lideranças locais. Já a segundo, foi realizado em 30 de outubro de 2024, sendo direcionado as conversas dialogadas, observação direta e registros fotográficos.

Além dessas duas incursões planejadas, houve um retorno emergencial ao local em 4 de março de 2025, motivado por um evento de desastre natural ocasionando na inundação da área, que impactou diretamente a área de estudo. Nessa ocasião, buscou-se observar os efeitos imediatos da inundação sobre o cotidiano dos moradores e as formas de mobilização comunitária diante da situação de emergência. Ambas as incursões foram previamente autorizadas por interlocutores locais e dependeram do consentimento dos chamados “donos da área”¹, o que reforça a complexidade do acesso a territórios marcados por vulnerabilidades sociais e controle territorial informal.

Essa limitação de acesso pode ser compreendida, à luz da complexidade social e das dinâmicas territoriais da área estudada, exigindo a mediação das lideranças locais para garantir a permanência da pesquisadora na área. Além disso, a necessidade de horários controlados e previamente estabelecidos para circulação dentro da área refletiu preocupações tanto de segurança quanto de organização dos próprios comerciantes e moradores.

Mesmo com essas restrições, o trabalho de campo foi conduzido de forma sistemática, A rotina de pesquisa na área de risco social seguiu um planejamento rigoroso, garantindo a

observação direta e o contato com os comerciantes dentro dos horários permitidos, o que possibilitou a obtenção de dados relevantes sobre o funcionamento do comércio e as interações sociais na área de estudo.

Com o intuito de compreender de maneira mais aprofundada as interações locais, a maneira e as razões que levaram os comerciantes a utilizarem esses espaços, decidimos, numa fase inicial, realizar conversas dialogadas, visando o maior conhecimento sobre o problema da pesquisa e ao mesmo tempo ser aceito pelos comerciantes que vieram a ser os futuros colaboradores na pesquisa.

Devido aos riscos envolvidos na área de estudo, não foi possível realizar rodas de conversa como inicialmente planejado. A natureza do lugar, com suas dinâmicas de segurança e a presença de situações imprevisíveis, tornou inviável reunir grupos de comerciantes para discussões coletivas. Como alternativa, a abordagem ocorreu por meio de conversas pessoais, a qual Faria (2025) define como conversas dialogadas, e contatos mais diretos, a fim de garantir a segurança de todos os envolvidos. Nesse sentido, Faria (2025) usa o termo conversas dialogadas.

Importante destacar a diferença entre conversa, entrevista e conversa dialogada. Conversa, de acordo com a língua portuguesa é uma forma de comunicação entre pessoas e grupos para manter a sociabilidade entre eles não tendo uma finalidade específica. No meio acadêmico, há muito se utiliza o termo entrevista como instrumento metodológico das ciências humanas e sociais com objetivos específicos e as vezes até tempo determinado (dependendo da linha metodológica do pesquisador) mais conhecida como entrevista estruturada, semi estruturada e aberta, que no fundo não é tão aberta pois tem objetivos bem definidos e tempo determinado. A entrevista, na verdade, sempre foi um instrumento utilizado pelos profissionais da comunicação como os jornalistas que as vezes não se importam com a concepção ou opinião real do “entrevistado”, apenas com a informação a ser dada em si, ato de informar.

Uma conversa dialogada, parte do princípio da espontaneidade dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa que vai além de uma conversa, pois tem uma finalidade mas não marcada pela objetividade e nem pelo tempo, mas pela espontaneidade e cordialidade entre os sujeitos da pesquisa e tão pouco é uma entrevista, porque em uma perspectiva decolonial ou contra colonial, as epistemes ou as concepções desses sujeitos sociais são mais importantes do que as definidas pela ciência ocidental moderna. O tempo não importa, mas o diálogo para além da conversa, para compreensão do que se quer saber no tempo deles e não do pesquisador. Esse procedimento é o que mais se assemelha as formas próprias de comunicação dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que é a oralidade, compartilhada na maioria das vezes coletivamente, mas também pessoal no âmbito das famílias para fortalecer as regras sociais e elementos culturais e da tradição de cada povo (Faria, 2025).

As conversas com os comerciantes da área, foram registradas unicamente com o uso do telefone celular, respeitando as limitações impostas pelo contexto local, sendo usado discretamente, não foi permitido o uso de máquinas fotográfica, gravadores, e anotações no

local da conversa dialogada, atendendo pedidos dos comerciantes por questões de segurança. O estudo focou em compreender o processo de territorialização nas áreas selecionadas. Os estabelecimentos foram escolhidos para caracterizar a ocupação e a dinâmica comercial nessas regiões vulneráveis.

Em paralelo, é fundamental destacar que, como afirma Howard Gardner (1995, p. 14), a teoria das inteligências múltiplas tem como princípio fundamental de que as pessoas possuem uma gama de habilidades cognitivas e talentos que se expressam de diferentes formas, e que as abordagens educacionais tradicionais falham ao limitar o reconhecimento dessas diferenças.

Esse entendimento se aplica ao contexto da pesquisa, pois, ao observar as práticas dos comerciantes e suas diversas habilidades de adaptação e sobrevivência no mercado informal, reconhece-se a importância de abordar a diversidade de capacidades das pessoas na construção de suas trajetórias e estratégias comerciais.

A observação direta foi uma técnica essencial na pesquisa, especialmente por ser estudos qualitativos, pois permitiu a pesquisadora registrar fenômenos e comportamentos de forma natural, sem intervenção. Sua principal característica foi a objetividade, garantindo que os dados reunidos refletissem a realidade tal como ocorreu, sem distorções causadas pela presença do pesquisador.

Esse procedimento, possibilitou a obtenção de informações autênticas e fidedignas, uma vez que os sujeitos observados continuaram suas atividades cotidianas sem influência externa. Assim, a observação direta se tornou um procedimento valioso para compreender dinâmicas sociais, culturais e comportamentais de forma mais precisa e contextualizada.

A objetividade é uma característica fundamental da observação direta, pois o pesquisador se limita a observar e registrar os eventos sem interferir no comportamento dos sujeitos estudados.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 190), a observação é uma técnica de coleta de dados que consiste em observar, notar e examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

De acordo com o autor, a observação direta caracteriza-se pelo fato de o pesquisador coletar os dados diretamente no local onde ocorrem os eventos, sem intermédio de outros instrumentos ou pessoas (Gil, 2008, p. 106). Essa técnica permite o registro fiel e objetivo dos eventos, sem interferências que possam alterar os resultados.

Áreas de risco social são definidas por uma série de fatores, incluindo alta frequência de violência, desemprego, analfabetismo, consumo de drogas, abuso infantil e a falta de infraestruturas básicas, como saneamento e habitação.

No Brasil, a compreensão de “área de risco social” é fundamental para a formulação de políticas públicas, especialmente na assistência social e na defesa civil. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011) reconhecem o risco social como um conceito central para identificar as fragilidades que a sociedade enfrenta, em especial a desigualdade social. viver bem para que mora em area de risco social

A vigilância socioassistencial é um instrumento que busca identificar e prevenir situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos nos territórios. As intervenções em áreas de risco social visam não apenas mitigar os riscos imediatos (como os ambientais), mas também promover o desenvolvimento de potencialidades, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e garantir o acesso a direitos, buscando a superação das desigualdades sociais (Brasil, 2004; Brasil, 2009).

É comum encontrar uma variedade de comércios nesses locais, que refletem diretamente as necessidades e as condições específicas das comunidades. A análise desses estabelecimentos permite entender como a economia local se desenvolve nesses espaços complexos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na publicação "Economia Informal Urbana 1997", aborda a complexidade de definir o setor informal, destacando que não há um consenso sobre seu significado e abrangência, uma vez que sua magnitude, natureza e composição variam entre diferentes regiões e países, conforme o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias (IBGE, 1999).

Essa observação enfatizou que o setor informal é influenciado por diversos fatores socioeconômicos e culturais, tornando sua definição e mensuração desafiadoras. A pesquisa do IBGE busca aprofundar o conhecimento sobre o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira, contribuindo para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país.

De acordo com Santos (1988), "quanto mais os locais se globalizam, mais se tornam únicos e particulares, isto é, circuito e lugar". Portanto, para explorar como se desenvolveu a dinâmica desse comércio, foi necessário considerar as particularidades específicas que existem na estrutura organização espacial, surgindo outras questões: Qual é o papel do Estado? Como os trabalhadores organizam-se? Como eles são abastecidos? Em que condições eles se desenvolvem? Essas perguntas serviram como guia para entender como o comércio da área de risco social estudada foi criada dentro do espaço econômico geográfico.

Para Dantas (2017, p. 116) “a combinação entre evento e lugar, cria o novo, o único”.

Existem duas possibilidades a considerar, à ocupação da estrutura física da área em função do uso e da apropriação, dessa forma o comércio em áreas de risco social e ambiental se apresentou de maneiras diversas, refletindo a composição do comércio informal, que muda em conformidade com a situação econômica do país. Portanto, a formação de novos locais de consumo está em sintonia com uma lógica de ocupação do espaço, fundamentada nas atividades realizadas pelo comércio em áreas de risco (social e ambiental).

Esta pesquisa utilizou uma perspectiva geográfica para enriquecer a compreensão sobre como os profissionais desse ramo econômico se apropriam do espaço. A análise revelou traços particulares que evidenciam a vulnerabilidade das condições de trabalho que prevalecem nesse setor.

Ademais, é fundamental considerar as representações do espaço como entidade, a territorialização, a centralidade, da área de estudo, esses conceitos foram essenciais para compreender como se deu o processo de apropriação por esse grupo menos favorecido, que enfrenta um trajeto repleto de desafios na luta pelo direito de acesso ao espaço.

Desta forma, foi usado como leituras complementares de estudos já realizados, sendo os autores de referência, Santos (1994), Barbosa, (2020), Cruz (2013), Harvey (1973), Carlos (2007), Rodrigues (2011), Lefebvre (1973), Silva (2008), entre outros, que destacam as características particulares do comércio em áreas de risco social e ambiental e a apropriação do espaço público exercido em Manaus e outras cidades

Foram escolhidos para o estudo os pequenos negócios situados em áreas de risco social e ambiental do bairro Zumbi dos Palmares, devido à sua relevância econômica e à ausência de políticas públicas voltadas para esses comerciantes. O bairro, especialmente nos Setores I e III, caracteriza-se por vulnerabilidades que combinam precariedade econômica, falta de infraestrutura e exposição a riscos ambientais, como enchentes e deslizamentos.

Por se tratar de uma área marcada por índices de vulnerabilidade social e criminalidade, optou-se por utilizar nomes fictícios para os(as) comerciantes envolvidos na pesquisa, a fim de proteger sua identidade e garantir sua segurança. Essa escolha segue os princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que orienta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, enfatizando o respeito ao anonimato, à confidencialidade, ao consentimento livre e esclarecido, e à não exposição dos participantes a riscos. Assim, a integridade e a privacidade dos participantes foram preservadas durante todo o processo de pesquisa.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão conceitual sobre os pequenos negócios localizados em áreas de risco social,

abordando o conceito de território e de risco social. Detalhamos as tipologias de comércios existentes e os produtos que são comercializados nesses estabelecimentos.

No segundo capítulo, descrevemos detalhadamente a área de risco social estudada. A análise inclui indicadores sociais (como renda e escolaridade dos comerciantes), suas origens, trajetórias e motivações. Analisaremos, ainda, o processo de construção desses comércios, os tipos de segregação existentes e os desafios e oportunidades enfrentados pelos comerciantes em questões financeiras.

No terceiro capítulo, apresentamos a discussão de como pode ocorrer a implantação de inovações e práticas nos pequenos negócios tanto nas metodologias e recursos tecnológicos que proporcionem melhorias nos processos já existente, incluindo ganhos financeiros e qualidade na área de trabalho, viver bem e discussão sobre cidadania.

E por fim, as considerações finais, que apresenta uma síntese dos resultados.

Por meio desta pesquisa, almejamos colaborar para um entendimento mais profundo da dinâmica do espaço habitado, a organização de fornecimento e o fluxo de produtos além das variadas expressões que surgem da apropriação do ambiente urbano presente na área de estudo.

1 CAPÍTULO 1- PEQUENOS NEGÓCIOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Os pequenos negócios têm um papel importante na dinâmica urbana atual, especialmente em áreas periféricas marcadas por vulnerabilidades sociais e ambientais. Mais do que simples lugares de venda, esses negócios são um jeito de sobreviver, resistir e mover a comunidade. Estão em vielas, becos e ruas de bairros esquecidos pelas políticas públicas; os pequenos negócios são uma mostra da informalidade que define muito da economia brasileira, principalmente nas grandes cidades da região norte como Manaus.

Segundo Souza (2008), os pequenos negócios informais são definidos como atividades econômicas de pequena escala que operam fora do registro formal, sem cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e regulamentares exigidas pelo Estado. Caracterizam-se por baixa formalização, estrutura simples, uso predominante de mão de obra familiar e atuação em mercados locais, frequentemente atendendo às necessidades imediatas de sobrevivência econômica em contextos de vulnerabilidade social.

O crescimento destes lugares está bem ligado às falhas e ineficiências do Estado, como a falta de trabalho formal, a baixa qualidade na oferta de serviços e a falta de planejamento das cidades de maneira apropriada. Ao mesmo tempo, também se vê pequenos negócios como partes importantes da vida diária sendo espaço para criação de renda não só econômica, mas social também. Ele promove a circulação da renda local, fortalece laços de amizade com a vizinhança e mantém viva a identidade das comunidades onde são inseridos.

Pensar sobre o impacto social e econômico do pequeno nos força a analisar vários aspectos dessas atividades, desde os problemas que os comerciantes enfrentam em áreas de risco social e ambiental até as oportunidades que surgem nesses locais populares. Este estudo pretende debater de maneira aprofundada a importância do pequeno negócio nas áreas de risco social do setor I e III do Bairro Zumbi dos Palmares, como ele auxilia a economia da área e os conflitos em sua relação com o mercado e o espaço urbano. Ao direcionarmos o olhar para a realidade do pequeno negócio em áreas como o Zumbi dos Palmares, torna-se fundamental compreender como essas atividades se inserem e impactam um cenário marcado por desafios sociais e pela informalidade econômica.

Quando falamos sobre o fenômeno chamado de economia não formal, estamos apenas começando a explorar um tema extenso, já que a sua dimensão envolve várias maneiras de entender essas ações, que são realizadas por pessoas que não conseguem se inserir no mercado formal e buscam se alinhar em "áreas de risco social" - o conceito ou "franjas dissocializadas"

dialoga com a ideia de Souza (2008) sobre a desigualdade na ocupação do espaço urbano, onde certas populações são forçadas a viverem em territórios de risco, sujeitos as dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade.

Soto (2000), em sua obra “O Mistério do Capital”, argumenta que a economia informal é uma resposta à burocracia excessiva e à dificuldade de acesso à propriedade legal nos países em desenvolvimento. Ele defende que a informalidade não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também uma forma de acumulação de capital que formalizada, poderia impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia informal é um conceito amplo e, ao longo do tempo, foi identificada e denominada de várias maneiras para refletir as suas múltiplas dimensões e formas de manifestação. Expressões como “setor informal”, “economia subterrânea”, “economia paralela” ou “economia popular” surgiram em diferentes contextos históricos e geográficos, revelando a diversidade de atividades que escapam à regulamentação estatal e aos mecanismos formais de controle.

Na urbanização e produção do espaço autores como Henri Lefebvre (1991) concebem a cidade como produto social, em que o espaço urbano é construído pelas práticas cotidianas e pelas contradições do capital. No contexto brasileiro, Corrêa (2011) reforça a ideia de que o território urbano é marcado por relações de poder, usos e apropriações diferenciadas, refletindo desigualdades e processos de exclusão.

Para o território e identidade o conceito de território é central para compreender as práticas dos comerciantes. Raffestin (1993) entende o território como resultado da apropriação e da ação social, enquanto Milton Santos (2004) destaca o papel das redes, dos fluxos e das formas de controle que estruturam o espaço urbano. Esse olhar permite entender o Zumbi dos Palmares como espaço vivo, produzido pela experiência de seus moradores e comerciantes.

A economia informal, segundo Castells e Portes (1989), representa atividades econômicas que escapam à regulamentação do Estado, mas se articulam de maneira funcional à economia legalizada. Milton Santos (1979), em sua teoria dos dois circuitos da economia urbana, diferencia o circuito superior (formal, capital-intensivo) do circuito inferior, que engloba o pequeno comércio, vendedores ambulantes e outras formas de trabalho popular. Essa perspectiva dialoga com o conceito de empreendedorismo popular ou de subsistência (Sebrae, 2019), que descreve iniciativas voltadas mais para a sobrevivência do que para o crescimento escalável. Marcelo Lopes de Souza (2008) complementa essa visão ao discutir as “fobópoles” e a relação entre medo, controle e ocupação do espaço urbano, relevante para áreas de risco social.

Essas abordagens permitem compreender o pequeno negócio do Zumbi dos Palmares Setor I e III, como parte do circuito inferior da economia urbana, articulando estratégias de sobrevivência, redes de solidariedade e produção de identidades. O território é, assim, não apenas um espaço físico, mas um campo de significados, práticas e disputas que moldam a experiência urbana em Manaus

Essa multiplicidade de termos também reflete debates acadêmicos e políticos sobre sua natureza, que pode variar entre estratégias de sobrevivência, empreendedorismo popular e redes de trabalho flexíveis, tornando o fenômeno dinâmico e difícil de enquadrar em uma única definição.

“O trabalho informal compreende uma diversidade de ocupações exercidas fora das normas legais, como os empregados domésticos sem registro, os autônomos, os trabalhadores familiares auxiliares e os que atuam sem CNPJ” (Silva, 2019, p. 87).

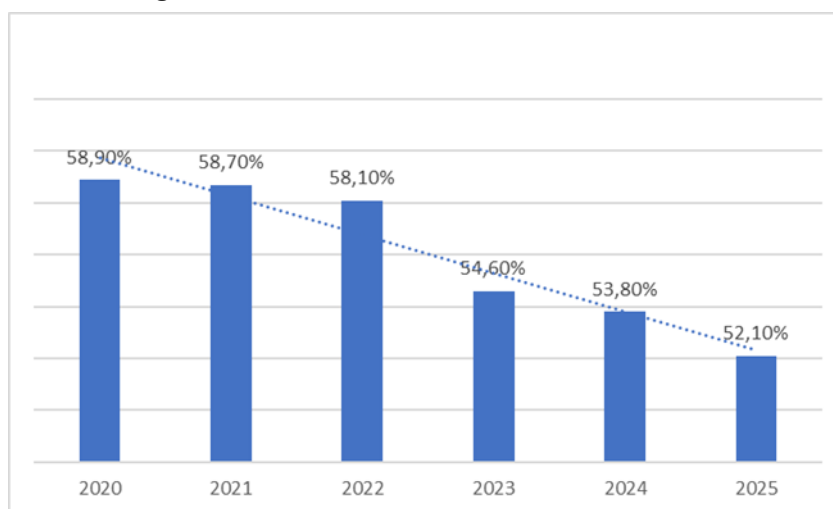
Diversas ocupações compõem o setor informal, incluindo empregados domésticos sem registro, empregadores sem CNPJ, autônomos e trabalhadores por conta própria. Termos como “invisíveis”, “feirantes” e “freelancers” são frequentemente utilizados para designar essas formas de trabalho que operam à margem da formalidade (Silva, 2019).

É dessa maneira que a dificuldade de análise aparece, uma vez que é um fenômeno que se caracteriza pela interação dos elementos que o formam. A ampla gama de ações que o ilustram, bem como as redes sociais que o constituem, cria um obstáculo na definição de padrões para a sua avaliação, transformando-se num fenômeno social cujas expressões como áreas de riscos, representam um desafio a ser investigado.

A informalidade no mercado de trabalho tem se mostrado um fenômeno persistente no Brasil, especialmente em alguns estados como o Amazonas. De 2020 a 2022 (IBGE, 2023), a taxa de informalidade no estado se manteve na média de 58%, com poucas variações. Como mostrado na figura 1 abaixo, os percentuais oscilaram levemente entre os anos analisados, evidenciando uma estabilidade no alto índice de trabalhadores informais no estado.

Como destacou Adjalma Jaques, supervisor de disseminação de informações do IBGE: “Nós temos mais trabalhadores buscando postos de trabalho e menos ofertas de trabalhos formais com carteira assinada no estado” (G1, 2023).

A citação evidencia que a informalidade e o pequeno negócio de necessidade funcionam como uma “válvula de escape” social. É a maneira pela qual a economia absorve a mão de obra que o setor formal não consegue empregar, sustentando o consumo básico e a dinâmica social das comunidades, mas impõe aos empreendedores a carga do risco e a instabilidade que deveriam ser mitigadas por um mercado de trabalho mais robusto.

Figura 1 – Tendência da informalidade no Amazonas

Fonte: IBGE, 2020 a 2025. Org.: Porto, 2024.

Os dados também mostram que o Amazonas tem uma das maiores taxas de trabalhadores por conta própria, enquanto a média do país é de 25,6% (IBGE, 2025).

Essa realidade evidencia os desafios enfrentados na estrutura econômica do Amazonas, especialmente no que diz respeito à geração de empregos formais. Nesse contexto, os pequenos negócios desempenham um papel fundamental na economia local, funcionando como alternativas de sustento para muitos trabalhadores que não conseguem acessar o mercado de trabalho formal.

1.1 Pequenos negócios e o espaço urbano

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil experimentou um intenso processo de industrialização, impulsionado por políticas de substituição de importações e pelo avanço da infraestrutura econômica. Esse crescimento industrial teve como consequência direta uma rápida urbanização, promovendo uma transição significativa na distribuição populacional a maioria da população, antes predominantemente rural, passou a concentrar-se nas cidades.

Esse fenômeno foi marcado pelo êxodo rural, impulsionado por fatores como a mecanização da agricultura, que reduziu a demanda por mão de obra no campo, e a oferta de novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos. As grandes metrópoles brasileiras cresceram rapidamente, muitas vezes sem o devido planejamento urbano, resultando em desafios como favelização, segregação socioespacial e problemas de mobilidade.

Assim, esse período representou uma transformação estrutural na economia e na sociedade brasileira, consolidando a urbanização como uma característica central do país e reforçando a interdependência entre crescimento industrial e desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, os centros urbanos nos quais se concentravam as indústrias passaram a receber um enorme contingente de pessoas vindas das mais diferentes regiões do país em busca de melhores condições de emprego, de renda e de qualidade de vida.

E ainda hoje assim o é, a despeito das importantes transformações do quadro social e econômicas do Brasil nas últimas décadas o que explicava a alta concentração de pessoas em locais de condições precárias de moradia e infraestrutura. A distribuição espacial da população na cidade acompanha, assim, a condição social dos habitantes, reforçando as desigualdades existentes

O crescimento acelerado da população urbana está diretamente ligado a ocupação irregular do solo, refletindo a ineficácia de um planejamento urbano eficaz. Esse processo resulta em uma das cidades, caracterizada por assentamentos irregulares, deficiências na infraestrutura e precarização dos serviços urbanos.

Dessa forma, a expansão das cidades sem um planejamento estratégico compromete a qualidade de vida da população e gera desafios estruturais para a gestão urbana, logo, é preciso considerar a responsabilidade do Estado em todas as instâncias (municipal, estadual e federal) no que diz respeito não apenas à simples fiscalização para impedir a formação de moradias em locais de risco.

A necessidade de formulação de políticas públicas mais abrangentes torna-se evidente diante da expressiva escassez de habitações que afeta as grandes capitais, regiões metropolitanas e centros urbanos em geral. O crescimento acelerado das cidades, aliado à falta de um planejamento urbano eficaz, tem resultado na proliferação de ocupações irregulares, na precarização das moradias e no aumento da segregação socioespacial.

Diante desse cenário, é fundamental que as políticas habitacionais contemplem não apenas a ampliação da oferta de moradias, mas também a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura urbana e a promoção de habitações acessíveis e de qualidade.

A área de risco da pesquisa apresenta características de habitação que estão diretamente relacionadas às condições sociais de seus moradores. Em áreas de risco e precariedade habitacional, a moradia e o pequeno negócio estão intrinsecamente ligados, formando uma unidade de produção-residência que amplifica tanto a vulnerabilidade quanto a resistência essas moradias foram constituídas de forma predominantemente individual e familiar, resultando em relações sociais marcadas pela informalidade e pela vulnerabilidade.

A configuração espacial do território é heterogênea: algumas partes contam com acesso mínimo a infraestrutura e serviços básicos, enquanto outras permanecem em situação de precariedade extrema. Essa disparidade não apenas diversifica a paisagem, mas também evidencia e reforça as profundas desigualdades sociais e espaciais presentes na cidade.

Para Sposito (1991), o papel do Estado é crucial para a análise da reprodução territorial e, de forma mais ampla, do processo de produção de uma cidade porque tem um impacto significativo na forma como uma cidade é construída.

Na verdade, o estado tem muitos instrumentos para usar no espaço urbano. Para Corrêa (1999, p. 25) são os seguintes:

a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras; b) regulamentação do uso do solo; c) controle e limitação dos preços de terras; d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando especialmente a ocupação do espaço; h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implementação de infraestrutura; i) organização de mecanismos de crédito à habitação; j) pesquisas, operação – tese sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e mercado deste material.

No contexto das áreas de risco social, o plano diretor deve considerar a identificação e gestão de áreas vulneráveis a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra, bem como áreas marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica, como aglomerados e assentamentos informais.

É essencial que o Plano Diretor inclua políticas públicas que promovam a adaptações nas áreas de risco social, a regularização de lotes e o acesso a serviços básicos como água, saneamento, saúde e educação. Além disso, a atenção deve ser colocada em estratégias de mitigação de riscos e de adaptação às alterações climáticas, garantindo a segurança e a inclusão social de todas as populações afetadas.

Superar estas adversidades exige disposição, criatividade e esforços contínuos de adaptação às circunstâncias específicas de cada área.

De acordo com o Plano Diretor de Manaus (2014), o desenvolvimento urbano deve seguir diretrizes específicas para a ocupação de áreas de riscos social e ambiental. Dispõe sobre o plano diretor urbano e ambiental do município de Manaus e dá outras providências no.

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, em atendimento ao disposto no artigo 182 da Constituição Federal, nos artigos 39 a 42-B da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, e nos artigos 227 e 228 da Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN).

Parágrafo único. O Plano Diretor Urbano e Ambiental constitui o instrumento básico da Política Urbana e Ambiental do Município de Manaus, nos termos do Estatuto da Cidade, formulado e implementado com base nos seguintes princípios:

Quadro 1 – Art.1º da lei complementar do plano diretor urbano e ambiental de Manaus- Am

II	Promoção da qualidade de vida e do ambiente;
IV	Inclusão social, por meio da regularização da propriedade territorial e da ampliação do acesso à moradia;
V	Aprimoramento da atuação do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo;
VII	Fortalecimento do Poder Executivo na condução de planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento do Município de Manaus, mediante a articulação com os demais entes do Poder Público e a parceria com os agentes econômicos, os movimentos sociais e comunitários;
VIII	Integração entre os órgãos, entidades e conselhos municipais, visando à atuação coordenada no cumprimento das estratégias fixadas nesta Lei Complementar e na execução dos planos, programas e projetos a ela relacionados;

Fonte: Leis Municipais, 2023. **Org.:** Porto, 2023.

O planejamento urbano de Manaus encontra-se apoiado no Plano Diretor Urbano e Ambiental de 2014, que permanece vigente até o presente momento. Entretanto, cabe destacar que, desde sua aprovação, não houve atualização ou revisão formal do documento, o que representa uma lacuna significativa no processo de gestão territorial da cidade (Manaus, 2014). Essa ausência de atualização torna-se particularmente relevante quando se observa a expansão das áreas periféricas, como o Zumbi dos Palmares, onde pequenos negócios desempenham papel central na dinâmica socioeconômica local. A permanência de um instrumento de planejamento defasado dificulta a incorporação de novas demandas urbanas e sociais, como a crescente informalidade no mercado de trabalho e a vulnerabilidade ambiental dessas regiões.

Nesse contexto, a falta de revisão do Plano Diretor não apenas fragiliza a efetividade das políticas urbanas, mas também contribui para a reprodução de desigualdades, uma vez que a realidade dos territórios populares não é devidamente contemplada por instrumentos atualizados de ordenamento urbano. A estrutura urbana não é estática, é um produto histórico que reflete as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ao longo do tempo. O espaço urbano, portanto, constitui-se como uma construção dinâmica, em constante processo de mudança e adaptação às novas realidades (Corrêa, 1999, p. 25).

Para Corrêa as cidades não são estruturas estáticas, pelo contrário, são constantemente reorganizados devido a fatores como a expansão populacional, a evolução da atividade econômica, mudanças na política urbana e movimentos sociais, portanto, o espaço urbano é ao mesmo tempo um produto da história e um promotor ativo da transformação social. Múltiplas temporalidades coexistem e entrelaçam-se, afetando a forma urbana e a distribuição do uso do solo.

Corrêa (1995) destaca a perspectiva sobre a natureza dinâmica e histórica da estrutura urbana, enfatizando como ela reflete e responde às transformações em várias esferas da sociedade. Ao discutirmos essas ações referindo-se às atividades mencionadas anteriormente, como o pequeno negócio, observamos uma transformação no ambiente urbano público. Esse processo revela um exercício de autoridade e se torna um núcleo de tensão dentro do espaço geográfico. Nesse contexto, a divisão entre o coletivo e o individual se amplia, refletindo as diversas e, muitas vezes, conflitantes maneiras de utilização do espaço.

Por outro lado, esse tipo de negócio tende a alinhar-se prioritariamente aos seus próprios interesses, favorecendo a exclusividade de uso do espaço. Como o valor do solo urbano adquiriu uma dinâmica voltada à geração de lucro, e para ter moradia é preciso pagar, grupos da sociedade que não dispõem de recursos para adquirir uma residência em áreas seguras acabam se estabelecendo em territórios de risco social e ambiental. Tal contexto evidencia como a apropriação comercial pode gerar tensões com outros atores urbanos, limitando a circulação e o acesso coletivo. Essas disputas revelam que o espaço urbano não é apenas um cenário neutro, mas um campo de embates simbólicos e materiais que refletem e, muitas vezes, aprofundam as desigualdades sociais, tornando visíveis as relações de poder e os processos de exclusão que estruturam a cidade.

De acordo com Rodrigues (2006), a infraestrutura urbana de maneira crítica, especialmente no contexto das áreas periféricas das grandes cidades, se destaca por não ser adequada, refletindo as desigualdades sociais e econômicas. Ainda analisa como o processo de urbanização nas áreas de risco social, como aglomerados subnormais, ocorre sem o devido planejamento e sem o atendimento satisfatório às necessidades básicas de infraestrutura, como saneamento básico, transporte e acessibilidade. Sobre os discursos dominantes em relação aos movimentos populares.

Os discursos hegemônicos frequentemente deslegitimam as ações dos movimentos populares urbanos, enquadrando-as como ilegais ou desordeiras, enquanto ignoram as causas estruturais que levam à sua emergência. (Rodrigues, 2011, p. 15)

Além disso, a autora enfatiza que as políticas públicas muitas das vezes negligenciam essas áreas, levando à precariedade nos serviços urbanos e à exclusão social. Há também uma reflexão sobre as estratégias de resistência das comunidades, que, diante da falta de infraestrutura pública, buscam alternativas para suprir suas necessidades, muitas vezes com base em ações coletivas e comunitárias.

É assim que surgiu a complexidade da análise, que se destaca pela dinâmica dos elementos que compõem essas áreas. As dificuldades de estabelecer critérios faz com que se torne um fenômeno social cujas manifestações como espaço de moradia apresentem um desafio para ser analisado. Nesse contexto, os pequenos negócios exercem papel fundamental, não apenas como estratégia de subsistência das famílias, mas também como elemento estruturante da vida comunitária

Esses tipos de negócios, voltados para a venda de produtos de necessidade diária, desempenham um papel fundamental em áreas de risco social, onde o acesso a bens essenciais do seu dia a dia pode ser limitado, além de oferecerem produtos como alimentos, de higiene e outros itens indispensáveis para o cotidiano, esses pequenos negócios ajudam a movimentar a economia local, e estabelecer um suporte para as famílias da comunidade, a presença desses negócios favorece a integração social, gerando um sentimento de conexão e estreitando os laços comunitários, pois funcionam como espaços de interação e compartilhamento de vivências

Compreender a diversidade e as necessidades específicas desses negócios é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que possam melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida nas áreas de risco social. Isso envolve não apenas o apoio à formalização e ao crescimento desses negócios, mas também a identificação de lacunas no fornecimento de serviços e recursos que permitam sua sustentabilidade a longo prazo. Portanto, a valorização e o incentivo a esses negócios são essenciais para o fortalecimento econômico e social dessas áreas.

É comum encontrar diversos tipos de negócios que refletem as necessidades e as especificidades das comunidades locais. Entre os mais frequentes em áreas de risco social, destacam-se as pequenas tabernas, brechós, quitandas e botecos, que surgem como alternativas econômicas viáveis diante da escassez de emprego de carteira assinada e da limitada presença de grandes estabelecimentos comerciais.

Apesar de não ser regulamentados, esses estabelecimentos são uma manifestação crucial das dinâmicas econômicas e sociais presentes nessas comunidades, eles não apenas suprem as

necessidades de consumo diário, mas também desempenham um papel fundamental na estruturação das redes sociais locais.

Administrados por moradores da própria área, esses negócios cultivam uma relação de confiança mútua entre comerciantes e clientes, a proximidade e o vínculo comunitário criam um ambiente acolhedor e seguro, promovendo uma dinâmica de solidariedade que vai muito além da simples troca comercial (Souza, 2008, p. 33).

Essa relação de proximidade também favorece a economia local, uma vez que os recursos financeiros gerados permanecem na própria comunidade, estimulando o consumo dentro da região e a circulação de dinheiro de maneira mais equitativa. O fortalecimento dessa economia local cria um ciclo de desenvolvimento que não depende apenas de grandes centros comerciais ou indústrias externas, mas é alimentado pelas trocas diárias e pelo apoio mútuo entre os comerciantes e seus clientes. Além disso, esses negócios locais servem como pontos de encontro e troca de informações, o que contribui para a coesão social e a formação de capital dentro da comunidade.

Esses estabelecimentos frequentemente oferecem produtos limitados, porém diretamente voltados para o que é mais necessário para a população em questão, alguns exemplos de produtos encontrados incluem, alimentos básicos como: arroz, feijão, óleo, açúcar, macarrão, leite, e outros itens que compõem a alimentação diária da população da área em estudo também produtos de higiene pessoal e limpeza, como sabonetes, detergentes, desinfetantes, shampoos, entre outros produtos essenciais para a manutenção da saúde e do ambiente doméstico dessas famílias.

Esses pequenos estabelecimentos ajudam a sustentar a economia da área, funcionando como um meio de sobrevivência tanto para os proprietários quanto para os consumidores, a importância do pequeno negócio em áreas de risco social, portanto, vai além da oferta de produtos, ele é um pilar fundamental de adaptação e resistência frente a exclusão social e econômica, surge para atender às necessidades imediatas dos moradores locais, oferecendo produtos e serviços básicos que podem não estar disponíveis em grandes redes varejistas ou que são inacessíveis devido a barreiras econômicas desses moradores.

Ao se referir ao pequeno negócio em áreas de risco social, pode-se recorrer às análises de Castells. Manuel Castells (2003), reconhecido por suas teorias sobre a sociedade em rede e as dinâmicas urbanas e sociais, argumenta que a economia informal e as redes de solidariedade emergem como respostas diretas às desigualdades estruturais e à exclusão geradas pelo capitalismo. Nesse contexto, o pequeno negócio em áreas de risco social pode ser interpretado como um componente vital dessas redes de resistência e adaptação. Ele funciona não apenas

como um meio de subsistência, mas também como um mecanismo fundamental de inclusão social. em áreas de risco social, o pequeno comércio é muito mais do que um negócio, ele é um capital social que se traduz em segurança material e afetiva para a comunidade. Ele é, muitas vezes, a primeira e última linha de defesa contra a vulnerabilidade extrema.

Além disso, Castells enfatiza como as tecnologias de comunicação podem fortalecer esses pequenos negócios, permitindo-lhes ampliar suas redes de clientes e fornecedores. O negócio digital e o uso de plataformas sociais, por exemplo, tornaram-se ferramentas fundamentais para a sobrevivência e expansão desses empreendimentos, mesmo em territórios marcados pela precariedade.

Castells (2003) destaca ainda a importância das redes sociais e da economia informal nas comunidades em situação de vulnerabilidade, onde as relações sociais muitas vezes substituem as estruturas formais de mercado. Também discute a exclusão e fragmentação social nas sociedades contemporâneas, onde certos grupos são deixados à margem das oportunidades econômicas e sociais. Castells (2002) aborda as mudanças econômicas e sociais da era da informação, embora seu foco principal seja nas transformações econômicas globais. Muitos dos conceitos discutidos, como exclusão social, desigualdade e fragmentação urbana, são relevantes para entender o contexto do pequeno negócio em áreas de risco social.

Estes negócios apresentam estruturas físicas adaptadas às condições locais, marcadas por limitações econômicas e a necessidade de improvisação na construção, como uso de materiais baratos e acessíveis, como madeira, chapas metálicas, tijolos não revestidos ou reaproveitados, coberturas feitas de telhas de amianto, plástico, lona ou outros materiais improvisados. Entretanto, essa precariedade material não diminui o valor funcional e simbólico que esses espaços assumem no tecido social. Longe de serem meros pontos de venda, estas estruturas simples funcionam como âncoras comunitárias. Sua proximidade e adaptabilidade contrastam com a rigidez e a distância das grandes redes de varejo, consolidando-os como o primeiro ponto de acesso a bens de necessidade diária.

O pequeno negócio na área de estudo, em sua essência, é caracterizado pela sua escala reduzida e pelo seu impacto direto nas economias locais, geralmente gerenciados por seus proprietários ou famílias em suas salas ou janelas. A característica principal desses negócios é a proximidade com os consumidores, o que possibilita uma relação mais personalizada e um atendimento direto com o cliente, dependendo fortemente da divulgação “boca a boca” e das relações interpessoais para atrair clientes e garantir a sobrevivência do negócio.

As áreas são limitadas, utilizando parte da residência do proprietário como ponto comercial, para chamar atenção dos clientes usam fachadas simples, com letreiros feitos à mão,

ou placas de papelão. Essas características mostram como os pequenos negócios em áreas de risco social conseguem operar mesmo em condições adversas, sendo essenciais para a economia e a vida cotidiana dessas comunidades.

Segundo Lefebvre (2006), o espaço não pode ser visto apenas como um produto das forças externas ou como algo determinado apenas por fatores físicos ou naturais. Ele é, na verdade, uma realidade complexa, que é tanto concreta quanto abstrata, sendo moldada por relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Essa perspectiva amplia a compreensão do espaço, considerando-o como resultado de uma dialética social que envolve múltiplos processos e interações.

No contexto desta pesquisa, o objetivo não é tratar da produção do espaço de maneira geral, mas sim focar na produção do espaço específico do pequeno negócio em áreas de risco social, que faz parte da condição do espaço urbano. A presença desses negócios nas periferias e em áreas de vulnerabilidade social contribui para a construção do espaço urbano de maneira única, refletindo as contradições e desigualdades presentes na sociedade.

Dessa forma, a análise do pequeno negócio não se limita ao seu papel econômico, mas também ao seu impacto nas relações sociais e na organização espacial dessas regiões, evidenciando como ele pode ser simultaneamente um espaço de resistência, interação social e adaptação às dificuldades do contexto urbano.

Lefebvre (2000) discute a respeito do espaço absoluto dentro de sua teoria acerca da criação de espaços, que há inconsistências relacionadas ao valor do espaço:

A oposição valor de uso ‘valor de troca’: o uso aparece em conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo e ritmos símbolos e uma prática” (Lefebvre, 2000, p. 7).

No contexto do pequeno negócio em áreas de risco social, essa perspectiva sugere que esses estabelecimentos não são apenas respostas passivas às condições adversas, mas agentes ativos na produção do espaço urbano. Eles moldam e são moldados pelo ambiente em que operam, influenciando fluxos econômicos, culturais e sociais.

Lefebvre (2000) ainda destaca a importância do “direito à cidade”, conceito que reforça a necessidade de participação ativa dos cidadãos na construção dos espaços urbanos. Sob essa ótica, o pequeno negócio pode ser visto como uma forma de resistência e apropriação do espaço, desafiando dinâmicas de exclusão e promovendo alternativas para a sobrevivência e a integração das populações menos favorecidas.

À medida que esses populares se esforçam para criar e manter os seus próprios territórios, estes grupos sociais começam a preencher o espaço com suas características, ideias,

produtos, tradições, história e cultura, apesar das críticas a essas afirmações. Essa autonomia na construção do território é crucial, pois ela se manifesta não apenas nas moradias improvisadas, mas também na dinâmica econômica local. Os pequenos comércios discutidos anteriormente são a expressão material dessa organização, eles são criados e geridos pelos próprios moradores, refletindo os produtos, os gostos e as necessidades culturais e econômicas da comunidade.

Souza (1995), afirma que a territorialidade é uma forma de comportamento espacialmente territorial de grupos sociais. Neste novo contexto, a sobrevivência das atividades econômicas periféricas de pequena escala dos pequenos negócios locais, está, portanto, ameaçada e condenada a adaptar-se às exigências de um mercado em crescimento, que muitas vezes não tem em conta as características da sociedade existente, que são os exercícios espaciais para criar cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis, especialmente em áreas de risco social. Esses comerciantes envolvem uma abordagem interdisciplinar, combinando conhecimentos de diferentes áreas para abordar de forma abrangente os desafios enfrentados por essas comunidades. É aqui que reside o problema social do principal elo de integração clientes e comerciantes.

Segundo Lefebvre (1991), desta forma, os atores sociais produzem e (re)produzem o espaço urbano, dividindo-o em partes e fragmentando-o de acordo com os seus próprios interesses:

O tecido urbano é uma espécie de redes de malhas desiguais, um ecossistema não equilibrado. Dentro do tecido urbano existem ilhas de miséria e opressão [...] assim a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classes e de propriedade (Lefebvre, 1991, p. 34-35).

Para Corrêa (2003), o espaço urbano segregado produz a fragmentação do tecido urbano, como as áreas de risco social, também conhecidas em Manaus como os rip-rap (figuras 2 e 3), resultando em uma cidade marcada por desigualdades e contrastes espaciais. Essa fragmentação, contudo, é dupla. Se, por um lado, ela representa a exclusão e a ausência do Estado déficit de direitos, por outro, estimula a construção de uma forte coesão interna. É neste cenário de segregação que os moradores, através da auto-organização e das redes de solidariedade, estabelecem seus próprios mecanismos de sobrevivência e reprodução social.

Conforme argumenta Corrêa (2003), a segregação urbana não é apenas um resultado natural do crescimento das cidades, mas um processo socioespacial que reflete e reforça as diferenças econômicas, políticas e culturais.

Figura 2 – Zumbi I acesso ao bairro Armando Mendes



Fonte: Porto, 2024.

Figura 3 – Rip-rap Zumbi I



Fonte: Porto, 2024.

Essa fragmentação se manifesta na separação entre áreas bem estruturadas e áreas menos favorecidas, frequentemente ocupadas em terrenos de risco ambiental e sem infraestrutura adequada. A falta de acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e oportunidades de trabalho, aprofunda a exclusão social e restringe a mobilidade urbana.

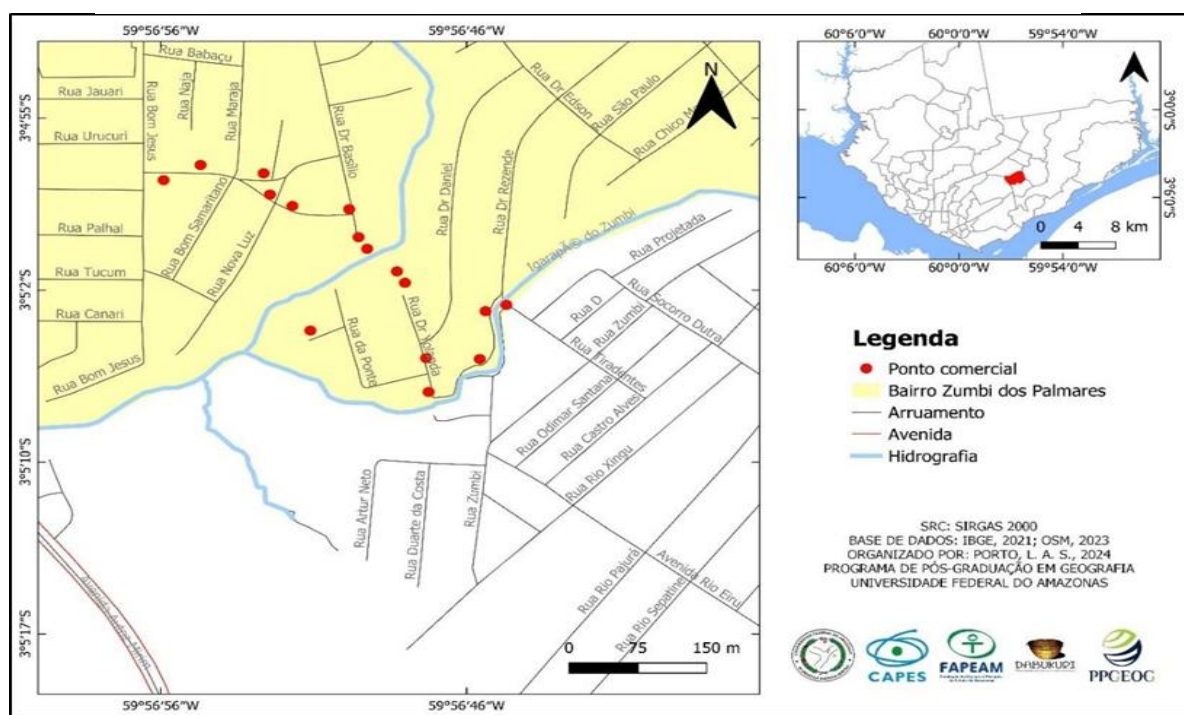
Entretanto, Corrêa (2003) também corrobora com a tese de que, apesar das limitações, esses territórios desenvolvem dinâmicas próprias de organização e resistência, com redes de solidariedade e formas alternativas de produção do espaço. O pequeno negócio local, por exemplo, desempenha um papel crucial na economia e na vida social dessas áreas, demonstrando como os moradores se apropriam do espaço urbano mesmo diante de adversidades.

Em Manaus, a ocupação de encostas em áreas de risco é comum, nestes lugares, a técnica de construção conhecida como "Rip-Rap" que utiliza sacos preenchidos com solo e cimento para estabilização de encostas é frequentemente empregada. Essa técnica é utilizada devido ao seu baixo custo e facilidade de execução, tornando-se uma solução viável para obras de contenção em comunidades carentes.

1.2 Pequenos negócios e a economia local em contextos de Risco Social

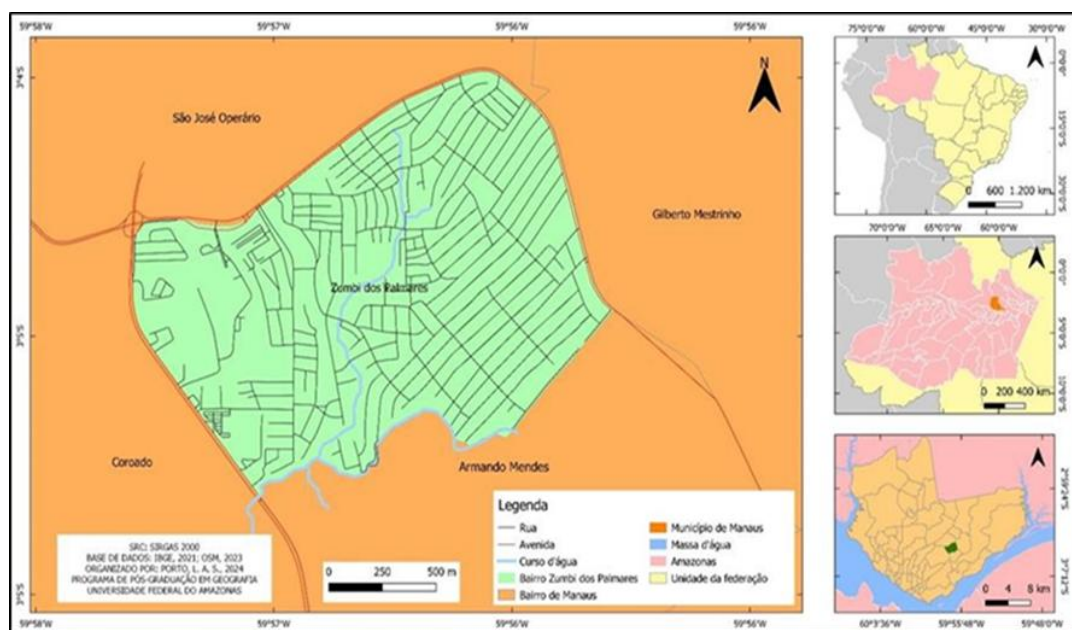
Pequenos negócios em área de risco social do bairro Zumbi dos Palmares, setores I e III, inserem-se em um espaço marcado por características de vulnerabilidade social, evidenciadas pela deficiência de diferentes fatores, como a ocupação irregular do solo realizada segundo a lógica interna e a ordem estabelecida pelos próprios moradores, a falta de infraestrutura urbana, a ausência de acesso a serviços públicos, condições de moradia inadequadas, além de riscos ambientais e sociais. Trata-se de uma área que abriga comunidades historicamente submetidas a desafios sociais e econômicos significativos. Para melhor compreensão da área estudada, apresenta-se a seguir as figuras 4 e 5 que ilustram a localização e os principais aspectos do espaço analisado. Esse recurso visual permite contextualizar a dinâmica do território e suas características socioeconômicas.

Figura 4 – Estabelecimentos comerciais da área de estudo



Fonte: Porto, 2023

Figura 5 – Área de estudo Zumbi dos Palmares Manaus-Am



Fonte: Porto, 2023

A área da pesquisa foi marcada por um processo de ocupação irregular, típico de muitas áreas periféricas urbanas de Manaus como a expansão urbana sem nenhum planejamento urbano resultando em habitações construídas em área de riscos ambientais, como nas encostas e margens de igarapés (pequenos cursos d'água). As casas, são palafitas construídas com materiais de baixa qualidade na maioria das vezes material recolhido de lixos, aumentando assim a deficiência de segurança das construções e a vulnerabilidade das edificações diante de desastres naturais, como deslizamentos de terra e alagamentos.

É uma área sem infraestrutura urbana, sem saneamento básico, iluminação pública precária, sem coleta de lixo, sem redes de esgoto e o despejo inapropriado de resíduos, contribuem para a poluição e contaminação dos igarapés, o que não só afeta a qualidade de vida dos moradores, mas também expõe a população a riscos de doenças. Essa área enfrenta desafios socioeconômicos significativos, incluindo desemprego e subemprego, baixos níveis de renda e escolaridade dos moradores. A precariedade das condições de vida e a falta de oportunidades de trabalho formal impulsionam a informalidade e a vulnerabilidade social, dificultando a mobilidade social ascendente dos moradores.

Além dos desafios socioeconômicos, essas áreas são suscetíveis a diversos riscos ambientais, como inundações e deslizamentos de terra, especialmente durante o período de chuvas intensas. A ocupação irregular e a carência de infraestrutura urbana agravam esses problemas, colocando em risco tanto a segurança quanto a sustentabilidade dos pequenos

negócios e das moradias locais. A vulnerabilidade territorial, aliada à instabilidade econômica, reforça um ciclo de precariedade que dificulta a superação da pobreza e a conquista de melhores condições de vida.

A ocupação irregular e a falta de infraestrutura tornam essa área vulnerável a vários tipos de riscos ambientais e sociais, a falta de drenagem e o grande acúmulo de lixo aumenta o risco de cheias nos igarapés nessas áreas. Outro fator é o grande número de casas sobre o igarapé, dificultando o escoamento das águas, também há ocupação nas encostas onde eleva o perigo de deslizamentos causando grandes prejuízos para a população que ocupa essas áreas. Esses problemas aumentam principalmente durante as chuvas fortes, quando o volume da chuva ultrapassa a capacidade do solo em absorver e escoar água, esses eventos afetam diretamente as pessoas que moram nessa área de estudo, resultando em perdas materiais e colocando em risco a segurança dos moradores da área.

No caso do bairro Zumbi dos Palmares, setores I e III, por exemplo, a ausência de saneamento básico, drenagem eficiente e pavimentação adequada agrava problemas como alagamentos, deslizamentos de terra e proliferação de doenças. Durante o período de chuvas intensas, as áreas próximas aos igarapés alagam, dificultando o funcionamento do negócio local e prejudicando o estoque desses pequenos comerciantes, que por vezes perdem mercadorias devido ao grande volume de água e à falta de local para armazenar seus produtos (figura 6).

Figura 6 – Impacto das chuvas na vida dos moradores



Fonte: Porto, 2025

A área de risco social setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares mostrou um cenário em que múltiplas vulnerabilidades se sobrepõem, incluindo fatores como precariedade habitacional, acesso limitado a serviços públicos, insegurança e exclusão social, aspectos exigem uma abordagem integrada e colaborativa que envolva governo, sociedade civil e os próprios moradores locais.

Os moradores locais são agentes essenciais nesse processo, pois possuem o conhecimento prático das demandas específicas e podem contribuir para soluções que considerem as características culturais e sociais da área, engajamento que fortalece a capacidade coletiva de enfrentar desafios, além de promover maior coesão social.

A partir do trabalho de campo, entendemos que os pequenos negócios que estão instalados nessa área de risco social são estabelecimentos comerciais de pequenos portes que estão em uma área que apresenta deficiências em infraestrutura, segurança pública, saneamento básico, falta de acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas, diante de todas as dificuldades eles seguem atuando como fornecedores de bens e serviços para a comunidade.

Quando falamos sobre a extensão do pequeno negócio, conhecido também como tabernas em Manaus, este, desempenha um papel econômico crucial na vida da população local. A importância desses estabelecimentos reside não apenas na sua extensão e capilaridade pela cidade, mas também no seu impacto direto na economia das pessoas que atuam nesse setor. Para muitos, esse negócio representa uma forma essencial de sobrevivência, enquanto para outros, é um meio de acumulação de capital.

Essas atividades comerciais contribuem significativamente para a dinâmica econômica da cidade, servindo tanto como fonte de renda quanto como ponto de acesso a bens e serviços essenciais para a comunidade. No contexto da produção do espaço, a manifestação de novos locais de consumo a partir dessas atividades (referindo-se ao pequeno negócio/tabernas) revela uma dinâmica de disputa. Esses espaços tornam-se o foco de conflitos que emergem da contradição entre o domínio público e o privado. Trata-se de lugares carregados de simbolismo, onde as contradições inerentes à produção do espaço urbano são geradas e se manifestam abertamente.

1.3 Comércio nas margens de rip-rap

Para Corrêa (2003), o pequeno negócio em áreas de rip-rap pode ser entendido como um fenômeno que se manifesta nas cidades, principalmente em áreas da periferia, onde a urbanização se dá de maneira desordenada e sem nenhum planejamento do estado. São

habitações construídas com materiais encontrados em lixos ou baixo custo, como madeira, compensados, plástico e outros materiais reciclados, em terrenos geralmente impróprios para habitação, como encostas ou áreas alagadas, como uma expressão da desigualdade territorial nas cidades, refletindo a divisão do espaço.

Segundo Corrêa (2003), essas ocupações, que são comuns na cidade de Manaus, ocorrem principalmente em áreas de risco, como margens de rios e terrenos alagadiços, onde a infraestrutura urbana é precária ou inexistente, é o resultado de um processo no qual populações de baixa renda, impossibilitadas de acessar o mercado formal de moradia, encontram nesses territórios uma alternativa habitacional.

No entanto, essa inserção no espaço urbano ocorre de maneira assimétrica uma vez que essas áreas apresentam dificuldades no acesso a serviços básicos, apesar dessas condições adversas, Corrêa (2003) destaca que os moradores dessas áreas desenvolvem estratégias de resistência e apropriação do espaço.

Os pequenos negócios locais surgem como formas de organização social, demonstrando que, mesmo em contextos de segregação, há dinâmicas próprias que sustentam a vida urbana e desafiam as barreiras impostas pela exclusão socioespacial, onde, essas casas são construídas em terrenos não regulamentados, como áreas consideradas perigosas. É um conceito utilizado para ilustrar as formas de ocupações irregulares nas cidades, e as dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, destacando a necessidade de políticas públicas que abordem esses problemas e promovam uma urbanização mais planejada e inclusiva.

A ocupação em área de rip-rap representa uma forma de ocupação urbana onde se verifica uma improvisação extrema, com estruturas construídas com materiais de baixa qualidade e frequentemente em áreas de risco, essa modalidade de ocupação reflete a realidade das populações de baixa renda e a falta de planejamento urbano eficaz (Corrêa, 2003 p.203). Ainda se refere ao termo "rip- rap" como uma forma de ocupação espontânea e precária nas áreas urbanas.

Entretanto, mesmo diante dessas adversidades, essas comunidades desenvolvem formas próprias de organização e resistência. Pequenos negócios locais, redes de solidariedade e adaptações na infraestrutura demonstram a capacidade de apropriação do espaço urbano, evidenciando que, apesar da precariedade, há uma dinâmica social ativa e estratégias de sobrevivência que desafiam a exclusão imposta pelo planejamento urbano formal, revelando assim dois tipos de segregação, a induzida, menos valorizada, e autosegregação, ou seja, aquela que o sujeito escolheu morar.

Souza (2008), discute como a urbanização nas grandes cidades brasileiras se dá de forma excludente, com base nas desigualdades sociais e econômicas, ele destaca que esse processo de urbanização é marcado pela segregação territorial, onde áreas de grande exclusão social convivem com áreas de privilégio, criando um contraste profundo entre os espaços de acesso e os de exclusão.

O autor supracitado, chama atenção para os espaços urbanos organizados pela lógica do medo e da insegurança, em que a segregação social e urbana se intensifica. Essas áreas de segregação se consolidam através da fragmentação do espaço urbano, com diferentes formas de acesso e de convivência, o que resulta em um aprofundamento das desigualdades.

Baseada na desigualdade econômica e social, criou-se enclaves de discriminação e pobreza, onde a violência se manifesta em todos os aspectos a ausência do Estado nesses setores urbanos, quebra do contrato social, inacessibilidade, saúde, cidadania, educação, formação profissional, mercado de trabalho, segurança e infraestrutura urbana. Entre esses pontos formam-se outros territórios, como as ocupações irregulares, ilustrado o ponto comercial de dona Helen mostrado na (figura 7), que foi construído e instalado sobre uma das pontes.

Para (Correa, 2003) as cidades, quando transformadas em objetos de consumo, acrescentam conteúdo social a formas construídas fortemente articuladas para criar territórios urbanos. Assim, os espaços começaram a distinguir-se pela sua forma de conteúdo, e não apenas pelas condições mutáveis da natureza e da sociedade.

Figura 7 – Comércio de dona Helen setor III



Fonte: Porto, 2023.

À medida que as sociedades criam os seus espaços, valorizam ou desvalorizam determinadas porções de território que serão apropriadas por diferentes grupos sociais.

A condição territorial tem existência material própria, a sua existência social, isto é, a sua existência real, só lhe é dada pelas relações sociais e este conjunto de relações representa uma condição geográfica (Santos, 1996, p. 51).

Com isso o circuito inferior é formado como resultado da modernização indireta e consiste em formas de produção intensivas não capital, serviços não modernos prestados no comércio varejista e comércio em pequena escala voltado principalmente para o consumo das populações mais pobres. Por outro lado, a divisão regional da cadeia econômica inclui o estatuto das cidades, no país e no exterior (Santos, 1971).

Na realidade concreta, a globalização assume sua face perversa, reforçando as desigualdades e concentrando riquezas nas mãos de poucos. Segundo Santos (2000, p. 45-50) a lógica do mercado impõe uma fragmentação territorial e social, em que os países periféricos e as populações mais vulneráveis são excluídos ou subordinados. O autor enfatiza que a globalização hegemônica intensifica a marginalização dos territórios subalternos e exacerba a exploração da mão de obra e dos recursos naturais e que as desigualdades espaciais não são naturais, mas sim produtos históricos, construídos a partir das relações de poder e das lógicas de acumulação capitalista" (Santos, 1978, p. 132)

É importante ser dito que esses pequenos negócios não constituem sistemas isolados, ao contrário, eles representam conexões interligadas de cooperação, concorrência e forte interdependência.

1.4 Os desafios dos pequenos negócios em áreas de risco social

As áreas de risco social envolvem a combinação de fatores socioeconômicos, urbanos e ambientais que expõem populações a diversas formas de vulnerabilidade. Essas áreas geralmente se caracterizam por pobreza, precariedade habitacional, ausência de serviços públicos e exclusão social. São áreas caracterizadas por deficiências na infraestrutura urbana, falta ou precariedade de serviços públicos essenciais, altos níveis de vulnerabilidade socioeconômica e condições que intensificam a exclusão social, conforme destaca Souza (2008).

No contexto urbano, essas regiões coincidem com as chamadas áreas vermelhas, que são marcadas pelo domínio de facções, altos índices de violência e controle territorial não estatal. Na área de estudo do bairro Zumbi dos Palmares, em Manaus, observa-se uma configuração territorial marcada por intensas vulnerabilidades sociais e ambientais, nas quais a presença estatal é limitada e, por vezes, substituída pelo controle do tráfico, essas áreas, popularmente conhecidas como "áreas vermelhas", termo usado entre os moradores, é

frequente, o termo serve para caracterizar bairros ou comunidades com altos níveis de criminalidade, altos índices de violência, precariedade na infraestrutura urbana e pela imposição de regras paralelas.

Nesse contexto, os pequenos comerciantes locais, além dos desafios econômicos cotidianos, enfrentam um ambiente de constante instabilidade e insegurança, tais territórios ilustram com clareza o conceito de "território da exceção", formulado por Giorgio Agamben, segundo o qual certos espaços são marcados pela suspensão da norma jurídica e pela exclusão de seus habitantes do amparo legal.

Como afirma o autor, “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea” (Agamben, 2004, p. 11). Nesse sentido, a área de estudo não apenas reflete desigualdades estruturais históricas, mas também representa uma forma de gestão urbana seletiva e excludente, em que o direito à cidade é profundamente limitado

O rótulo de "área vermelha" não só reforça preconceitos sociais, mas também dificulta a integração desses territórios nas dinâmicas econômicas legalizadas. Isso cria uma espécie de gueto econômico, em que as possibilidades de crescimento financeiro ficam limitadas.

Embora não utilize diretamente a expressão “gueto econômico”, Marcelo Lopes de Souza (2008) analisa fenômenos urbanos que se aproximam desse conceito, ao tratar de processos de favelização, da constituição de territórios de exclusão e da produção de espacialidades marcadas pela precariedade e pela resistência. Nessas áreas, o comércio tende a ser adaptável e flexível, ocupando espaços que são invisibilizados ou desvalorizados pelo planejamento urbano. A adaptação mencionada não é passiva, ela representa um processo estratégico do pequeno negócio. O comerciante opera em um ambiente de incerteza radical, onde a ausência de capital de giro e a instabilidade regulatória são a norma.

Tais espaços, muitas vezes ignorados ou reprimidos pelo Estado, revelam uma lógica perversa de marginalização econômica e social, que reforça a segregação urbana e limita o acesso aos direitos básicos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observou-se que a vulnerabilidade econômica dessa população constitui a principal característica dessas regiões. O baixo poder de compra dos moradores influencia diretamente a dinâmica do comércio local, exigindo que os pequenos negócios se adaptem tanto em termos de preços quanto na escolha dos produtos e serviços ofertados. Para garantir sua sobrevivência e sustentabilidade, os comerciantes locais recorrem, majoritariamente, à oferta de produtos de primeira necessidade e a estratégias de preços acessíveis, condizentes com a realidade socioeconômica da comunidade.

Conforme análise desenvolvida neste estudo, o pequeno negócio em áreas de risco social revela diversas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais que estruturam as cidades contemporâneas. Essas regiões, geralmente associadas a altos índices de violência, precariedade e informalidade, abrigam formas de comércio que muitas vezes surgem como estratégia de sobrevivência para os moradores locais. No entanto, tais práticas também podem estar conectadas a redes informais de poder, incluindo a influência de grupos criminosos

O que impacta a economia local de diversas formas, o comércio se submete a regras impostas por esses grupos, que podem cobrar taxas, uma espécie de "imposto paralelo", restringir determinados produtos e até regular a segurança da área. Esse fenômeno contribui para a formação de territorialidades paralelas, nas quais as normas e relações sociais são estabelecidas à margem das instituições estatais.

Essa situação pode ser compreendida dentro da geografia urbana e da fragmentação socioespacial, a urbanização do medo e a fragmentação do espaço urbano que favorecem o surgimento de enclaves controlados por atores que não são o Estado.

Roberto Lobato Corrêa, em sua obra “O Espaço Urbano” (1989), explica como diferentes agentes como mercado imobiliário, Estado e grupos informais influenciam a organização da cidade, levando à formação de espaços com regras próprias.

Embora Corrêa (1989) não utilize diretamente o termo “área vulnerável”, sua obra O Espaço Urbano fornece subsídios teóricos importantes para a compreensão dessas espacialidades. Ao analisar como a atuação de diferentes agentes como o Estado, o mercado imobiliário e os grupos sociais informais influencia a produção desproporcional do espaço urbano, o autor evidencia processos que resultam na exclusão de determinadas parcelas da população e na constituição de áreas marcadas pela precariedade, pela ausência de infraestrutura e pela desigualdades territoriais, tais características se aproximam do que atualmente se convencionou chamar de “áreas vulneráveis”.

Dessa forma, essas áreas podem ser vistas como territórios marcados pela precariedade estrutural, onde a informalidade econômica e a ausência de um controle estatal efetivo moldam a vida cotidiana. Além disso, reforçam um processo de territorialização, no qual as populações locais criam formas de organização social e econômica para lidar com essa realidade.

O comércio nessas áreas é dividido em diferentes dinâmicas. Pequenos negócios como: (bares, vendas de alimentos, prestação de serviços etc.) que suprem as necessidades básicas dos moradores. Esse comércio tende a ser desprovido de regulamentação, funcionando como um mecanismo essencial de sobrevivência.

Nessas áreas o comércio e os moradores estão subordinados a dinâmicas impostas por organizações criminosas. Isso reforça um tipo de territorialidade paralela, onde as regras são definidas localmente.

Harvey (2004), aborda áreas urbanas problemáticas e desigualdades socioespaciais em seus trabalhos sobre urbanização e geografia social. Embora Harvey possa discutir áreas urbanas em crise, ele não usa explicitamente o termo "áreas vermelhas" em seu trabalho. No entanto, ele examina como o capitalismo, molda o desenvolvimento urbano e contribui para a segregação socioespacial.

Em obras como "A Produção Capitalista do Espaço (2005) e Cidades Rebeldes (2014)", Harvey examina as relações entre espaço, poder e desigualdade, oferecendo análises críticas do desenvolvimento urbano contemporâneo. Embora ele não use o termo específico "áreas vermelhas", seu trabalho aborda muitas das questões associadas a essas áreas, incluindo pobreza, marginalização, segregação e conflito social nas cidades.

Os núcleos menos especializados das áreas periféricas das cidades aparecem em áreas onde há dificuldades de acesso e onde a renda é relativamente menor, muitas atividades por conta própria apresentam características similares á dos pequenos proprietários (Santos, 2006).

Nestes núcleos, os estabelecimentos comerciais e de serviços encontram-se distribuídos pelas diversas ruas próximas ou que fazem parte do núcleo propriamente dito.

Nessas áreas, as atividades não costumam se concentrar, formando verdadeiramente um núcleo, em alguns casos ocorrem pequenos aglomerados, localizados em pequenas vielas. A mão-de-obra destes estabelecimentos comerciais e de serviços é, geralmente, familiar, com poucos assalariados.

Essas práticas de comércio existem desde os agrupamentos primitivos, quando os homens, ao se depararem com situações de carência, buscaram efetivar uma relação de troca (escambo) com outras pessoas, comunidades etc., para satisfazer suas necessidades mais elementares (Santos, 2002, p. 13).

No contexto da pesquisa realizada bairro Zumbi dos Palmares, observou-se que os pequenos negócios locais se inserem em territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais. Esses espaços são frequentemente insalubres, suscetíveis a inundações, deslizamentos ou outros eventos naturais que, mesmo não sendo extremos, comprometem a vida cotidiana. Tais áreas são ocupadas por grupos sociais historicamente desfavorecidos e se constituem como espaços de risco, ilustrando de forma clara as desigualdades socioespaciais presentes nas cidades.

Como destaca Santos (1985), esses territórios não são fruto do acaso, mas resultado das dinâmicas de apropriação desigual do solo urbano, em que o mercado imobiliário e o poder público priorizam as classes médias e altas, relegando os mais pobres a porções periféricas e vulneráveis da cidade. Apesar das condições adversas, as comunidades desenvolvem estratégias de resistência e sobrevivência, como redes de solidariedade, que são redes sociais e organizacionais formadas por pessoas e grupos que se interligam para alcançar objetivos comuns, como assistência mútua e ações contra hegemônicas, sendo espacializadas por processos de organização territorial, práticas de economia popular e organização comunitária.

É nesse cenário que os pequenos negócios atuam, representando não apenas fontes de renda, mas também espaços de sociabilidade, apoio e circulação de bens essenciais. Assim, discutir o comércio nessas áreas é também discutir formas de resistência frente à exclusão, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem redução de riscos socioambientais com inclusão social e econômica.

Os mais desfavorecidos pertencem às classes sociais menos favorecidas, ocupando espaços desvalorizados que são negados às classes sociais mais ricas. Essa dinâmica é a própria essência da segregação socioespacial no espaço urbano. Nas cidades, a desvalorização do espaço está ligada aos riscos ambientais a que essas áreas estão suscetíveis, como deslizamentos (encostas), inundações (próximos ao leito dos rios), poluição da água, do solo e do ar (áreas industriais).

Por uma Geografia Nova (1996), Santos, discute as transformações socioespaciais decorrentes da globalização e do desenvolvimento urbano desproporcional. No capítulo 3, intitulado O Espaço como um Conjunto Indissociável de Sistemas de Objetos e de Ações, que é onde o autor apresenta e desenvolve a ideia central de que o espaço geográfico é uma totalidade formada por objetos e ações que se inter-relacionam.

Ele discute a relação dialética entre sociedade e espaço, argumentando que este não é um mero suporte passivo das atividades humanas, mas sim um elemento ativo que é constantemente produzido e transformado pelas relações sociais. Para o autor, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996, p. 63), destacando a interdependência entre as infraestruturas materiais e as práticas sociais que as dinamizam. Dessa forma, a formação do espaço resulta das contradições do processo histórico, revelando as desigualdades e os usos diferenciados do território

Ele argumenta ainda que o espaço não pode ser compreendido de forma isolada, pois os objetos técnicos (como rodovias, edifícios, máquinas) são inseparáveis das ações humanas

(sociais, políticas e econômicas) que os utilizam, adaptam e transformam. Essa relação dinâmica é o que molda o espaço como um produto histórico e social. (Santos, 2000, p. 51 a 52). Ou seja, que a urbanização não é apenas um processo físico, mas também social, econômico e político, que resulta na criação de espaços urbanos segregados e marginalizados.

As contribuições de Milton Santos oferecem uma base teórica consistente para compreender a lógica que estrutura o comércio local em áreas de risco social, como os da área de estudo do bairro Zumbi dos palmares. Em *Metamorfose do Espaço Habitado* (1996), o autor analisa como determinadas áreas urbanas são historicamente relegadas à precariedade, como resultado de processos de exclusão territorial, essa exclusão urbana se manifesta na ausência do Estado, na infraestrutura deficiente e na limitação do acesso a direitos básicos.

Já em *A Natureza do Espaço* (1996), Santos concebe o espaço geográfico como um sistema dinâmico de objetos e ações, no qual os objetos técnicos ruas, edificações, equipamentos interagem com as práticas sociais, políticas e econômicas. Essa ocupação desigual do território urbano evidencia que a cidade é mais do que um simples cenário físico; ela reflete relações de poder e hierarquias sociais. Como destaca Paul Claval, “o espaço urbano é, antes de tudo, um produto social, resultado das relações de poder e das desigualdades que estruturam a sociedade. Ele expressa, materialmente, as diferenças de riqueza, de prestígio e de acesso aos recursos” (Claval, 2001, p. 47).

Tal perspectiva reforça a compreensão de que a distribuição da população entre áreas valorizadas e desvalorizadas não é aleatória, mas fruto de processos históricos, econômicos e políticos que reproduzem e aprofundam a segregação socioespacial.

A partir dessa perspectiva, é possível entender que o surgimento e a permanência dos pequenos negócios nessas áreas não são apenas respostas pontuais à vulnerabilidade econômica, mas representam formas de apropriação ativa do espaço, construídas por sujeitos que, mesmo em contextos de exclusão, elaboram estratégias de sobrevivência e resistência dentro de uma lógica territorial própria.

A técnica, o tempo e as relações sociais são elementos centrais na transformação do espaço, que é tanto um produto quanto uma condição das dinâmicas sociais. Santos (2000) argumenta que o espaço geográfico reflete as desigualdades e contradições da sociedade, sendo usado de forma seletiva pelas forças dominantes, mas também funcionando como um campo de possibilidade para a emancipação social.

Dessa forma, o autor combina uma visão crítica e integradora, que considera o espaço uma construção histórica e social, profundamente enraizada nas relações de poder e nas práticas cotidianas, como observamos na construção do rip-rap em Manaus.

Estes textos exploram a relação dinâmica entre sociedade e espaço, argumentando que o espaço urbano não é um mero pano de fundo, mas sim ativamente moldado pelas ações humanas. Analisa como políticas públicas e dinâmicas econômicas podem criar e intensificar áreas de risco social nas cidades.

O conceito de risco social é aqui definido como a vulnerabilidade socioeconômica de grupos que enfrentam acesso limitado a recursos financeiros, moradia, educação e oportunidades de progresso. Isso pode resultar na diminuição da capacidade laboral e, conseqüentemente, na redução da renda para as classes menos favorecidas, impactando negativamente economia, educação, moradia e saúde.

Diante desse cenário, a busca por inovação como diferencial competitivo torna-se crucial em diversos setores, inclusive no pequeno negócio. É importante ressaltar que essa inovação não se restringe à tecnologia, podendo se manifestar de diversas formas. Em conversas com comerciantes, foram identificados métodos variados que utilizam como estratégias de inovação para atrair clientes.

A "inovação" que surge neste contexto raramente é tecnológica de ponta, mas sim uma inovação social e de processo, impulsionada pela restrição de recursos. Por exemplo, a mudança rápida no mix de produtos (vendendo produtos de conveniência em vez de itens especializados em tempos de crise) ou a flexibilização extrema do horário de atendimento. Essa é a engenhosidade da escassez, onde o recurso mais abundante é o trabalho e a inteligência social do próprio empreendedor, como oferecer um atendimento diferenciado, mais personalizado e atencioso, pode ser um grande diferencial, isso cria uma experiência mais positiva para o cliente, tornando-o mais propenso a retornar e a recomendar para outros clientes. Estratégias de marketing criativas, como o uso de redes sociais, promoções especiais, podem ajudar os comerciantes a se destacar e a se conectar com seu público-alvo de maneira mais eficaz.

A capacidade de adaptação e inovação observada nos pequenos negócios localizados em áreas socialmente vulneráveis é uma resposta direta às limitações impostas pelo território, mas também revela o potencial criativo dessas populações. Essa adaptabilidade se manifesta na oferta de soluções práticas, acessíveis e alinhadas às demandas locais, sem, contudo, abrir mão de elementos de qualidade e diferenciação, ainda que em pequena escala. Para compreender essas dinâmicas, é pertinente recorrer ao conceito de circuito inferior da economia urbana,

desenvolvido por Milton Santos (1979, p. 16). Esse circuito é composto por atividades econômicas de baixa complexidade tecnológica, pouco capitalizadas e fortemente dependentes do trabalho familiar ou informal, voltadas para um mercado de consumo popular.

Segundo Santos, o circuito inferior surge como resposta às carências estruturais do espaço urbano e à exclusão das camadas populares dos setores formais da economia. Trata-se de uma economia que opera, muitas vezes, à margem dos circuitos mais organizados e capitalizados, mas que se revela fundamental para a reprodução social de milhões de pessoas nas cidades. O autor destaca ainda que essas atividades não são apenas um resíduo da modernização, mas sim um produto direto das desigualdades estruturais, sendo constantemente recriadas e adaptadas pelas populações excluídas.

Dessa forma, os pequenos negócios existentes nas áreas de risco social não devem ser vistos apenas como formas precárias de subsistência, mas como parte de um sistema econômico mais amplo, profundamente enraizado no território e nas condições específicas de vida da população. Eles representam, ao mesmo tempo, a fragilidade e a força desses espaços urbanos: fragilidade diante da ausência de políticas públicas e do capital, força pela capacidade de organização, inovação e resistência das comunidades. formal, ou seja, são atividades que, apesar de essenciais, não estão sujeitas às mesmas regulamentações e controles do mercado principal.

O circuito inferior da economia urbana, conforme destaca Santos (1979), está intrinsecamente fixado nas regiões em que ocorre, evidenciando uma profunda conexão dessas atividades com as necessidades específicas da população local. Dessa forma, tais práticas econômicas são fundamentais para a subsistência de muitas famílias, configurando-se como um componente indispensável à reprodução social em contextos de exclusão e vulnerabilidade.

O circuito inferior, por ser uma atividade essencial para muitos, não é necessariamente negativo; ao contrário, ele é um mecanismo de resistência e adaptação em face da falta de alternativas legalizadas. No entanto, ele também pode ser um reflexo de desigualdades estruturais no acesso a serviços, bens e infraestrutura.

Esse conceito sugere que, embora as atividades do circuito inferior possam ser vistas como uma solução local, elas também revelam as limitações do sistema econômico formal em prover alternativas adequadas para as camadas mais pobres da população.

Assim exemplifica Mendonça (2007) ao destacar os riscos sociais, aponta a modernização das cidades que necessariamente não resultou em uma diminuição dos riscos, mas em muitos casos contribuiu para o agravamento dos riscos socioambientais urbanos, naturais, tecnológicos e sociais, que parecem ter se intensificado com o avanço da modernidade,

embora um exame detalhado de suas manifestações locais conduza ao levantamento de questionamentos quando tomados sob a perspectiva da vulnerabilidade das pessoas. A conexão entre a reflexão de Mendonça (2007) sobre os riscos socioambientais urbanos e o conceito do circuito inferior de Santos (1979) pode ser vista como uma interação entre os processos de urbanização, desigualdade social e vulnerabilidade ambiental nas cidades.

Conforme discutido anteriormente, o circuito inferior da economia urbana corresponde a um conjunto de atividades produtivas e comerciais de pequena escala, majoritariamente desenvolvidas por populações de baixa renda. Essas práticas, embora fundamentais para a reprodução social e para o abastecimento cotidiano de bens e serviços em contextos periféricos, operam à margem do mercado formal, com pouca ou nenhuma regulamentação estatal.

No caso dos pequenos negócios nos Setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares, observou-se que tais atividades são responsáveis não apenas pela geração de renda, mas também pelo fortalecimento das redes de sociabilidade e apoio mútuo entre os moradores. No entanto, a informalidade e a ausência de políticas públicas voltadas a esse segmento mantêm esses comerciantes em situação de permanente vulnerabilidade econômica e social, reforçando as desigualdades estruturais que marcam esses territórios. Assim, os pequenos negócios locais se inserem claramente no circuito inferior descrito por Santos (1979), ao mesmo tempo em que evidenciam a capacidade de adaptação e resistência das populações que vivem em áreas de risco. Esse circuito se estabelece em regiões que atendem diretamente às necessidades locais, demonstrando uma notável resiliência mesmo diante de condições adversas. A conexão entre o circuito inferior e os riscos socioambientais urbanos, conforme exemplificado por Mendonça, é multifacetada:

- Exposição a riscos em áreas vulneráveis: O circuito inferior costuma se desenvolver em áreas urbanas mais frágeis, como aglomerados subnormais e regiões periféricas. Esses locais são inerentemente mais suscetíveis a riscos naturais (como enchentes e deslizamentos) e tecnológicos (decorrentes da carência de infraestrutura básica, como redes de esgoto e água potável). A ausência de uma cobertura adequada de políticas públicas nessas áreas agrava sua suscetibilidade a desastres ambientais.
- Riscos sociais intrínsecos: Além dos riscos ambientais, o circuito inferior está intrinsecamente ligado a riscos sociais como violência, precarização do trabalho e restrição no acesso a direitos fundamentais. As atividades econômicas informais frequentemente são exercidas em condições precárias, com jornadas de trabalho

exaustivas e ausência de proteção legal, expondo os trabalhadores a elevados riscos sociais e econômicos.

A fixação do circuito inferior em regiões de maior risco social e ambiental reflete a profunda dependência que as comunidades vulneráveis têm dessas atividades para sua sobrevivência. Contudo, essa inserção também as coloca em um ciclo contínuo de risco. A busca por meios de subsistência em áreas desvalorizadas e perigosas, sem acesso a alternativas formais, amplifica os impactos de desastres naturais, tecnológicos e sociais.

Diante disso, a união dos conceitos de riscos socioambientais e do circuito inferior ressalta a urgência de uma abordagem mais abrangente nas políticas públicas. Essa abordagem deve considerar as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelas populações marginalizadas e reconhecer a interdependência complexa entre a economia informal e os riscos inerentes ao ambiente urbano. Um exame detalhado de suas manifestações locais conduz, inevitavelmente, ao levantamento de questionamentos relevantes, sobretudo quando esses fenômenos são tomados sob a perspectiva da vulnerabilidade das pessoas que habitam e resistem nesses territórios.

A abordagem de Cassetti (1995) sobre áreas de risco social enfatiza a interação entre os processos naturais e a ocupação humana, destacando como certos territórios apresentam maior potencial para danos devido à sua vulnerabilidade ambiental. A identificação dessas áreas por meio de estudos geológicos, climatológicos, hidrológicos e geotécnicos revela a importância de compreender os riscos não apenas do ponto de vista natural, mas também das dinâmicas sociais que intensificam sua exposição.

Essa perspectiva se alinha à concepção de Milton Santos (1996), que argumenta que o espaço não é um mero suporte passivo, mas um produto das relações sociais. Dessa forma, a vulnerabilidade de determinadas áreas de risco está frequentemente associada à ocupação por populações menos favorecidas, resultado de um processo histórico de urbanização excludente. Esse fenômeno reforça as desigualdades socioespaciais, uma vez que grupos socialmente vulneráveis são frequentemente forçados a ocupar territórios mais suscetíveis a desastres naturais, como encostas íngremes e margens de rios sujeitos a enchentes.

Segundo Ross (1995, p. 72), “o relevo condiciona o uso e a ocupação do solo, mas também é alterado pelas atividades humanas, que intensificam os processos erosivos e modificam a dinâmica natural das paisagens”.

Ross (1995) reflete uma relação de mão dupla entre o relevo e as atividades humanas, destacando o caráter dinâmico da interação entre o meio físico e as práticas sociais. Esse conceito é central na análise da organização e transformação do espaço geográfico.

Ross apresenta a perspectiva de que o espaço resulta da interação entre elementos naturais e sociais, ele destaca que, apesar da influência significativa do relevo na utilização da terra, as ações humanas têm o poder de modificar e, em várias ocasiões, desestabilizar as paisagens, ressaltando as consequências das decisões humanas sobre o meio ambiente.

Para Cassetti (1995) áreas de risco correspondem a locais onde os processos naturais apresentam potencial de causar danos à vida humana, infraestrutura e atividades econômicas, sendo agravados pelo crescimento urbano não planejado (Cassetti, 1995, p. 112).

O autor enfatiza que as áreas de risco não são apenas resultados de fenômenos naturais, mas também de práticas humanas que potencializam os impactos desses processos.

A ocupação irregular em áreas vulneráveis, como encostas de morros ou margens de rios e a ausência de planejamento para essas ocupações agravam consideravelmente os riscos, essa combinação entre vulnerabilidade social e processos naturais é o que aumenta a possibilidade de desastres, esses riscos não se limita à perda de vidas humanas, mas afeta a infraestrutura e as atividades econômicas, gerando amplas consequências sociais.

Essa visão reflete a abordagem crítica na geografia, onde o espaço é analisado em sua relação com a sociedade. Os desastres não são apenas “naturais”, mas frequentemente associados a desigualdades socioespaciais. A expansão urbana sem planejamento adequado por exemplo, ocorre geralmente por falta de alternativas habitacionais, empurrando populações menos favorecidas para áreas mais vulneráveis, áreas que são definidas não apenas pela presença de processos naturais perigosos, mas também pela fragilidade do ambiente e pela ocupação humana inadequada, que potencializa os danos, revelando a carência de políticas habitacionais e de ordenamento urbano capazes de romper o ciclo de vulnerabilidade e risco que atinge, de forma desproporcional, os grupos socialmente mais frágeis. Esses são justamente os que mais sofrem com essa limitação técnica e institucional, evidenciando a carência de políticas habitacionais e de ordenamento urbano capazes de romper o ciclo de vulnerabilidade e risco que os afeta de forma intensificada.

A dificuldade na integração de diferentes fontes de informação para a análise das áreas de risco está diretamente relacionada às distintas metodologias utilizadas no mapeamento desses espaços e na produção de dados censitários. Como aponta o Ministério das Cidades (2007), as áreas de risco são definidas como áreas suscetíveis à ocorrência de fenômenos ou processos naturais ou induzidos que causem acidente.

Essa questão dialoga com a perspectiva de Santos (1996), para quem o espaço não é um mero suporte passivo, mas um produto dinâmico das relações sociais. Assim, a identificação e gestão dos riscos urbanos não podem ser dissociadas das desigualdades socioespaciais, pois

refletem a interação entre infraestrutura, ações humanas e vulnerabilidades historicamente construídas.

Geralmente, essas populações enfrentam situações de exclusão social e ocupam tais áreas devido à falta de alternativas habitacionais seguras. São populações que estão sujeitas a danos às suas integridades físicas, perdas ou danos humanos e materiais. As áreas são representadas por polígonos no espaço geográfico e são delimitadas com base na ocorrência de indícios e evidências de movimentação do solo, observadas no local, tais como: trincas no solo, degraus de abatimento, árvores inclinadas, cicatrizes de deslizamentos, marcas de cheias, entre outros (CPRM, 2012).

A abordagem sobre áreas de risco evidencia a complexidade de sua delimitação e a necessidade de considerar múltiplos parâmetros ambientais e sociais. O texto acima reflete a interdisciplinaridade necessária para compreender e planejar ações preventivas em contextos urbanos e naturais.

Áreas de risco podem ser delimitadas a partir de outros parâmetros ambientais, como geologia, declividade, geotecnia, vegetação e rede de drenagem, o entendimento das áreas de risco social e ambiental é essencial para o planejamento urbano, para o gerenciamento de desastres e a mitigação dos impactos adversos dos eventos naturais sobre a população e o ambiente.

David Harvey, em sua obra “A Justiça Social e a Cidade” (1973), explora a relação entre urbanização, desigualdade e justiça social, trazendo contribuições fundamentais para o entendimento das dinâmicas socioespaciais nas cidades

Segundo Harvey (1973, p. 95), os processos urbanos frequentemente reforçam a desigualdade social, pois as decisões de planejamento e desenvolvimento tendem a favorecer as classes mais privilegiadas, enquanto marginalizam as populações mais pobres.

Essa reflexão sobre a vulnerabilidade aborda o caráter multifatorial da exposição a riscos, especialmente em contextos de camadas sociais desfavorecidas. Essa condição é frequentemente amplificada por fatores que se sobrepõem, como pobreza, gênero, raça ou idade, criando um ciclo difícil de romper. Então para compreender as pessoas que vive nesta situação, é importante lembrar que a vulnerabilidade pode ser causada por uma variedade de fatores que agravam a situação como a exclusão de certos grupos das oportunidades de participação plena na vida social, política e econômica. Isso pode ser resultado de discriminação racial, de gênero, de classe social, entre outras formas de marginalização.

Pessoas em situação de vulnerabilidade frequentemente são afastados das decisões políticas e econômicas que afetam suas vidas, contribuindo para um ciclo de exclusão e

desigualdade. Essa exclusão não se limita apenas ao acesso a direitos, mas também atinge dimensões simbólicas, como a invisibilidade social e a negação de suas identidades e práticas culturais, reforçando barreiras para sua plena participação na sociedade.

Por outras palavras, as condições de vulnerabilidade social estão associadas à exclusão dos cidadãos e à falta de representação e de oportunidades, além disso, é um conceito multifatorial, ou seja, pode ocorrer por problemas de moradia, renda etc.

De maneira simplificada, as condições de vulnerabilidade social estão intimamente ligadas à exclusão de pessoas e grupos sociais, dificultando o acesso a direitos básicos e oportunidades essenciais. Essas condições podem ser resultado de múltiplos fatores, e seu impacto é amplificado pela falta de representação política e pela ausência de políticas públicas adequadas.

A exclusão social é um fator central, pois as pessoas em situação de vulnerabilidade são frequentemente marginalizadas de diversas formas, o que as impede de acessar direitos fundamentais e oportunidades essenciais para o seu bem-estar e desenvolvimento.

A falta de políticas públicas que abordem as necessidades específicas das populações em situação de vulnerabilidade social impede que sejam superadas desigualdades e barreiras estruturais. A ausência de acesso igualitário a recursos e serviços essenciais é uma das causas primárias da vulnerabilidade social, e sem uma intervenção governamental eficaz, essa situação tende a ser perpetuada ao longo do tempo.

As comunidades que residem e exercem suas atividades em áreas de alto risco social enfrentam grandes adversidades anualmente, muitas vezes agravadas por eventos naturais. Devido às suas condições precárias de moradia e localização, essas áreas são frequentemente afetadas por inundações e, somando-se a isso, enfrentam altos índices de violência. Esse cenário complexo impõe graves consequências e limitações a todos os seus habitantes

1.5 A Interface entre pequenos negócios e áreas de risco social

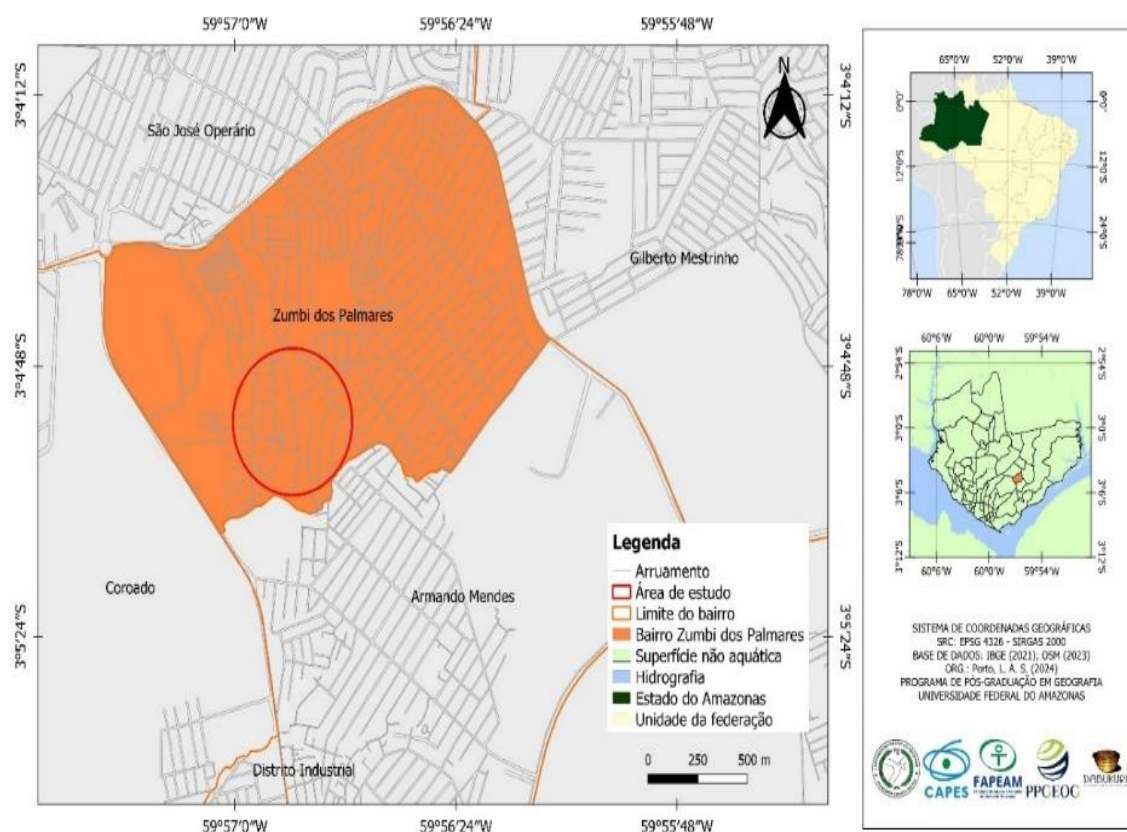
Um dos maiores desafios como pesquisadora foi aceitação e participação dos comerciantes e colaboradores que deram significado ao estudo, como mencionado anteriormente, no nosso caso, a delimitação do traço urbano da área Setor I e III do Bairro Zumbi dos Palmares que representa nosso foco de pesquisa, faz parte da chamada “Área de risco social e ambiental”, isto é, que combina centralidade e concentração da cotidianidade exercida em torno do uso e apropriação do espaço.

Essas áreas evidenciam as condições difíceis de urbanização, onde o pequeno negócio convive com problemas estruturais, como a falta de infraestrutura e a constante ameaça à

segurança. A forma como os comerciantes ocupam e adaptam esses espaços às suas necessidades, superando desafios para manter seus negócios e, muitas vezes, sustentar a comunidade, configura um processo de territorialização.

O recorte espacial da pesquisa (figura 8) centrou-se em ruas específicas da localidade, como a Rua Dr. Rezende, no cruzamento com a Rua Projetada, e a Rua Dr^a. Yolanda, ambas situadas no Setor I, além de outras localizadas no Setor III, como a Rua Dr. Basílio, Ponte Marajá, Rua dos Lagos, Rua Nova Luz, Rua Bom Samaritano e Rua Naja. Apesar da menção a múltiplas ruas, é importante compreender que estas ruas servem apenas como pontos de referência e acesso à área de estudo, que são unificadas e interconectadas. O foco em tais acessos visa facilitar a análise das dinâmicas entre os estabelecimentos comerciais de pequeno porte e o espaço territorial em que se inserem. Esse recorte visa permitir uma análise mais aprofundada das relações estabelecidas entre os pequenos negócios e o território ocupado, considerando aspectos socioespaciais e de sobrevivência econômica local.

Figura 8 – Localização da área de estudo



Fonte: Porto, 2023.

Para a realização da pesquisa de campo, foram observados os procedimentos éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes assinaram o Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fornecido pela instituição, após serem devidamente informados sobre os objetivos, os métodos e as finalidades do estudo. O modelo do TCLE utilizado é de uso interno da Universidade Federal do Amazonas e permanece arquivado em conformidade com as exigências da própria instituição e do Comitê de Ética responsável.

O foco nos acessos aos estabelecimentos comerciais de pequeno porte visou facilitar a análise das dinâmicas entre esses negócios e o espaço territorial em que estão inseridos, especialmente por ser áreas marcadas por vulnerabilidades social e ambiental. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre os pequenos negócios e o território ocupado, considerando aspectos socioespaciais e de sobrevivência econômica local.

A inserção inicial no território e o acesso aos participantes foram viabilizados com o apoio de uma comerciante moradora da região, Sra Ane, cuja colaboração foi essencial para a aproximação com os demais comerciantes. Sua atuação contribuiu para a criação de um ambiente de confiança, permitindo uma escuta mais sensível e respeitosa por parte da pesquisadora. A comerciante atuou como ponte entre a pesquisadora e os(as) demais comerciantes, apresentando a pesquisa e facilitando o primeiro contato após o aceite, todos os(as) participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As interações ocorreram por meio de conversas dialogadas e observação direta com os participantes, buscando compreender as trajetórias de vida dos(as) comerciantes, suas estratégias de manutenção do negócio e suas percepções sobre o território em que vivem e trabalham. O processo foi enriquecido por observações de campo e registros fotográficos dos espaços e dos estabelecimentos, fornecendo um panorama visual e contextual das condições socioeconômicas e ambientais da área estudada.

Após trabalho de campo os dados levantados foram sistematizados com base na análise qualitativa, considerando não apenas os conteúdos das conversas, mas também as observações de campo e os comentários da comerciante colaboradora. Seu olhar contribuiu para interpretar situações específicas do território que, por vezes, escapam à observação externa. A participação ativa dessa informante-chave foi fundamental, seu olhar interno e profundo sobre a dinâmica local contribuiu decisivamente para interpretar situações específicas do território que, por vezes, escapam ou são mal compreendidas pela observação puramente externa, garantindo maior validade e profundidade à pesquisa.

Na área de estudo foram contabilizadas 298 residências, total estimado a partir de levantamento de campo realizado, considerando a ausência de dados atualizados ou específicos

nos registros oficiais, como os do IBGE, Prefeitura Municipal, Plano Diretor. Dentre as 298 residências identificadas na área de estudo, foram identificados 25 pontos comerciais, os pequenos negócios sendo que somente 15 está em funcionamento, os demais estão desativados, seja por dificuldades econômicas, mudanças nas condições de moradia ou outros fatores que impactaram a continuidade das atividades comerciais. incluindo dificuldades econômicas, mudanças nas condições de moradia e a instabilidade inerente a um território de alto risco. Este contraste numérico sublinha a fragilidade da economia local e a luta pela sobrevivência dos pequenos comerciantes

Com base nas observações e nos relatos da comerciante colaboradora, foi construído um mapeamento preliminar dos estabelecimentos, identificando o tipo de atividade comercial, a estrutura física, o tempo de funcionamento e as condições de trabalho dos(as) proprietários(as) conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de comércios encontrados na área de estudo Bairro Zumbi dos Palmares setores I e III

Tabernas- As tabernas, comuns nas áreas de risco estudadas, são pequenos negócios informais que funcionam em janelas ou portas de residências, oferecendo produtos básicos à vizinhança. Elas representam formas de adaptação frente à ausência do Estado e às dificuldades de inserção no mercado formal. Como destaca Souza (2008, p. 47), “em meio à precariedade material e à ausência de políticas públicas eficazes, a informalidade torna-se uma alternativa concreta de sobrevivência para parcelas significativas da população da localidade. Nesses pequenos negócios são encontrados produtos como salsicha, conserva, sardinha, ovos, ou seja, geralmente o básico para sobrevivência diária.
Botecos – serve como ponto de encontro na comunidade, proporcionando um espaço para socialização e entretenimento desses moradores, também usados para venda de refeições a preços diferenciados e acessíveis aos moradores dessa área.
Comércios de calçadas - com vendas de salgados e sucos principalmente nos finais de tardes para complementação da renda familiar.
Medicamentos vendidos avulsos - nesses pequenos negócios também são encontrados vários tipos de medicamentos essenciais como dipirona, aas, entre outros produtos de saúde básicos, especialmente em áreas onde o acesso é mais difícil.
Brechó - onde são comercializados vários tipos de produtos usados e que oferecem preços e opções acessíveis, como roupas e calçados para moradores que têm baixo orçamento familiar.

Fonte: Porto, 2023.

Observa-se nos quadros abaixo (3 e 4) a caracterização dos pontos comerciais mapeados durante o trabalho de campo, totalizando 25 estabelecimentos, dos quais 15 estavam em operação e 10 encontravam-se. conforme apresentado no Quadro 3. A caracterização dos pontos comerciais comprova, que o pequeno negócio local opera sob extrema vulnerabilidade, apesar da persistência empreendedora. Essa realidade é diretamente moldada pelas limitações

estruturais e socioeconômicas, o que a alinha às análises que estudam a dinâmica da informalidade como principal mecanismo de sobrevivência.

Quadro 3 – Situação dos pontos comerciais identificados na área de estudo

Categoria	Quantidade
Total de pontos comerciais identificados	25
Pontos comerciais em funcionamento	15
Pontos comerciais desativados/inativos	10

Fonte: Porto, 2023.Dados do trabalho de campo, 2023/24.

Conforme apresentado no Quadro 4, foram identificados diferentes tipos de comércio em funcionamento nos Setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares, juntamente com seus respectivos produtos e serviços, oferecendo um panorama claro da microeconomia de subsistência que se estabelece na área. A diversidade desses pequenos negócios reflete as necessidades básicas da comunidade e a capacidade de adaptação dos moradores em um contexto de severa vulnerabilidade

Quadro 4 – Tipos de comércios em funcionamento e seus respectivos produtos Zumbi dos Palmares Setores I e III.

Nº	Tipo de produto/serviço	Situação
1	Tabernas/ Merceria/ produtos diversos	Em funcionamento
2	Tabernas/ Merceria/ produtos diversos	Em funcionamento
3	Tabernas/ Merceria/ produtos diversos	Em funcionamento
4	Tabernas/ Merceria/ produtos diversos	Em funcionamento
5	Comércio de gás / água mineral	Em funcionamento
6	Lanches/ Salgados, sucos	Em funcionamento
7	Lanches/ Bolos simples e doces caseiros	Em funcionamento
8	Barraca de lanche /Lanches/ Banana frita	Em funcionamento
9	Lanche/Pipoca e salgadinhos industrializados	Em funcionamento
10	Bar/ Botecos/ bebidas e tiragostos	Em funcionamento
11	Bar/ Cachaça de dose e em garrafas	Em funcionamento
12	Bar/ Cervejas populares (em lata, garrafa ou litrão)	Em funcionamento
13	Brechó/ produtos diversos	Em funcionamento
14	Venda de frutas e verduras	Em funcionamento
15	Servicos/ conserto de ventiladores	Em funcionamento
10	Lanches, Tabernas, serviços	Desativados

Fonte: Porto, 2024.

Esses estabelecimentos, são instalados nas próprias moradias ou em anexos improvisados, o que reforça a centralidade do comércio local como estratégia de sobrevivência e geração de renda em contextos de vulnerabilidade social e ambiental. A identificação proporcionou uma estimativa mais fiel à realidade local, contribuindo significativamente para a caracterização socioespacial da área investigada.

A análise revela que cada uma das ruas estudadas representa uma dinâmica única de comércio local. Fatores críticos como a proximidade com áreas de maior risco seja de inundações ou violência, o grau de urbanização e a presença de redes de apoio ou exclusão influenciam diretamente na formação de novos laços territoriais e nas chances de sucesso dos pequenos empreendimentos.

Além disso, a pesquisa se aprofunda ao comparar essas dinâmicas nas diferentes ruas, isso permite uma análise mais robusta das semelhanças e diferenças nos processos de territorialização e resistência social que ocorrem dentro de um mesmo contexto urbano. Essa comparação é essencial para identificar como o risco e a carência de infraestrutura afetam de maneira desigual o esforço empreendedor de cada comerciante.

São áreas percebida como um lugar perigoso, apesar do fato de que os comerciantes afirmam ter diminuído esse perigo, sendo essa ainda uma das grandes tarefas a ser resolvida por parte das autoridades, uma questão que limita as pessoas que vivem fora dessas áreas de frequentar esses espaços, fator que representou no meu caso uma das medidas de precaução a ser tomada, o que também limitou o deslocamento por alguns trechos locais.

Esse traço urbano foi escolhido com intenção de reconhecer as diferentes manifestações do pequeno negócio em áreas de risco social e ambiental, essas ruas por sua vez, têm uma maior concentração de pequenos negócios, o que as torna locais dinâmicos, mas também suscetíveis a desafios relacionados à segurança, acessibilidade e infraestrutura. O pequeno negócio na área de estudo está diretamente ligado aos fatores de localidade e à presença, ou ausência, de equipamentos urbanos essenciais. A infraestrutura básica pode atuar como um fator de dupla face, a existência de certos equipamentos urbanos pode, por um lado, facilitar o processo de territorialização e a manutenção do pequeno negócio, oferecendo acesso mínimo a clientes e serviços. Por outro lado, a precariedade ou a má distribuição desses mesmos equipamentos pode gerar dificuldades adicionais significativas para os comerciantes e moradores, intensificando os desafios da sobrevivência econômica em um território vulnerável.

A escolha de estudar essas áreas visou, portanto, captar a complexidade das relações entre o pequeno negócio e os elementos urbanos que o moldam, permitindo uma compreensão mais rica sobre como esses espaços funcionam e se transformam ao longo do tempo. A Figura

Para atenuar a situação dramática dos moradores naquele momento, pesquisadores do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) iniciaram um trabalho de práticas de higiene e de conscientização ambiental para dar suporte ao atendimento na área de saúde, que conseguiu diminuir a alarmante mortandade entre as crianças.

Após a primeira ocupação do bairro Zumbi dos Palmares, sete anos depois ocorreram novas ondas de ocupações na área, que deram origem aos setores Zumbi II e Zumbi III. Enquanto os ocupantes do Zumbi I eram, em sua maioria, ex-moradores da comunidade São Sebastião, a ocupação do Zumbi II foi realizada por moradores oriundos do bairro Morro da Liberdade.

O bairro passou por um lento processo de implantação de infraestrutura básica, que na época era presidido pelo presidente do bairro, Sr. Almir Fernandes de Souza, que solicitou ao governador Amazonino Mendes e ao prefeito Arthur Virgílio Neto, para que as ruas fossem pavimentadas ainda no ano de 1990. E assim foram feitas as adequações trazendo para o bairro melhores condições de vida para população e possibilitando serviços como transporte e coleta de lixo que na época eram precárias.

Segundo o blog Movimento de Luta Pela Moradia (s.d.), uma reportagem do Jornal do Commercio de 1999 já destacava os problemas de infraestrutura do bairro Zumbi dos Palmares, como a falta de saneamento e água, classificando a área como uma invasão desordenada"

Assim como muitos outros bairros de Manaus, o Zumbi ainda hoje enfrenta muitos problemas de infraestrutura e saneamento básico, além da falta de segurança e desigualdade social.

1.6 Economia de resistência pequenos negócios em áreas de risco social

O papel dos pequenos negócios em áreas de risco social é multifacetado, e essas atividades econômicas locais desempenham funções essenciais no cotidiano de populações que enfrentam vulnerabilidade socioeconômica e exclusão social onde a acessibilidade a bens e serviços essenciais são limitadas devido à infraestrutura precária, o que torna os negócios locais uma alternativa viável e acessível. Esses pequenos negócios proporcionam produtos de necessidade básica, como alimentos, produtos de higiene, e outros itens essenciais, sem a necessidade de longos deslocamentos para grandes centros comerciais ou supermercados distantes, esses negócios dentro das próprias comunidades facilita a acessibilidade para as famílias em áreas de risco social.

O negócio local tem um impacto direto na economia da comunidade, pois gera empregos e sustenta as famílias dos próprios donos dos pequenos negócios. Ao consumir em lojas locais,

as famílias de baixa renda fortalecem a economia comunitária e ajudam a manter o ciclo econômico dentro da própria área. Esses negócios também ajudam a preservar a identidade local e cultural do bairro, sendo uma forma de resistência à globalização do consumo e à padronização imposta pelas grandes redes comerciais.

Neste contexto, o pequeno negócio se distingue das grandes redes comerciais por priorizar o atendimento personalizado, a produção local e o estabelecimento de vínculos profundos com os moradores. Essa abordagem vai além da transação puramente econômica, criando redes de confiança e cooperação que as estruturas comerciais padronizadas, por sua natureza, não conseguem replicar. Assim, o comércio de vizinhança assume um papel social, transformando-se em um pilar de apoio mútuo e coesão comunitária essencial para a resistência social no território.

Esses pequenos negócios não apenas preenchem a lacuna deixada pelas grandes redes comerciais, mas também facilitam o acesso aos bens necessários e contribuem para a construção de uma rede de apoio local e culturalmente adaptada, com um estoque limitado o pequeno negócio reflete uma estratégia de otimização de recursos. Em vez de acumular mercadorias, os comerciantes adaptam seu estoque às demandas específicas da comunidade, mantendo produtos essenciais que atendem às necessidades imediatas dos clientes da comunidade.

O olhar no que é realmente necessário a esses clientes contribui para criar uma conexão com o público da área, que percebe o negócio, como um espaço feito sob medida para suas realidades e demandas. Esse atendimento personalizado fortalece a confiança, favorece a fidelização dos clientes e evidencia a capacidade do pequeno comerciante de compreender e responder às especificidades do contexto social e econômico local.

Os pequenos negócios nas áreas de risco social e ambiental do Zumbi, Setor I e III, são majoritariamente familiares e informais, a pesquisa revelou que grande parte dos comerciantes deram início as suas atividades devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho legalizado, seja por falta de escolaridade, idade avançada ou pela escassez de oportunidades na região. O envolvimento da família nesses pequenos negócios reduz custos, fortalece os laços internos e promove o aprendizado. Esse aprendizado, ainda que não institucionalizado, revela-se, essencial para a sobrevivência cotidiana, nas áreas de risco social e ambiental no qual foi desenvolvido a pesquisa, o saber não é apenas técnico, mas profundamente situado, aprende-se com a experiência, com os erros, com o diálogo com os vizinhos e com as estratégias de enfrentamento das adversidades locais.

Habilidades como negociação, adaptação de produtos à demanda do território, gestão de poucos recursos e convivência com a instabilidade urbana são desenvolvidas diariamente. Trata-se de um aprendizado que forma sujeitos capazes de construir caminhos de subsistência mesmo em contextos de precariedade e exclusão. Além disso, cria uma relação de confiança com a comunidade, já que o negócio frequentemente é associado a rostos conhecidos e relações pessoais criando assim um sentimento de segurança, a presença familiar ajuda a consolidar o negócio como parte do tecido social da área, reforçando assim seu papel como ponto de referência e sociabilidade.

Esses negócios dependem de estratégias criativas, como a propaganda a “boca a boca”, a presença em redes sociais locais ou o uso de elementos visuais simples, como placas feitas à mão, que expressam autenticidade. Para eles a propaganda “boca a boca” funciona como a principal ferramenta de divulgação, promovendo o negócio por meio de recomendações entre vizinhos. Um fato notado durante a pesquisa, foi o uso da reutilização de materiais, um exemplo prático da criatividade desses pequenos negócios, como prateleiras, caixas de madeira, tambores e outros itens que são reaproveitados para organizar o espaço. Também são reutilizados nesses pequenos negócios sacolas plásticas para o uso de embalagem. Essas são algumas das características das atividades comerciais desses pequenos negócios. A reutilização de bens e o estoque selecionado mostram que a sobrevivência desses negócios está atrelada à capacidade de inovar respeitando os recursos e as particularidades da área.

Esses pequenos negócios sofrem com a retração econômica causada pela violência, seja pela queda no número de clientes, ou seja, pela falta de segurança, entre outros fatores. Além da crescente competitividade no mundo atual, a violência em áreas urbanas marcadas pela desigualdade social e econômica refletem um complexo entrelaçamento de fatores estruturais e dinâmicas socioculturais.

São áreas geralmente dominadas pelo crime organizado, que frequentemente encontram um ambiente favorável para se estabelecer, são locais onde o Estado está ausente ou é ineficaz, aumentando os índices de violência. Essa realidade afeta diretamente a forma como os espaços urbanos são organizados e vivenciados, com impactos tanto no comportamento dos moradores quanto no modo como a comunidade é percebida e construída. Nessas áreas, se faz frequente uso de grades em portas e janelas que implica em novas relações de negócio com a clientela, que tem se habituado de forma passiva.

O cenário revela como os ambientes urbanos, sobretudo os mais desprotegidos, foram impactados por uma série de elementos sociais, econômicos, culturais e de proteção, refletindo

a complexidade das condições de vida e os desafios enfrentados pelas populações que neles habitam.

Nesse contexto, a instalação de grades em portas e janelas, algo comum nesses locais, mostra uma reação ao receio e à criminalidade, mas também interfere na vida social e nas transações comerciais. Essa forma de proteção modifica não só a aparência das vizinhanças, mas também a forma como os comerciantes e consumidores se relacionam.

Embora as grades visem proteger bens e pessoas da criminalidade, elas também erguem uma barreira física que, com o tempo, esfria e torna as interações comerciais mais reservadas e impessoais.

O negócio, geralmente informal, começa a se organizar em torno dessa linha de segurança, obrigando tanto os vendedores quanto os compradores a se adequarem a um novo modelo de compra e venda. Além das questões ambientais, a insegurança e a presença de atividades ilícitas na região impactam diretamente o funcionamento dos negócios. Muitos comerciantes afirmaram que fecham mais cedo por medo da violência ou que já sofreram ameaças ao tentarem expandir suas atividades.

Esses elementos, além de refletir a insegurança vivida pela população da área, modifica as dinâmicas comerciais locais. O negócio, operando atrás de grades, cria uma nova relação com a clientela, que se acostuma a interações mediadas por obstáculos, tornando esse modelo de atendimento algo comum no cotidiano urbano do bairro Zumbi dos Palmares Setor I e III como mostram as figuras 10 e 11.

Figura 10 – Comércio da dona Teresa
setor III



Fonte: Porto, 2025

Figura 11 – Comércio setor I



Fonte: Porto, 2025

O gradeamento dos pequenos negócios, observado nas áreas de risco do bairro Zumbi dos Palmares, é uma estratégia adotada como forma de autoproteção diante da insegurança cotidiana. No entanto, essa medida não compromete as vendas nem inviabiliza a sociabilidade

com os clientes. Pelo contrário, muitos comerciantes conseguem manter práticas tradicionais de atendimento próximo e personalizado, preservando laços de confiança com a comunidade local.

Em alguns casos, o gradeamento até reforça relações mais seletivas e seguras, sem eliminar a cordialidade e a dinâmica da economia local. Dessa forma, o pequeno negócio, mesmo cercado por estruturas de proteção, continua sendo um importante agente na produção do território, mediando relações, oferecendo serviços e fortalecendo redes de pertencimento e solidariedade no cotidiano da área de estudo, com isso vale se dizer que a violência não está nos lugares, mas no processo histórico da ocupação.

A dinâmica das áreas de risco não pode ser compreendida apenas a partir dos processos naturais, mas também das transformações sociais e econômicas que ocorrem nesses territórios. Como aponta Santos (1996, p.61), rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais. Essa constante condição espacial, marcada por precariedade e vulnerabilidade, reflete o impacto das desigualdades socioespaciais e a fragilidade dos vínculos sociais e econômicos nesses locais.

Assim, pode-se afirmar que a violência não está interiormente nos lugares, mas é resultado do processo histórico de ocupação do espaço urbano, profundamente marcado pelas desigualdades sociais, econômicas e políticas. Essa perspectiva reflete a compreensão de que a violência é construída socialmente, sendo o produto de decisões históricas que moldaram o território e as condições de vida das populações que nele habitam.

A expansão urbana irregular do solo contribui significativamente para os problemas urbanos e o crescimento populacional desproporcional. Contudo, essa expansão deve ser compreendida não como um fenômeno isolado, mas sim como um resultado direto de complexos processos socioeconômicos e políticos. O crescimento demográfico, por si só, não é a causa do desordenamento urbano. As raízes do problema residem na falta de políticas públicas eficazes, na intensa especulação imobiliária e nos mecanismos de exclusão social que marginalizam parcelas da população, forçando-as a ocupar áreas de risco social e ambiental e de forma não planejada

Santos (1996) argumenta que o espaço urbano é um produto das relações sociais e das dinâmicas do capitalismo, onde a distribuição desproporcional da terra e dos recursos resulta na formação de áreas precárias. Assim, a expansão desordenada das cidades não ocorre apenas por pressão populacional, mas porque os grupos mais vulneráveis são empurrados para áreas sem infraestrutura adequada, evidenciando a desigualdade no acesso ao território. Esse processo

reflete a ausência ou ineficácia de planejamentos urbanos que considerem as demandas sociais, favorecendo a segregação e a vulnerabilidade ambiental de determinados grupos com o dos pequenos negócios.

Os comerciantes desse grupo buscam a inovação como um diferencial competitivo de suas atividades a considerar os investimentos necessários para sua implantação, através de recursos próprios ou de terceiros, públicos ou privados.

O desenvolvimento econômico não é uma questão de simples adição de fatores, mas um processo de transformação que ocorre por meio da inovação. O empreendedor é a força motriz que transforma o status quo, introduzindo novos produtos, processos ou mercados (Schumpeter, 1988, p. 64)

Segundo Schumpeter (1988, p. 64), “o desenvolvimento econômico não é uma questão de simples adição de fatores, mas um processo de transformação que ocorre por meio da inovação. O empreendedor é a força motriz que transforma o status quo, introduzindo novos produtos, processos ou mercados”.

Sobre a natureza descontínua do desenvolvimento: “O desenvolvimento econômico é um processo descontínuo, um fenômeno dinâmico, que surge de dentro da economia e não como uma imposição de fora” (Schumpeter, 1988, p. 87).

Essa perspectiva dialoga com a lógica da urbanização e do uso do solo, uma vez que as transformações econômicas impactam diretamente a organização espacial das cidades. A introdução de novas atividades produtivas, tecnologias e formas de organização social influencia a formação territorial, podendo tanto ampliar desigualdades quanto promover reestruturações urbanas mais equilibradas, dependendo da forma como essas mudanças são gerenciadas pelas políticas públicas e pelo mercado.

A formulação de políticas públicas amplas e eficazes para enfrentar o déficit habitacional nas grandes capitais, regiões metropolitanas e centros urbanos é essencial para combater as desigualdades socioespaciais e garantir o direito à moradia. A urbanização acelerada e excludente empurra parcelas vulneráveis da população para áreas periféricas e de risco, refletindo a lógica da exclusão urbana.

Nesse contexto, o espaço urbano não é apenas um cenário passivo, mas um elemento ativo que influencia e é influenciado pelas relações sociais e econômicas.

“O meio geográfico é, antes de tudo, um meio técnico, mas também um meio de vida, o qual condiciona as práticas sociais e a estruturação das relações econômicas” (Santos, 1996, p. 121).

De acordo com Santos (1996), o homem se coloca como um modo de vida localizado, ou seja, sua existência está diretamente relacionada ao território em que vive, definindo sua

posição nas relações de trabalho, acesso a serviços e qualidade de vida. Assim, a precariedade habitacional não pode ser dissociada das dinâmicas econômicas, da especulação imobiliária e da ausência de políticas públicas inclusivas, que perpetuam a exclusão e reforçam os desafios urbanos.

Nesse contexto, a análise de Harvey (2004) sobre a relação entre espaço e tempo no mundo moderno complementa essa visão. Para ele, o avanço do capitalismo leva à compressão espaço-tempo, um fenômeno no qual as barreiras espaciais são superadas pelo ritmo acelerado das trocas e comunicações. A lógica do progresso, sob essa perspectiva, implica a conquista do espaço, a eliminação dos entraves geográficos e a aniquilação do espaço pelo tempo. Isso se manifesta, por exemplo, na aceleração dos fluxos de capital, na construção da mobilidade urbana e na flexibilização das relações de trabalho, impactando diretamente a estrutura e o significado dos lugares sociais.

Dessa forma, a compreensão do espaço urbano deve considerar tanto a construção simbólica e social dos lugares quanto as transformações impostas pelo capitalismo, que redefine constantemente as dinâmicas territoriais e temporais das cidades.

O tempo, na perspectiva de Carlos (2007, p. 83), torna-se efêmero devido à imposição de uma nova racionalidade ao processo produtivo, diretamente vinculada ao avanço da técnica. Esse entendimento está alinhado com a ideia de aceleração do tempo social, em que as exigências da produção e do mercado redefinem ritmos e temporalidades, tornando o presente cada vez mais fugaz e submetido às demandas da inovação tecnológica.

Nesse contexto, Gomes (2002, p. 180) contribui para essa discussão ao apontar que, historicamente, os conceitos de inovação passaram por uma evolução em complexidade. Inicialmente, a inovação era concebida como um processo linear de atividades funcionais, impulsionado pela necessidade de sobrevivência ou pelas demandas do mercado. Esse processo orientava a busca por soluções para problemas emergentes, estabelecendo uma relação direta entre progresso técnico e adaptação produtiva. Assim, a racionalidade técnica não apenas redefine a temporalidade, como também estrutura os processos de inovação de forma cada vez mais dinâmica e integrada às exigências do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, a literatura destaca que a inovação está intrinsecamente ligada à construção de novos conhecimentos, que precisam ser gerenciados de maneira estratégica. Esse gerenciamento torna-se essencial para potencializar recursos e ampliar as possibilidades de crescimento, especialmente em um contexto produtivo marcado pela aceleração do tempo e pela necessidade constante de adaptação às demandas do mercado.

Nesse sentido, modelos de gestão que favorecem a inovação devem considerar a complexidade do desenvolvimento técnico e a dinâmica das transformações produtivas. A adoção de estratégias inovadoras pode resultar em ganhos competitivos, permitindo que organizações e setores produtivos se posicionem de maneira mais eficiente diante dos desafios da economia atual. Assim, a gestão do conhecimento e da inovação emerge como um fator crucial para a sustentabilidade e o sucesso no cenário vivido.

Observa-se que através da mudança é que se tem a oportunidade de criar e fazer diferente o que é feito e utilizando a inovação sistemática, isto pode ser feito de forma contínua e organizada, tendo a possibilidade de aproveitar as mudanças internas ou externas de forma benéfica à e oferecer oportunidades de inovações econômicas ou sociais a esses pequenos comerciantes.

A simples identificação de determinadas áreas como de risco incluindo encostas, aterros e margens de rios e córregos não é suficiente para mitigar os perigos enfrentados por aqueles que ali residem. Isso ocorre porque a vulnerabilidade dessas populações está diretamente ligada à exclusão social, que restringe suas possibilidades de escolha e dificulta o acesso às moradias seguras e dignas.

Além disso, o processo de regularização desses territórios é complexo, uma vez que envolve uma série de interesses divergentes, tornando a implementação de soluções eficazes um grande desafio. Assim, a questão habitacional nessas áreas exige não apenas um reconhecimento formal do risco, mas também políticas públicas que garantam alternativas viáveis de moradia e inclusão territorial.

Porém, as dificuldades existentes não redimem ou diminuem a necessidade de ações efetivas por parte do Poder Público. Logo, não são apenas as questões naturais que tanto castigam a sociedade brasileira, mas, fundamentalmente, outras de caráter político e social decorrente da omissão e da ausência de planejamento e investimento adequados. A responsabilidade por reverter o desordenamento urbano e suas consequências recai diretamente sobre a governança e a implementação de políticas públicas eficazes.

A intensidade destas ações revela, por outro lado, a dinamicidade das atividades econômicas situadas nos espaços residenciais do bairro, nos quais a necessidade de meios mais sociáveis nas relações sempre constituiu uma prática fundamental no funcionamento e na permanência deste setor, representado, especialmente, pelo pequeno negócio.

A presença e a consolidação de pequenos negócios em áreas de risco social do bairro Zumbi dos Palmares ocorrem de forma variada, sendo moldadas por uma série de fatores socioeconômicos, culturais e políticos. Esse processo reflete não apenas a busca por

oportunidades econômicas em áreas marcadas pela vulnerabilidade, mas também a adaptação dos comerciantes às condições locais, muitas vezes em contextos de precariedade.

A territorialização dessas atividades pode ser analisada sob diferentes perspectivas, incluindo a dinâmica do mercado informal, as relações de dependência entre esses negócios e comunidade, a influência das políticas públicas e a resiliência dos empreendedores diante das dificuldades estruturais.

Para a comerciante Ane, (2023) moradora local, a percepção de área de risco mais apropriada seria: “O seu local de residência, o local onde vive, onde podem desenvolver o seu trabalho não é apenas um lugar para morar, é onde tira seu sustento. É um lugar para construir conexões e relacionamentos sociais onde estão os amigos”.

Conforme a Sra Ane (2023), o território onde eles vivem é um espaço de resistência e sobrevivência, onde se entrelaçam as tradições, atividades cotidianas e histórias locais. Esse lugar não é apenas onde se mantém os valores e os recursos necessários para a vida diária, mas também um reflexo da estrutura social e cultural das pessoas que nele residem. A identidade local se expressa nas práticas diárias, nas relações interpessoais e nas formas de organização comunitária.

Nesse sentido, Haesbaert (2009) enfatiza que o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social e política. Em áreas de risco social, o território é moldado por relações de poder, desigualdades socioeconômicas e processos históricos que influenciam sua apropriação e uso.

Em suas análises, Haesbaert (2009) explora como o território em áreas de risco social pode ser um espaço de exclusão, onde certos grupos são desfavorecidos e têm acesso restrito a recursos e oportunidades. Ao mesmo tempo, ele também reconhece o potencial desses territórios como espaços de resistência e inclusão, onde comunidades organizam formas de solidariedade e enfrentamento das adversidades.

Haesbaert (2009) destaca a necessidade de políticas públicas que reconheçam a complexidade do território em áreas de risco social, promovam a participação comunitária e combatam as desigualdades de forma inclusiva. Isso inclui iniciativas que promovam a participação comunitária, fortaleçam a infraestrutura urbana e ofereçam oportunidades econômicas sustentáveis para os residentes.

Já em outra obra, Haesbaert (2004), propõem que o conceito de território em zonas de risco social é entendido como algo dinâmico e relacional, refletindo a interação contínua entre o espaço físico, as relações de poder e as identidades construídas pelos moradores dessas áreas. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda de como esses lugares se estruturam,

se transformam e se habitam ao longo do tempo, considerando as influências externas e internas que moldam o cotidiano de seus habitantes.

Essas interações não são estáticas, mas sim resultados de processos sociais e históricos que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Em territórios de risco social, as condições de vulnerabilidade, a falta de acesso a serviços essenciais e a marginalização social impactam a forma como a comunidade se organiza, suas relações de poder e as identidades locais, tornando o território um espaço de constante adaptação e resistência diante das adversidades.

A decisão de morar em uma área de risco social raramente é uma mera escolha, mas sim uma ação motivada por uma complexa intersecção de fatores econômicos, sociais e pessoais. Embora o custo de vida seja um atrativo primário, a proximidade com familiares e amigos desempenha um papel crucial, levando essas pessoas a criarem redes de apoio comunitário que são absolutamente essenciais para a sobrevivência e a resiliência em contextos de adversidade. Tais vínculos sociais, muitas vezes, suplantam a preocupação com os riscos ambientais e de segurança, transformando a localidade em um polo de suporte mútuo.

Muitos moram nessa área por falta de oportunidades e também pela falta de políticas habitacionais inclusivas, e a desigualdade econômica podem deixar poucas opções para as populações de baixa renda, forçando-as a se estabelecerem em áreas de risco, esses comerciantes que se estabelecem nestes locais, também podem vir de várias origens, e suas motivações são igualmente diversificadas.

Segundo Haesbaert (2004) a urbanização e o desenvolvimento econômico frequentemente resultam em processos de marginalização. Grupos sociais menos favorecidos são empurrados para áreas periféricas ou de risco devido à exclusão do mercado formal de habitação. A profunda desigualdade de renda no Brasil força as famílias de baixa renda a procurarem habitação nas áreas onde os custos são mais baixos, áreas que geralmente estão associadas a riscos ambientais e sociais.

Esse fenômeno é resultado de um processo histórico de desigualdade social e de planejamento urbano deficiente, no qual políticas habitacionais insuficientes e ineficazes não conseguem atender às necessidades da população de baixa renda. Assim, a desigualdade de rendimentos traduz-se em desigualdade espacial, deslocando as populações mais pobres para áreas urbanas mais vulneráveis e expostas a perigos diversos.

Esses comerciantes que vivem nas áreas de risco social surgiram de uma combinação de necessidades, e oportunidades, pois terrenos em áreas de risco tendem a ser mais baratos ou

até mesmo disponíveis para ocupação irregular, tornando-se uma opção viável para quem não pode arcar com os custos de habitação em outras áreas da cidade.

"A instalação de moradias e pequenos negócios em áreas de risco está muitas vezes associada à precariedade econômica, que obriga parte da população a buscar alternativas viáveis fora dos circuitos formais do mercado imobiliário" (Corrêa, 1995, p. 83).

A combinação da precariedade territorial e da exclusão social cria um ciclo de vulnerabilidade que se torna extremamente difícil de romper sem intervenções estruturais e inclusivas. Economicamente, essa realidade afeta diretamente o comércio local, a população residente em áreas de risco social geralmente possui um poder aquisitivo menor, o que impacta as vendas e, conseqüentemente, o potencial de lucro dos pequenos negócios. Além disso, a instabilidade econômica inerente a esses contextos torna a operação e a sobrevivência de qualquer empreendimento ainda mais desafiadora.

Nesse contexto a sociabilidade é um aspecto essencial que caracteriza as relações comerciais entre os pequenos negócios e suas comunidades, essas interações não se limitam à troca de produtos ou serviços, mas envolvem laços de confiança, estabelecendo uma rede de apoio social dentro da própria comunidade.

Além disso, a violência, a pobreza ou a tranquilidade de um lugar não são características intrínsecas ao território, mas sim resultado de um processo construído ao longo do tempo. Essas áreas não são naturalmente violentas ou pacíficas, mas refletem as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam as condições de vida e as relações dentro desses locais. Portanto, a produção do espaço urbano é influenciada por diversos fatores, como as políticas públicas, as práticas sociais e as condições de acesso a recursos, criando realidades distintas em diferentes áreas da cidade.

Aqueles que vivem em áreas com a infraestrutura mais precária, no que diz respeito a mobilidade e ao acesso quase sempre são desfavorecidos de forma equivocada, pois confunde-se a precariedade da infraestrutura para residência, o mesmo ocorre em relação aos moradores dessas áreas, como se todos ali fossem potencialmente perigosos, pois vivem naquilo em que as autoridades de segurança publicam mapeiam como (áreas vermelhas).

Essa estigmatização social reforça preconceitos e desigualdades, dificultando o acesso a serviços, oportunidades e políticas públicas que poderiam melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social, nesse contexto, a sinalização assume um papel fundamental ao alertar para perigos, destacando áreas ou situações que apresentam riscos e orientando as pessoas quanto à necessidade de precaução e à adoção de medidas específicas, um exemplo

claro são as áreas de difícil acesso, como a entrada para o rip-rap do Zumbi 1, ilustrada nas figuras 12 e 13.

Figura 12 – Rua dr^a Yolanda Zumbi I



Fonte: Porto, 2023.

Figura 13 – Rua dr. Resende p o rip-rap do zumbi I



Fonte: Porto, 2023.

Os aspectos físicos do ambiente têm um papel significativo na formação de áreas de risco social, uma vez que as condições estruturais e ambientais podem criar ou agravar situações de vulnerabilidade tanto ambiental como social. Quando falamos do ambiente físico, estamos nos referindo tanto às condições naturais como a proximidade de encostas, áreas de alagamento ou margens de rios quanto às condições urbanísticas, como a falta de infraestrutura, a desorganização do uso do solo e a precariedade dos serviços públicos.

Essas condições podem levar à marginalização de determinadas áreas, onde a população, frequentemente de baixa renda, é obrigada a viver em locais inseguros e sem acesso a serviços essenciais. Por exemplo, áreas com alta concentração de poluição ou sujeitas a desastres naturais, como enchentes, são fisicamente vulneráveis, e essa vulnerabilidade ambiental acaba sendo um reflexo das desigualdades sociais e da falta de planejamento urbano.

Além disso, a consequência ambiental dessas condições pode ter impactos duradouros na saúde pública e no bem-estar da comunidade, agravando ainda mais a situação de risco social. A pobreza, a falta de acesso a recursos e a ausência de políticas públicas adequadas criam um ciclo de exclusão que torna esses espaços ainda mais precários, consolidando um ambiente onde o risco social se intensifica. Dessa forma, a questão ambiental não se limita a um aspecto físico isolado, mas está profundamente conectada ao processo de produção do espaço e às desigualdades sociais que ele reflete.

No entanto, é importante ressaltar que a dinâmica socioeconômica, cultural e política também desempenha um papel crucial na determinação da vulnerabilidade e do risco social em determinadas áreas.

Além disso, a geografia e o estatuto social também podem ser explorados no contexto das desigualdades socioespaciais, onde as diferenças no acesso aos recursos, serviços e oportunidades podem ser determinadas geograficamente.

Isso pode envolver a análise da distribuição de forma assimétrica de infraestruturas, como transportes e habitação, a segregação espacial de grupos sociais ou as formas como as políticas públicas afetam a distribuição de recursos e serviços em diferentes áreas geográficas.

A poluição do ar, da água e do solo, bem como a degradação ambiental de ecossistemas naturais, pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar da população, especialmente em comunidades de baixa renda que muitas vezes estão localizadas em áreas sem infraestrutura.

A figura 14, mostra esse processo de apropriação e transformação do espaço gerando novas formas de produção e vida.

Figura 14 – Comércio zumbi setor III



Fonte: Porto, 2023.

Segundo pesquisa feita junto aos comerciantes da localidade, o consumidor desse lugar são pessoas de baixa renda, na maioria trabalhadora autônoma, como domésticas, pedreiros, dentre outras. Pessoas que não tem salário fixo e geralmente não fazem compras para o mês inteiro, não comprando, portanto, nas grandes redes de supermercados.

Segundo destacou D. Ane (2023), esses clientes consomem geralmente produtos como salsicha, conserva, sardinha, ovos, ou seja, geralmente o básico para sobrevivência.

No negócio local dessa área, o fiado é uma prática enraizada, típica do circuito inferior da economia. Com sua inseparável caderneta, o comerciante registra as compras dos clientes mais frequentes, tecendo uma relação de confiança onde o pagamento de uma conta muitas vezes se mistura com a abertura de uma nova. Essa dinâmica reflete a realidade desses

trabalhadores, que, pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, operam à margem da formalidade.

Nessa área onde a exclusão social é evidente que a presença do Estado é limitada, áreas com alto índice de criminalidade e um histórico de violência, a segurança pública se torna um dos maiores desafios para os moradores e esses pequenos comerciantes.

A falta de policiamento ostensivo, juntamente com a dificuldade de acesso dos agentes de segurança, cria um ambiente propício à prática de crimes como furtos. Esses crimes afetam diretamente o negócio, resultando em prejuízos econômicos e em um clima de insegurança constante. Esse cenário contribui para a marginalização ainda maior dessas áreas, uma vez que a violência impede o seu desenvolvimento, afetando não apenas as relações comerciais, mas também a qualidade de vida dos moradores local.

Esses comerciantes desempenham um papel vital na economia e na coesão social dessas áreas, oferecendo produtos e serviços essenciais enquanto enfrentam desafios significativos, então compreender essa dinâmica é crucial para o desenvolvimento de políticas eficazes que apoiem esses comerciantes e melhorem as condições de vida nas áreas de risco social.

Os comerciantes em áreas de risco social frequentemente desenvolvem estratégias específicas de resistência para enfrentar adversidades como violência urbana, instabilidade econômica e falta de recursos. Isso pode incluir ajustes nos produtos oferecidos, como as práticas de preços flexíveis e a utilização de redes de apoio informal.

A presença de pequenos negócios pode ter impactos significativos no desenvolvimento local, tanto positivos como negativos.

No positivo, esses negócios podem gerar empregos locais, fornecer serviços essenciais à comunidade e contribuir para a dinâmica econômica local. Por outro lado, enfrentam dificuldades para se manterem em funcionamento, devido as condições adversas.

Para Souza (2008), a diferenciação entre comerciantes em áreas de risco social considerando diversos aspectos que influenciam suas condições de trabalho e estratégias de sobrevivência.

Um dos aspectos é a inovação tecnológica que pode ser usada como um impulso, tanto para o crescimento econômico quanto para a coesão social dessas áreas, a inovação tecnológica com objetivos sociais pode ajudar a resolver problemas como pobreza, exclusão e degradação ambiental nessas localidades.

Para que isso se concretize, é essencial que a tecnologia seja desenvolvida e implementada de forma inclusiva e acessível. Iniciativas focadas em facilitar o acesso a serviços básicos saúde e educação, promover a conectividade digital para o pequeno comércio e oferecer

soluções sustentáveis de infraestrutura como monitoramento de risco ambiental podem fortalecer a resiliência das comunidades e gerar novas oportunidades.

Quando nos referimos aos negócios que é exercido nos espaços de risco social, estamos lidando com um fenômeno que vai além da mera sobrevivência econômica. Trata-se de uma complexa rede de relações sociais e econômicas que revela as contradições e desigualdades presentes nas cidades contemporâneas (Souza, 2009)

Quando pensamos em negócios num espaço onde existem riscos sociais, por ser um espaço complexo em diferentes fatores, sejam eles físicos, sociais ou políticos, que se apresentam como adversidades as quais devem ser superados pelos comerciantes, em busca de seu sustento cotidiano, e o sr. Lucas (2023) fala do enfrentamento das desventuras diárias sendo numa delas as dificuldades de acesso como demonstrado nas figuras 15 e 16.

Figura 15 – Comércio do sr. Lucas



Fonte: Porto, 2023

Figura 16 – Acesso para o Comércio do sr. Lucas Setor III



Fonte: Porto, 2023

Na questão do enfrentamento das adversidades, ouvindo o relato do comerciante Sr. Lucas, morador da rua Dr. Basilio no bairro Zumbi III, ele e sua esposa, um casal na faixa dos 60 anos, chegaram à comunidade há cerca de 22 anos, vindos do interior do Pará. Em busca de melhores oportunidades de trabalho e uma vida melhor para seus filhos, decidiram se mudar para a Manaus, a realidade, no entanto, mostrou-se mais dura do que esperavam.

Ele relata que quando chegaram, não tinham muitas opções. Os aluguéis eram muito caros e o que trouxeram de economia era insuficiente para pagar o aluguel. Acabaram encontrando um terreno nesta comunidade, onde podiam construir a própria casa, ainda que de forma improvisada, conta seu Lucas.

A casa do sr. Lucas é uma construção simples de tijolos e telhas de amianto, sem isolamento apropriado contra calor como mostrado na imagem acima. Era isso ou ficar na rua, explica o Sr. Lucas. Eles se lembram das primeiras semanas, sem acesso a água potável ou eletricidade. Aos poucos, foram instalando melhorias, mas os desafios permanecem.

Ele conta que o maior medo é a temporada de chuvas. Quando chove muito, o igarapé que passa perto da casa transborda, e a casa fica inundada. Já Perderam muitos móveis e eletrodomésticos assim, diz sua esposa, com um olhar preocupado.

A casa do Sr. Lucas exemplifica a dura realidade das condições de vida enfrentadas por muitos moradores em áreas de risco social. A construção simples, feita de tijolos e telhas de amianto, reflete as limitações materiais e financeiras de acesso que os moradores dessas áreas enfrentam. A falta de isolamento contra o calor é um detalhe importante que ilustra as dificuldades cotidianas de quem vive nessas condições. Como ele menciona, a escolha era entre viver assim ou ficar na rua, o que evidencia a escassez de opções dignas de moradia.

O relato sobre as primeiras semanas sem acesso a serviços básicos como água potável e eletricidade ressalta a exclusão social e a precariedade em que muitos se encontram, especialmente no início de sua adaptação a um novo espaço, muitas vezes sem a presença do Estado para prover esses serviços essenciais. Apesar das melhorias progressivas feitas ao longo do tempo, os desafios permanecem, como o temor constante da temporada de chuvas.

O medo das enchentes é um reflexo da vulnerabilidade física dessas áreas. O transbordamento do igarapé, que resulta em inundações frequentes e danos aos móveis e eletrodomésticos, é uma evidência clara de como as condições ambientais e a falta de infraestrutura básica podem tornar a vida nessas áreas um ciclo de perda e reconstrução.

No entanto, apesar dessas adversidades, o relato do Sr. Lucas (2023) também evidencia a força e a resiliência dos moradores. Sua narrativa destaca a constante luta pela sobrevivência e por uma vida mais digna, onde as pessoas enfrentam não só as dificuldades materiais, mas também a luta diária contra a exclusão e a marginalização social. A determinação desses comerciantes e de suas famílias se torna um pilar fundamental para a manutenção da esperança, apesar de todas as adversidades. Essa resiliência individual e comunitária é um reflexo da capacidade de resistência diante de um cenário de desafios contínuos, buscando, dia após dia, por um futuro mais seguro e justo.

O que acontece é que, por sua condição social e econômica, moram em locais mais susceptíveis a serem transformados em áreas de risco, pela ausência de serviços públicos, como encostas íngremes, áreas alagadas e até mesmo em ambientes insalubres. A resposta do poder público é reativa e não preventiva e não raro, não é fundamentada em procedimentos técnico-

científicos, soma-se a isso as irregularidades de moradias conhecidos como ocupações irregulares.

2 CAPÍTULO II- PEQUENOS NEGÓCIOS NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES SETOR I E III: DA ORIGEM A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Neste capítulo, será apresentada uma descrição detalhada da área de risco social escolhida para a pesquisa, abordando diversos aspectos socioeconômicos e urbanísticos que caracterizam esse espaço. Serão analisados os níveis de renda da população local, o grau de escolaridade dos comerciantes e outros indicadores sociais relevantes, como a origem dos comerciantes, suas trajetórias e as motivações que os levaram a investir no negócio na área da pesquisa.

Além disso, será discutido como ocorreu a construção desses estabelecimentos comerciais, considerando os processos informais envolvidos na sua consolidação. A pesquisa também examinará o tipo de segregação existente na área, avaliando de que maneira as dinâmicas urbanas influenciam a distribuição dos negócios e o acesso a oportunidades.

Então, será discutido os principais obstáculos que os comerciantes encontram, principalmente relacionados a questões financeiras e estruturais, além das oportunidades que podem aparecer nesse cenário. A avaliação financeira abrangerá não apenas as barreiras à continuidade dos empreendimentos, mas também as oportunidades de desenvolvimento e inovação dentro desse contexto de vulnerabilidade social.

O bairro Zumbi dos Palmares, cuja ocupação remonta (1986) os setores I e III refletem um cenário de extrema vulnerabilidade e marginalização, caracterizado por dificuldades de acesso, e infraestrutura precária. As vias de acesso, compostas por emaranhados de pontes de madeira, são um exemplo claro de como a falta de planejamento urbano e a escassez de recursos afetam a vida cotidiana desses moradores. Esse tipo de acesso improvisado, que é a única alternativa para que a população consiga transitar até as vias asfaltadas, simbolizando as condições adversas em que as pessoas dessas comunidades vivenciam.

Essa comunidade está situada em um lugar de difícil acesso, cercado por áreas alagadiças e cortada por pequenos igarapés. As ruas são de terras batida (areia), que se transformam em lamaçais durante o período de chuvas.

O transporte não entra nessas áreas, e os moradores precisam atravessar longas passarelas de madeira improvisadas, muitas delas deterioradas pelo tempo, rangendo a cada

passo. Algumas dessas pontes apresentam buracos, e tábuas soltas, exigindo cautela ao transitar por elas para evitar acidentes (figura 17).

Figura 17 – Passarela improvisada para acesso dos moradores



Fonte: Porto, 2024.

A iluminação pública é precária tornando os deslocamentos noturnos perigosos. Sem saneamento básico, com esgoto a céu aberto correndo próximo às moradias, agravando os riscos de doenças (figuras 18 e 19). O fornecimento de água potável é irregular, obrigando os moradores a armazenarem-na em recipientes improvisados. A eletricidade também sofre constantes oscilações, com fiações expostas e ligações irregulares.

Figura 18 – Sistema de iluminação precário



Fonte: Porto, 2023

Figura 19 – Igarapé transformado em esgoto



Fonte: Porto, 2023

2.1 Migração, Rip-rap e os pequenos negócios

No Brasil o deslocamento da população reflete aos processos socioeconômicos do país sendo incentivada de maneira significativa pela busca de melhores condições de vida e trabalho, este movimento é influenciado por diversos fatores, tais como desigualdades econômicas e

oportunidades desiguais, que existem entre as diversas regiões do Brasil. De modo geral, as pessoas deslocam-se em busca de melhores condições de vida, que estão relacionadas a emprego, educação e acesso a serviços básicos, com especial destaque esse deslocamento acontece para as grandes cidades e capitais, que apresentam uma maior concentração de infraestrutura e investimentos públicos.

Essas migrações, no entanto, não ocorrem de forma sequencial, ou sem desafios. Muitas vezes, as regiões mais periféricas do país, e os interiores enfrentam a falta de recursos e oportunidades, forçando as populações a se deslocarem para áreas urbanas em busca de uma vida melhor, o que pode resultar em um aumento da concentração populacional nas áreas de risco social e ambiental dos grandes centros urbanos.

O fenômeno da mobilidade também é moldado por questões históricas e políticas, onde políticas públicas ou a falta delas, como o acesso desproporcional a terras, a urbanização acelerada e o subdesenvolvimento de algumas regiões, contribuem para a migração em busca de condições mais favoráveis. Dessa forma, a mobilidade populacional no Brasil é um reflexo das disparidades regionais e das complexas relações entre desigualdade, estrutura social e a busca pela melhoria das condições de vida.

A origem dos comerciantes na área do rip-rap em estudo, está diretamente relacionada aos deslocamentos populacionais do meio rural para o meio urbano. Esse processo migratório foi impulsionado por diversos fatores, como a busca por melhores condições de vida e a necessidade de acesso a oportunidades econômicas mais amplas.

Essas famílias precisaram abandonar o meio rural e até mesmo urbano, nas cidades onde residiam uma vez que a qualidade e a disponibilidade dos serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura básica, não atendia suas necessidades, serviços de difícil acesso em áreas rurais.

Ao chegarem em Manaus, enfrentaram desafios, como habitações precárias e dificuldades em conseguir emprego com carteira assinada, levando-as a depender do trabalho informal, como ambulantes ou como os pequenos negócios para garantir o sustento de suas famílias. Apesar das adversidades, demonstraram grande persistência e capacidade de adaptação, utilizando a informalidade como ponte para a integração econômica e social na nova cidade.

As jornadas desses comerciantes não apenas evidenciam uma busca por uma vida mais digna devido a um processo migratório, mas também refletem os desafios encontrados em um cenário urbano, onde a desigualdade socioeconômica continua a criar barreiras que afetam seus direitos e capacidades.

A mudança desses comerciantes para Manaus, em especial para áreas de vulnerabilidade social como bairro Zumbi dos Palmares, foi motivada por vários fatores, como o crescimento industrial, pela Zona Franca de Manaus, além das consequências ambientais no interior do estado. Muitos desses migrantes foram obrigados a se mudar devido a eventos como cheias, quedas de barrancos, desmatamento e a redução de terras para o cultivo. Todos esses fatos prejudicaram suas condições de vida e trabalho na área rural, levando-os a procurar abrigo nas áreas urbanas, principalmente nas periferias da cidade.

Os moradores da área de estudo, têm origens diversas, com grande parte vinda de municípios do interior do Amazonas, como Manacapuru, Itacoatiara, Coari e Parintins. Além disso, algumas famílias migraram de estados vizinhos, como o Pará, Maranhão e Ceará entre outros, atraídas pela promessa de melhores oportunidades no mercado de trabalho, educação e acesso a serviços urbanos, que são mais concentrados nas capitais.

A urbanização acelerada de Manaus, especialmente a partir da criação da Zona Franca nos anos 1960, atraiu um grande contingente de migrantes, resultando em um crescimento populacional não planejado. Sem políticas habitacionais suficientes para absorver essa demanda, muitas dessas pessoas ocuparam áreas periféricas e ambientalmente sensíveis, como encostas, margens de igarapés e zonas sujeitas a inundações, que caracterizam parte do bairro Zumbi dos Palmares.

Esse cenário mostra o tamanho das diferenças econômicas e sociais nas cidades e reflete a união de pessoas em áreas urbanas periféricas, sem acesso a infraestrutura, serviços públicos bons e chances de trabalho formal. Além disso, o alto número de moradores em loteamentos irregulares mostra a crescente urbanização e pressão sobre os lugares urbanos que muitas vezes não conseguem obter moradia e serviços formalizados como carteira de trabalho assinada.

Esses fatores agravam as condições de vida das populações menos favorecida economicamente que apesar de agora estar em área urbana enfrenta problemas idênticos com os que enfrentava nas áreas rurais em sentido de acesso a direitos básicos e qualidade da vida. Entre as 20 favelas mais populosas do Brasil, Manaus se destaca com a presença de seis dessas comunidades, mostrando assim a intensa concentração de população em áreas urbanas vulneráveis.

Um dos exemplos mais contundentes das desigualdades socioeconômicas em Manaus é o complexo dos bairros Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, localizado na Zona Norte. Com uma população superior a 55 mil habitantes (IBGE, 2022), essa área ocupa a quarta posição nacional entre as maiores favelas. Esses vastos aglomerados refletem as profundas disparidades

presentes na cidade, evidenciando as dificuldades enfrentadas por seus moradores. As condições precárias de vida são marcantes, com acesso limitado a serviços públicos essenciais e infraestrutura inadequada, o que agrava a situação de vulnerabilidade dessas populações.

Outro bairro de destaque é o Zumbi dos Palmares/Nova Luz, que ocupa a 12ª posição entre as ocupações irregulares mais populosas do Brasil, com 34.706 habitantes (IBGE, 2022). Essas comunidades são marcos da urbanização sem planejamento do estado, em Manaus, onde a falta de planejamento urbano e as disparidades no acesso a recursos básicos, como saúde, educação e transporte, impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Esse cenário evidencia a realidade de muitas periferias urbanas de Manaus, onde a escassez de políticas públicas eficazes de inclusão e desenvolvimento contribui para a perpetuação da pobreza e das condições de vulnerabilidade social, mesmo em áreas que estão localizadas em centros urbanos com grande concentração de recursos

Além disso, a falta de regulamentação e fiscalização urbana contribui para a consolidação de ocupações irregulares, perpetuando desigualdades socioespaciais e reforçando a vulnerabilidade de comunidades que dependem de soluções habitacionais precárias

A expansão das ocupações irregulares em Manaus é uma consequência direta da ausência de planejamento urbano adequado, o que prejudica a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região (Assembleia Legislativa do Amazonas, 2024).

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), deputado estadual Roberto Cidade (União Brasil), criticou a “falta de planejamento” para alcançar a população vulnerável da capital após a divulgação na última sexta-feira (8/11/24) de dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que identifica sete aglomerados subnormais de Manaus entre as 20 maiores do país. Sem planejamento, as políticas públicas não conseguem alcançar a parcela da população que mais precisa e o resultado é isso que o Censo nos mostra. A aglomerados subnormais, pela própria característica, é um local sem infraestrutura adequada e, com um número grande de pessoas morando nessa condição, faz com que os problemas de saúde, educação, segurança e cidadania, por exemplo, se multipliquem. É preciso que haja a aplicação de políticas públicas com mais qualidade e isso só acontecerá se houver um planejamento adequado (disse o deputado). (Assembleia Legislativa do Amazonas, 2024).

Sendo necessárias algumas ações para melhorar as condições da população em áreas de risco social, como bairro do Zumbi dos Palmares, algo como ampliação de projetos habitacionais e investimentos em educação ambiental, ações de saneamento básico e infraestrutura que minimizem os impactos de enchentes e alagamentos nessa área.

São áreas urbanas que obtém particularidades que o representam e dão significado, a transformação do espaço gerado a partir da apropriação realizada por estabelecimentos comerciais, limitada pela necessidade de utilizar as vias públicas, onde ocorre o processo de troca, seja para sobreviver ou para acumulação de capital, isto em estabelecimentos com maior

capacidade financeira, geram-se conflitos tendo como base as diferentes formas de apropriação do espaço e interesses particulares com diferentes entidades estatais.

Esses pequenos negócios, enfrentam desafios significativos devido às condições precárias de infraestrutura e à vulnerabilidade ambiental do lugar, muitos donos desses pequenos negócios são moradores que, diante da falta de oportunidades de emprego, veem no negócio local uma alternativa viável para sustento próprio, e de suas famílias.

A urgente necessidade de gerar renda em meio à fragilidade social é o principal motor para esses comerciantes.

A ausência de políticas públicas efetivas voltadas para habitação e emprego força essas pessoas a buscarem, por conta própria, alternativas de sustento.

Apesar das adversidades, eles mantêm uma conexão sólida com a comunidade, oferecendo produtos e serviços que, por sua vez, estimulam a criação de outros pequenos negócios nesses bairros.

Entretanto, bairros localizados em áreas de risco social e ambiental, estão sujeitos a inundações e deslizamentos de terras, tudo isso impõe obstáculos adicionais a essa população, com a ausência de infraestrutura apropriada, como drenagem e arruamento, isso não apenas dificulta o funcionamento cotidiano desses negócios, como também afasta possíveis clientes, prejudicando as vendas desses comerciantes. Além do que, a instabilidade e a predominância de condições nessas áreas intensificam a vulnerabilidade dos pequenos negócios a perdas tanto materiais quanto financeiras.

No entanto, Programas governamentais, como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), têm buscado mitigar esses problemas por meio de intervenções que incluem a remoção de famílias de áreas de risco e a melhoria da infraestrutura urbana, tais iniciativas nem sempre contemplam plenamente as necessidades dos comerciantes da área, especialmente no que tange à realocação de seus negócios e ao suporte financeiro durante períodos de transição.

Os donos dos pequenos negócios que estão localizados no bairro do Zumbi dos Palmares sentem a necessidade de assegurar a continuidade de sua atividade e seu envolvimento financeiro com a área em que vivem. Mesmo quando confrontados com dificuldades, como condições ambientais desfavoráveis e falta de apoio institucional, esses comerciantes têm a capacidade de se recuperar a cada crise econômica.

Eles desempenham um papel importante na motivação econômica e social, fornecendo produtos e serviços essenciais para apoiar a população da comunidade. Esta situação não apenas mostra a luta pela sobrevivência, mas também a capacidade de se adaptar e prosperar em um

ambiente difícil. Como ilustrado na imagem a seguir, é possível observar, em algumas, as táticas que adotam para manter seus negócios e superar os obstáculos.

Como a improvisação de estruturas, a escolha estratégica de pontos com maior fluxo de pessoas, a diversificação dos produtos oferecidos e o estabelecimento de relações de confiança com os moradores da área de estudo. Essas ações evidenciam não apenas a criatividade dos comerciantes, mas também a capacidade frente às limitações impostas pela informalidade e pela ausência de apoio institucional (figuras 20 e 21).

Figura 20 – Comércio setor III



Fonte: Porto, 2023

Figura 21 – Ponte que dá acesso a área de estudo setor III



Fonte: Porto, 2023

2.2 As trajetórias e suas motivações: a territorialização

Os donos dos pequenos negócios dos setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares são pessoas que se adaptam rapidamente às circunstâncias, e as adversidades da economia. Eles vieram de diversas regiões do país, mas também do interior do Amazonas, em busca de uma vida digna, de empregos dignos e do atendimento das suas necessidades básicas que apenas uma metrópole como Manaus pode proporcionar.

A decisão de morar no Zumbi dos Palmares fez parte da busca por sobrevivência ou, quem sabe, a oportunidade de alcançar um futuro melhor, um sonho um tanto distorcido, mas cheio de significado que é melhorar as condições de vida de suas famílias. A migração para o bairro reflete a busca por oportunidades de sustento, seja pela necessidade de sobrevivência ou pela aspiração de melhorar suas condições de vida

Esses donos dos pequenos negócios que participaram da pesquisa, em sua maioria, são pessoas que não tiveram acesso a uma formação escolar, o que os coloca em uma situação de limitação ao mercado de trabalho formalizado. Por isso, o negócio informal se torna uma

alternativa viável e necessária, permitindo que mantenham suas famílias e contribuam para a economia local, embora enfrentem dificuldades em um ambiente de precariedade e insegurança social.

Entre as principais motivações para a criação dos pequenos negócios está a tão sonhada liberdade financeira e um e a criação de uma rede de suporte familiar, alguns desses comerciantes começaram do nada. Imaginem a batalha diária, vendendo picolé, “dindin” para gerar capital para que pudessem começar com outros produtos, como material de higiene ou serviços essenciais, com o objetivo de atender às necessidades diárias da comunidade, mas a vida no bairro é um desafio constante. Mas mesmo diante das dificuldades do bairro, como a falta de infraestrutura, e a falta de apoio de políticas públicas, esses trabalhadores enfrentem grandes desafios para alcançar a estabilidade financeira, o que exige deles um esforço desproporcional e permanente apenas para garantir a sobrevivência diária.

Assim, as trajetórias dos comerciantes locais do bairro Zumbi dos Palmares são marcadas pela perseverança diante da informalidade e pelas constantes adaptações que precisam fazer para garantir a sobrevivência econômica em um ambiente de grande vulnerabilidade social.

As trajetórias e as motivações dos comerciantes do setor I e III do Bairro Zumbi dos Palmares identifica a diversidade da dinâmica socioeconômica local, de acordo com relatos durante o trabalho de campo em (2023), esses pequenos comerciantes têm histórias de vida marcadas pela busca de alternativas econômicas em um cenário de desigualdade social e escassez de oportunidades no mercado formal de trabalho.

Diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho e das dificuldades financeiras que os comerciantes da comunidade enfrentaram ao chegarem, muitos deles utilizaram a iniciativa empreendedora como resposta a essa necessidade. Com a falta de empregos, iniciar um pequeno negócio se tornou uma alternativa válida para assegurar o sustento familiar. Nesse cenário, as tabernas, juntamente com o apoio familiar e outras iniciativas, não só gera renda, mas também desempenha uma função essencial na economia e na vida diária da comunidade, indo além da simples criação de receita pois estruturam uma rede de apoio e abastecimento fundamental para a sobrevivência em áreas de alta vulnerabilidade.

Na área de estudo, o pequeno negócio está profundamente relacionado à história da família, formando uma herança transmitida de geração em geração. Muitos comerciantes continuaram os negócios iniciados por seus pais ou avós, mantendo um modelo de negócio comunitário típico para a área em que vivem. Esse fator não apenas reflete a tradição comercial local, mas também a força dessas famílias, embora as dificuldades econômicas e as condições

adversas, mantenham as empresas familiares para garantir a sobrevivência e contribuir para a motivação econômica local. A continuidade desses negócios destaca um forte vínculo com a comunidade e a capacidade dessas famílias de se adaptar e superar os desafios ao longo do tempo.

Além da herança familiar, a busca por autonomia financeira é uma motivação central para muitos desses comerciantes. Na área de estudo, o pequeno negócio se desenvolve em resposta às necessidades específicas da comunidade. Esses comerciantes observam cuidadosamente as necessidades dos moradores, fornecendo produtos e serviços acessíveis. Essa proximidade com a realidade dos moradores permite que esses negócios se adaptem às condições socioeconômicas da área vivida, garantindo que a população tenha acesso a produtos de necessidade imediata, sem precisar se deslocar para outras áreas a procura de produtos básicos do seu dia a dia.

Além dos aspectos econômicos, muitos desses comerciantes consideram o negócio como um meio de fortalecer a economia da área que vivem. Ao manter a circulação de capital nesse lugar, eles estimulam não apenas a geração de renda, mas também criação de relações sociais, promovendo uma rede de apoio e laços entre os moradores. Portanto, o negócio não se limita à troca de bens e serviços, mas assume um papel mais amplo, agindo como um fator de coesão social e contra a desigualdade estrutural que marca esses territórios

A dinâmica de pequenos comerciantes em áreas urbanas vulneráveis e de risco social revela uma estratégia de sobrevivência que vai além da simples busca por renda. Ao escolher o trabalhador em casa, esses comerciantes reduzem os custos operacionais, em particular com o transporte e maximiza o tempo dedicado à família. Essa flexibilidade fornece um aspecto importante, permitindo que essas pessoas ajustem suas funções profissionais com suas vidas pessoais.

Além disso, suas atividades comerciais estão além da troca simples de produtos e serviços, que também cobrem a construção de uma função mais ampla na sociedade, tornando-se um elemento de integração social e a desigualdade estrutural nessas áreas. Esse modelo de pequenos negócios é amplamente aceito na área de estudo, pois permite que os comerciantes adaptem suas práticas comerciais à sua rotina diária.

Isso explica por que o trabalho realizado em casa se transforma em uma forma de suporte familiar, ressaltando a inventividade e a capacidade de adaptação desses comerciantes apesar das barreiras socioeconômicas. A figura 22 e 23, ilustra esse processo evidenciando o pequeno negócio que funcionam em residências. Assim, o trabalho em casa se torna uma oportunidade de autoafirmação e suporte para a família, sublinhando a inovação e a adaptação

desses grupos diante dos desafios socioeconômicos. Ao criar sua própria fonte de renda, o dono, dono desse pequeno negócio recupera a autonomia e o protagonismo, transformando a adversidade em uma plataforma de empoderamento pessoal e coletivo. Além disso, contribui para a economia local, fortalece os laços comunitários e inspira outros moradores a buscarem alternativas de sobrevivência e resistência diante das dificuldades.

Figura 22 – Comércio na visita de 2024



Fonte: Porto, 2023

Figura 23 – Comércio de dona Ane setor III



Fonte: Porto, 2024

Nesses estabelecimentos simples, em sua maioria, observa-se a criatividade da comunidade, se tornando um pilar essencial para a economia, contribuindo para a sobrevivência e o fortalecimento socioeconômico da comunidade. A existência desses negócios depende não apenas de iniciativas pessoais, mas também da forte rede de apoio comunitária estabelecida nesses territórios. Solidariedade e apoio mútuo são aspectos essenciais para esses negócios continuarem funcionando, especialmente no contexto da instabilidade econômica.

Com resiliência, os comerciantes criam parcerias com vizinhos, familiares e outros pequenos empreendedores, fortalecendo laços de cooperação que permitem a troca de produtos, a concessão de crédito informal e a ajuda mútua em tempos de dificuldade. Essas relações não apenas sustentam os negócios, mas também funcionam como uma forma de resistência frente aos desafios estruturais, reforçando a importância do negócio local como pilar da economia e do cotidiano da comunidade.

Apesar de muitas dificuldades encontradas, muitos desses comerciantes em área de riscos sociais e ambientais da área de estudo conseguem criar histórias, mostrando uma capacidade notável de se adaptar a condições desfavoráveis, para garantir a continuidade de seus negócios, algumas inovações no fornecimento de produtos e serviços, adaptando -se às necessidades locais e mudanças no comportamento dos consumidores

Por sua vez, outros desenvolvem estratégias de rotatividade, exemplo disso é levar seus produtos para diferentes áreas da cidade ou diversificam seus produtos criando assim aumento em sua fonte de renda, reduzem assim a dependência de uma única fonte de renda para minimizar o impacto das crises econômicas, seja local ou nacional.

No contexto dos pequenos negócios situados na área de estudo do bairro Zumbi dos Palmares, Setor I e III, observa-se que alguns comerciantes desenvolvem estratégias de rotatividade flexíveis, como o comércio itinerante, exemplificado pela venda por catálogo de produtos de marcas como Natura, Avon e Boticário, ou pela diversificação da variedade de mercadorias oferecidas. Essas práticas não apenas permitem a ampliação do alcance do negócio e a adaptação às demandas da comunidade, mas também representam formas de se fortalecer economicamente, garantindo fontes de renda alternativas em um contexto marcado por restrições de infraestrutura, e vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a mobilidade e a diversificação contribuem para fortalecer a relação com os clientes, consolidando a presença do comerciante na comunidade e promovendo a sustentabilidade de seu negócio.

Outra prática recorrente é a venda fracionada de gêneros alimentícios e outros itens de primeira necessidade, como óleo, arroz, feijão, açúcar, em pequenas porções, adaptando-se ao orçamento limitado dos consumidores locais. Um exemplo inspirador desse espírito de resistência é a taberna de Dona Helen (figura 24).

Figura 24 – Vendas fracionadas



Fonte: Porto, 2024

Essas trajetórias também são fortemente afetadas pelo relacionamento dos comerciantes com o Estado. As políticas públicas voltadas para remoção desses moradores, a urbanização e a desocupação dessas áreas podem representar tantas oportunidades, mas também ameaças para

esses pequenos negócios. Em alguns casos, a legalização da melhoria e da infraestrutura da terra possibilita um ambiente comercial mais seguro.

Em outros, entretanto, processos de remoção forçada deslocam comerciantes, muitas vezes sem um planejamento estruturado que lhes permita dar continuidade às suas atividades. Essa falta de orientação e suporte durante os processos de realocação evidencia a necessidade de políticas públicas que conciliem regularização fundiária, segurança econômica e manutenção da atividade comercial, de forma a reduzir a vulnerabilidade socioeconômica dessas populações

A ausência de um diálogo efetivo entre as autoridades e as comunidades muitas vezes gera rupturas, aprofundando a vulnerabilidade desses trabalhadores, sem apoio institucional e sem um planejamento estruturado, muitos comerciantes perdem seus pontos de venda e enfrentam dificuldades para recomeçar, tornando ainda mais desafiadora a luta por estabilidade econômica e permanência na área.

O pequeno negócio, com sua diversidade de produtos e formas de negociação, reflete as características culturais da área de estudo. Tabernas, barracas de alimentos tornam-se pontos de encontro onde moradores compartilham histórias, fortalecem relações e mantêm vivas tradições locais. Esses locais atuam como centros de convivência, estimulando uma identidade comum que se fundamenta na solidariedade e na inclusão comunitária.

Além disso, muitos comerciantes incorporam elementos culturais regionais em seus negócios, na forma como organizam e decoram seus estabelecimentos. Dessa maneira, os pequenos negócios não são apenas fontes de sustento, mas também importantes vetores de afirmação identitária, contribuindo para a resistência e a valorização da cultura local em meio às transformações urbanas e sociais da cidade.

Os pequenos comerciantes que atuam em áreas de risco social, como no bairro Zumbi dos Palmares, representam um grupo forte diante dos obstáculos, o que é essencial para a dinâmica econômica e social da comunidade. No entanto, apesar de sua importância, eles frequentemente permanecem invisibilizados nas políticas públicas e nos debates sobre desenvolvimento urbano.

A falta de regulamentação e apoio governamental os coloca em uma posição vulnerável, dificultando o acesso a crédito, segurança jurídica e condições dignas para manter seus negócios. Essa ausência de reconhecimento institucional contribui para a precariedade de suas condições de trabalho e limita o potencial de desenvolvimento desses pequenos negócios, que continuam sendo sustentados, em grande parte, pela criatividade e pelas estratégias de resistência dos próprios comerciantes.

Esses pequenos negócios têm papel central na economia local, proporcionando bens e serviços essenciais para comunidades marginalizadas e gerando subsistência para suas próprias famílias. Além disso, eles desempenham uma função social crucial, criando redes de apoio e resistência em ambientes desafiadores, muitas vezes substituindo a ausência do Estado em termos de serviços e segurança. Sua atuação é, portanto, um reflexo da capacidade de adaptação e da luta por dignidade e condições mínimas de vida, contribuindo significativamente para a coesão e a sobrevivência das comunidades em que estão inseridos.

O pequeno negócio não apenas garante o sustento da família de seu proprietário, mas também se tornou um ponto de referência para a vizinhança, oferecendo produtos essenciais e fortalecendo os laços comunitários. Esse exemplo reflete a relevância do pequeno negócio nas periferias, onde, mesmo diante das dificuldades, esses trabalhadores encontram formas de resistir e prosperar. Como relatou Helen (2023): “Aqui eu vendo o que o pessoal precisa no dia a dia. Se um cliente pede uma coisa diferente e vejo que tem saída, começo a trazer mais. Foi assim que comecei a vender bolo caseiro junto com os produtos da taberna.

D. Helen, de 35 anos, é moradora do ripa-rap do bairro Zumbi III, localizado na rua Dr. Basílio (figura 25) com escolaridade até o 7º ano do ensino fundamental. Sua trajetória como comerciante começou há cinco anos, quando ela perdeu o emprego como doméstica. Diante da necessidade de sustentar seus 03 filhos sozinha, ela viu no pequeno negócio uma oportunidade de garantir a sobrevivência de sua família. Inicialmente, ela começou a vender “dindim” e picolé nas ruas do bairro zumbi dos palmares. Uma atividade simples, mas que rapidamente se tornou essencial para seu sustento e o de seus filhos.

Sua jornada é marcada pela luta e pela busca por alternativas para melhorar sua situação, enfrentando as dificuldades econômicas e a falta de apoio institucional. O negócio, embora pequeno, tornou-se um alicerce para a família da comerciante, permitindo que ela equilibrasse suas responsabilidades familiares e suas atividades profissionais. Seu exemplo reflete a realidade de muitos outros comerciantes da área, que buscam, no pequeno negócio, uma maneira de superar as adversidades e garantir um futuro mais digno para suas famílias.

A comerciante utiliza sua própria sala como ponto comercial, onde é vendido mercadorias diversas, tais como refrigerante, ovos, salsicha entre outros, vende para moradores locais, e pessoas que transitam pelo local, com produtos variados, e com opções acessíveis que atendem às restrições financeiras de seus clientes. Ela enfrentou e ainda enfrenta desafios como a falta de infraestrutura com a casa de madeira sobre uma ponte que precisou ser adaptada.

Figura 25 – Comercio de dona Helen construido sobre a ponte



Fonte: Porto, 2023.

Com recursos limitados, a vulnerabilidade ambiental faz parte do seu dia a dia. A casa da dessa comerciante está localizada em uma área sujeita a alagamentos, o que a expõe a riscos frequentes em períodos de chuva, a concorrência e instabilidade, com o aumento do número de pequenos negócios na comunidade, Helen precisa diversificar seus produtos e buscar novos meios de atrair mais clientes.

Para a comerciante Helen (2023), moradora do local da pesquisa, a percepção mais adequada de área de risco é:

A minha casa, o local onde moro, onde posso desenvolver o meu trabalho não é apenas um lugar para morar, é de onde tiro meu sustento. É um lugar para construir relacionamentos sociais é onde estão os meus clientes e amigos. Aqui, o dinheiro que recebo do trabalho e o dinheiro que gasto se misturam; a receita é o meu lucro, e vice-versa. (Helen 2023).

A partir do relato de dona Helen, observa-se que ela não distingue receita de lucro, destinando a receita obtida a despesas imediatas e pessoais, sem separar o ganho líquido do negócio. Durante a conversa sobre os lucros, evidenciou-se que essa prática, comum em contextos de economia informal, gera desafios significativos de gestão financeira, dificultando o planejamento do crescimento do pequeno negócio e a acumulação de capital. Além disso, reflete a realidade de vulnerabilidade social, na qual o sustento cotidiano depende diretamente do funcionamento diário desse pequeno negócio, tornando complexa a distinção entre consumo pessoal e investimento no negócio.

De forma semelhante, a Sra. Zira também compartilha desafios como os comerciantes da área de risco social do bairro Zumbi III.

Zira, de 49 anos natural do Pará, mora na comunidade há mais de duas décadas, quando chegou aqui ainda jovem, e com esperança de construir uma vida melhor, não imaginava os desafios que enfrentaria diariamente. Essa situação revela não apenas a vulnerabilidade

individual, mas também a fragilidade estrutural que caracteriza esses territórios, onde a sobrevivência depende da capacidade de adaptação dos moradores

Com um negócio localizado na janela de sua casa, Zira encontra-se em uma situação vulnerável, onde não pode contar com a segurança de um emprego, nem com garantias de direitos trabalhistas, sua experiência reflete a realidade de muitos comerciantes do lugar, que, apesar de lutarem para manter seus pequenos negócios e suas famílias, eles vivem sob a constante pressão das adversidades sociais e econômicas.

A incerteza, para Zira, é uma condição diária, que exige luta e adaptação frente a um cenário que, muitas vezes, parece fora de seu controle. Residir nessa área é viver sob a constante ameaça da incerteza econômica e ambiental, afirmou a Sra. Zira ao relatar os inúmeros desafios que enfrenta cotidianamente, tanto na sua vida pessoal quanto na condução do seu pequeno negócio.

As suas palavras expressam a realidade de quem lida com a precariedade da infraestrutura, a vulnerabilidade frente a eventos climáticos extremos e a instabilidade das vendas, muitas vezes afetadas por fatores externos imprevisíveis. Como mostra a figura 26, a sua rotina é marcada por estratégias de resistência e adaptação, revelando a força de quem, mesmo diante da adversidade, continua a lutar por sustento e dignidade.

Figura 26 – Comércio de dona. Zira, no areal



Fonte: Porto, 2024.

Ela relata que a cada temporal, a tranquilidade é substituída pela vigília noturna. O simples ato de dormir torna-se quase impossível, dominado pelo temor de que a água suba a qualquer momento e leve consigo o pouco que foi conquistado. É um ciclo cruel onde a

precariedade da construção e a força da natureza se unem para tirar o sono de quem já está na margem da sociedade.

Zira em conversa dialogada com a autora em Manaus, (2024)

Nossa casa foi erguida aos poucos, nesse terreno arenoso, porque era o único lugar onde podíamos pagar relata Dona Zira, moradora da área da área de estudo no bairro Zumbi dos Palmares. Ela explica que, devido falta de opções de moradia, e à precariedade da infraestrutura local, a família construiu sua casa com o que tinha disponível. O medo constante de alagamentos é uma realidade que persegue Dona Zira e sua família, especialmente durante o período de chuvas intensas. O risco de alagamentos sempre nos assombra, especialmente no inverno, quando as chuvas vêm fortes, ela acrescenta que cada chuva é um pesadelo para os moradores dessa área, que vivem sob a constante ameaça de perderem tudo o que têm. Quando chove não conseguimos dormir, com medo de que a qualquer momento tudo alague, diz Ela, refletindo assim a angústia vivida por muitas famílias que ocupam áreas com vulnerabilidades sociais e ambientais, sem alternativas de obter moradia mais seguras.

O acesso a serviços básicos também é um desafio. A escola das crianças fica longe, e o transporte público é caro e demorado. O posto de saúde raramente tem médicos suficientes. Já precisei sair de madrugada para conseguir uma senha para atendimento, e quando chove ficamos isolados.

Além disso, a violência é uma realidade constante. O tráfico de drogas domina essa área, e a polícia, quando aparece, vem mais para reprimir do que para proteger. Meus filhos cresceram aprendendo a distinguir os sons de fogos e tiros, a não dar bofeira na rua e a voltar cedo para casa conta ela (Zira, 2024)

Esse relato mostra a realidade dessas famílias que, devido à falta de opções habitacionais e à falta de planejamento urbano, se veem forçadas a viver em condições de extrema vulnerabilidade. O medo de alagamentos, a escassez de infraestrutura e a incerteza sobre o futuro formam o cotidiano de quem mora em áreas de risco como a de D. Zira.

O relato das conversas reflete a realidade de muitos moradores de regiões periféricas, onde a precariedade dos serviços públicos impacta diretamente a qualidade de vida. A dificuldade de acesso à educação, representada pela distância da escola e pelo transporte público ineficiente, reforça as desigualdades socioespaciais e limita as oportunidades para as crianças.

Além disso, a convivência constante com o medo, contrastada com a esperança por dias melhores, remete à discussão sobre vulnerabilidade urbana e direito à cidade. Souza (2008) aponta que essas comunidades, embora marginalizadas, são espaços de luta, onde a busca por dignidade e estabilidade é um elemento central da vivência cotidiana. O relato, portanto, evidencia não apenas os desafios da exclusão social, mas também a resistência e a capacidade de organização dessas populações em busca de um futuro mais digno.

A união e a capacidade de organização das populações em áreas de risco social e ambiental são aspectos fundamentais na luta por condições de vida mais dignas. Diante das adversidades, a comunidade se reinventa, criando redes de solidariedade que garantem a sobrevivência e fortalecem os laços entre os moradores. O apoio mútuo se manifesta em gestos

simples, como a partilha de alimentos nos momentos de escassez, e em ações coletivas mais amplas, como mutirões para reparar moradias e preservar a infraestrutura local, incluindo pontes e acessos fundamentais para a mobilidade da população.

Apesar da insegurança permanente e dos obstáculos trazidos pela fragilidade social, a noção de comunidade permanece como um suporte fundamental para a resistências dessas áreas. A apreensão é algo comum, causado pela vulnerabilidade econômica e pela ausência de serviços públicos básicos, contudo, a expectativa continua viva, alimentando o anseio por um amanhã em que viver com respeito não seja algo reservado a poucos, mas sim um direito assegurado. O anseio por uma existência sem dúvidas representa não apenas um desejo pessoal, mas também uma demanda coletiva por equidade social e inclusão.

2.3 Escolaridade dos comerciantes: barreiras invisíveis ao pequeno negócio

A pesquisa sobre os níveis de renda, escolaridade dos comerciantes nas áreas de estudo, revela um quadro de vulnerabilidade econômica e social, com desafios estruturais que impactam tanto suas práticas comerciais quanto suas condições de vida.

A maioria dos comerciantes da área de estudo, não tiveram oportunidades de receber uma escolaridade apropriada, sendo que poucos conseguira finalizar o ensino fundamental, com isso evidencia-se a disparidade entre aqueles que têm acesso ao aprendizado e os que não conseguem essas mesmas oportunidades, especialmente em áreas periféricas.

Sem formação ou com baixa escolaridade, torna-se difícil administrar um estabelecimento, como compreender finanças, marketing e até mesmo as rígidas regras econômicas, como gerenciamento do seu pequeno negócio, assim gerando maiores dificuldades, e na ausência de educação escolar, conseguir um bom trabalho também se transforma em um verdadeiro desafio. Essa limitação educacional pode perpetuar um ciclo de vulnerabilidade, onde as opções de trabalho qualificado são escassas, e os comerciantes acabam permanecendo na informalidade, com poucos recursos para investir em capacitação ou inovação nos seus pequenos negócios.

Assim, a renda e o nível educacional dos pequenos comerciantes localizados na área de estudo do bairro Zumbi dos Palmares estão fortemente relacionadas, contribuindo para a ciclo contínuo de desigualdade e exclusão. A falta de uma rede de apoio apropriada, aliada à escassez de recursos e oportunidades para educação e qualificação, dificulta a ascensão social dos moradores dessas comunidades, intensificando as disparidades econômicas e sociais existentes nesses locais. Essa realidade contribui para a reprodução das condições de precariedade e

exclusão, limitando as perspectivas de melhoria de vida das famílias que dependem do pequeno negócio como principal fonte de renda.

Aqui, será apresentado algumas informações sobre os ganhos financeiros dos comerciantes, para avaliar se é vantajoso abrir um pequeno negócio e de que forma eles conseguem sobreviver as dificuldades financeiras, além disso será feito uma investigação junto aos comerciantes sobre o grau de escolaridade, se tem um investimento significativo em educação, e de que maneira isso contribui para administrar o negócio, obter empréstimos e criar inovações para o empreendimento.

Com tudo isso, nosso objetivo é compreender como o capital, a vida social e fatores externos influenciam os pequenas negócios em áreas de vulnerabilidade econômica e social, como o bairro Zumbi dos Palmares. Neste local, a população enfrenta dificuldades financeiras, com poucas opções de qualidade e a escassez de empregos estáveis, o que torna a situação ainda mais desafiadora para os comerciantes. Isso os limita em alcançar mais clientes, em aprimorar seus negócios e em aumentar seus lucros.

Nesse contexto, é fundamental compreender como esses fatores socioeconômicos não apenas condicionam a permanência dos negócios na área estudada, mas também moldam as perspectivas de crescimento e fortalecimento desses comerciantes, que, apesar das limitações, desempenham um papel crucial na economia local, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

A área de vulnerabilidade social no bairro Zumbi dos Palmares apresenta um cenário socioeconômico com muitos desafios, onde a presença de pequenos negócios com trabalhadores informais se torna essencial para a economia local. São comerciantes que residem na própria área ou muitos vieram de outras regiões do Brasil.

Mesmo com o limite na questão educacional e a ausência de capacitação, os donos desses pequenos negócios do bairro Zumbi dos Palmares evidenciaram sua resistência e a habilidade de persistir em meio a um cenário desafiador. Dentro desse cenário, o esforço desses comerciantes é considerado não só uma estratégia, mas também uma maneira de superar desafios. Muitas dessas pessoas que empreendem, mesmo com pouca ou nenhuma formação oficial, adquiriram aprendizado prático ao longo dos anos, utilizando suas habilidades para gerenciar os negócios, criar laços com a comunidade e atender às necessidades diárias dos moradores locais.

O perfil dos comerciantes, apresentado no Quadro 05 abaixo, evidencia a diversidade de trajetórias e condições socioeconômicas dos trabalhadores do setor de pequenos negócios nos Setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares. Com base nos relatos dos próprios

comerciantes, o quadro consolida valores estimados de renda mensal, os quais correspondem a percepções individuais e não representam dados oficiais, servindo apenas como referência para compreender a distribuição de ganhos e a dinâmica econômica local.

Embora a geração de renda seja um aspecto positivo, o cenário revela desafios estruturais significativos, incluindo a limitação no acesso ao crédito, as dificuldades na formalização dos pequenos empreendedores autônomos e a ausência de políticas públicas de suporte ao pequeno negócio. Esses fatores refletem processos de exclusão econômica e territorial, típicos de áreas urbanas vulneráveis, nos quais a informalidade se torna uma estratégia de sobrevivência.

Apesar dessas restrições, a persistência e a perseverança dos comerciantes contribuem para a manutenção da economia comunitária, consolidando os pequenos negócios como instrumentos fundamentais de sustento, emprego e integração social dentro da comunidade, e evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão econômica, capacitação e sustentabilidade dos pequenos negócios.

Apesar disso, a persistência e a capacidade de superação desses comerciantes contribuem significativamente para a manutenção da economia local, tornando os pequenos negócios uma importante fonte de sustento e emprego para essas famílias.

Quadro 5 – Perfil dos comerciantes da área de estudo Zumbi dos Palmares – Setores I e III

Nº	Nome	Idade	Tempo de Moradia	Escolaridade	Tipo de negócio	Naturalidade	Rendimentos
01	Helen	35 anos	15 anos	EF incompleto	Taberna	Codajás- Am	R\$ 900,00
02	Lucas	60 anos	22 anos	EF incompleto	Taberna	Oriximiná -Pará	R\$ 1.300,00
03	Zira	49 anos	21 anos	EF incompleto	Taberna/Lanche	Alenquer -Pará	R\$ 700,00
04	Teresa	68 anos	32 Anos	EF incompleto	Taberna	Caapiranga -Am	R\$ 1.100,00
05	Lucia	33 anos	30 anos	EF incompleto	Brechó	Manaus - Am	R\$ 750,00
06	Jonas	29 anos	15 anos	EF completo	Lanche	Manaus - Am	R\$ 1.100,00
07	Ane	41 anos	30 anos	EM. Incompleto	Taberna/brecó	Maués -Am	R\$ 1.800,00
08	Valdo	51 anos	20 anos	EM. Incompleto	Taberna/ lanche	Obidos - Pará	R\$ 1.100,00
09	Ivo	56 anos	28 anos	EF completo	Bar	Manaus- Am	R\$ 1.000,00
10	Mendes	48 anos	23 anos	EF. Incompleto	Serviços	Monte alegre -Pa	R\$ 1.151,00
11	Laura	28 anos	08 anos	EF completo	Lanche	Manaus- Am	R\$ 1.000,00
12	Eunice	48 anos	20 anos	EM. Incompleto	Taberna	Itacoatiara-Am	R\$ 1.400,00
13	Manoel	58 anos	19 anos	EF Incompleto	Venda de frutas	Manaus-Am	R\$ 1.100,00
14	Oliete	62 anos	34 anos	EF. Incompleto	Taberna	Parintins- Am	R\$ 900,00
15	Jose	57 anos	30 Anos	EF completo	Bar	Prainha- Pa	R\$ 1.250,00

Fonte: Porto, 2024

De acordo com os dados, foram realizadas conversas dialogadas (15) comerciantes atuantes nos setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares. A maioria deles cerca de (12) afirmou ter cursado apenas as primeiras séries do ensino fundamental, entre a 5ª e a 7ª série. Esse recorte revela um cenário de baixa escolaridade, que, segundo os próprios relatos, tem sido um fator limitante para o ingresso no mercado de trabalho. A média de tempo de residência desses comerciantes no bairro varia entre 05 a 20 anos, sendo comum a migração de outras zonas periféricas da cidade ou do interior do estado, em busca de melhores condições de vida.

Os tipos de negócio praticados são variados, com predominância de atividades como venda de alimentos dindim, picolé, salgados, sucos, produtos diversos, bar/ botecos/ bebidas e tira gostos, brechó negócio de roupas usadas. Tais práticas inserem-se no chamado circuito inferior da economia urbana, caracterizado pela informalidade, baixa exigência de capital e forte enraizamento nas redes sociais locais.

O território estudado evidencia fragilidades socioeconômicas significativas, refletidas no perfil da maioria dos moradores. Dependendo de rendimentos limitados, frequentemente equivalentes a um salários-mínimos mensais inseridos no mercado de trabalho informal, exercendo atividades como venda ambulante e serviços ocasionais, é uma característica marcante do contexto local.

De acordo com os depoimentos e as observações realizadas na área estudada, uma característica marcante do contexto local é a inserção de grande parte da população no mercado de trabalho informal. Nessa condição, os rendimentos obtidos frequentemente não ultrapassam o valor de um salário-mínimo mensal, sendo provenientes, em sua maioria, de atividades como a venda ambulante e a prestação de serviços eventuais ligados aos pequenos negócios.

Os programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e dos auxílios alimentares, configuram-se como um suporte fundamental para a população de baixa renda da área, oferecendo alívio econômico e emocional em um contexto de vulnerabilidade. O levantamento demonstrou que a população investigada possui 100% de adesão ao cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Essa condição sublinha a necessidade e a dependência dessas unidades familiares dos mecanismos de amparo social.

A falta de qualificação entre essas pessoas cria obstáculos para conseguir um bom emprego, transformando a busca por um trabalho fixo, em um verdadeiro desafio. Sem ter nada a apresentar no sentido qualificação, conquistar oportunidades que ofereçam benefícios e uma renda a mais se torna complicado, obrigando muitos a se adaptarem ao trabalho informal, que se torna sua principal fonte de sustento.

A situação é particularmente desafiadora para mulheres que são mães solo. Elas enfrentam grandes obstáculos para conseguir um emprego estável devido a uma combinação de fatores, a necessidade de qualificação profissional, as inúmeras responsabilidades domésticas e a carência de apoio social ou familiar.

Essa realidade as empurra para o mercado informal. Mesmo cientes dos riscos e da ausência de direitos trabalhistas, essas mães se veem obrigadas a aceitar trabalhos temporários ou precários, tendo como único objetivo garantir o sustento de suas famílias.

Como consequência, a informalidade se torna a principal alternativa para garantir a renda familiar, ainda que essa escolha implique instabilidade financeira e ausência de direitos trabalhista

A relação entre baixa escolaridade, falta de qualificação e exclusão do mercado de trabalho, reforça um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica. Para essas pessoas, as dificuldades vão além do aspecto econômico, refletindo também desafios estruturais que perpetuam a desigualdade e a precarização das condições de vida. Essa realidade é evidenciada nos relatos colhidos durante o trabalho de campo (2024), nos quais os moradores expressam suas vivências e desafios cotidianos.

O comerciante local Sr. Valdo, 51 anos, com escolaridade correspondente ao ensino médio incompleto, aponta que a limitação educacional compromete significativamente o acesso a empregos formais:

“A gente trabalha todo dia, mas sem estudo fica difícil conseguir um emprego bom. O pequeno negócio foi a única opção que encontrei para sustentar minha família” (Valdo, 2024).

Essa declaração evidencia que, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, muitos dessas pessoas recorrem ao pequeno negócio como estratégia de sobrevivência, foi observado ainda, que os comerciantes confundem o rendimento diário com o lucro efetivo dos seus negócios, destinando a receita obtida a despesas imediatas e pessoais, o que limita o planejamento financeiro, a acumulação de capital e a expansão dos pequenos negócios.

Esses pequenos negócios são cruciais, pois vão além de uma mera fonte de subsistência. Eles atuam como espaços de autonomia econômica e sociabilidade, fomentando a criação de uma rede de apoio e o fortalecimento das relações comunitárias.

No entanto, essa realidade é um reflexo direto dos desafios estruturais presentes em territórios vulneráveis. A combinação da baixa escolaridade, da ausência de políticas públicas eficazes de suporte ao microempreendedorismo e da falta de investimento nesses pequenos negócios reproduz processos de exclusão urbana, fragilizando o potencial para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Assim, reforça-se a necessidade de ações integradas que promovam educação, capacitação profissional e gestão financeira, articuladas a políticas de inclusão socioeconômica, a fim de reduzir a vulnerabilidade e fortalecer esses grupos.

O Sr. Valdo reflete a realidade vivida por muitos pequenos comerciantes na área do rip-rap, onde a falta de estudo limita o acesso a um trabalho com carteira assinada, ele diz ainda que a falta de capacitação complica o trabalho que já é difícil, ou seja, tem que trabalhar sem nenhuma garantia, sem benefícios e compensação ao contrário de um emprego com estabilidade, benefícios e uma remuneração condizente com as necessidades da família. O entendimento dele é que o pequeno negócio é apresentado como a única alternativa viável para garantir a sobrevivência, mesmo com dificuldades nessa forma de trabalho.

Já Dona Eunice com 48 anos, que possui ensino médio incompleto, reforça essa dificuldade, “já tentei procurar emprego com carteira assinada, mas sempre pedem estudo e experiência, sem oportunidade, a gente acaba tendo que se virar por conta própria”. (Eunice, 2024)

A fala de Dona Eunice fortalece a realidade, vivida por muitos moradores da área de estudo, onde o baixo nível de escolaridade e inexperiência profissional é um obstáculo no acesso ao mercado de trabalho legalizado ao tentar procurar trabalho com carteira assinada, ela se depara com os requisitos de escolaridade e experiência, o que a impede de obter acesso às oportunidades com melhor remuneração.

Esse cenário reflete a realidade do isolamento social, onde as pessoas com baixo nível de escolaridade e com pouca experiência na área profissional estão fora do mercado de trabalho legalizado por meio de empregos estáveis e direitos trabalhistas.

Diante da falta de opções e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, dona Eunice, como muitos outros trabalhadores, vê no pequeno negócio, uma alternativa para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Como ela fala tem que se virar por conta própria, é uma resposta à falta de oportunidades e uma forma de adaptação às condições adversas do contexto social e econômico. A informalidade, embora ofereça alguma autonomia, também vem com desafios, como a falta de benefícios sociais, instabilidade financeira e dificuldades para expandir ou melhorar pequeno negócio.

A falta de escolaridade, limita as possibilidades para o crescimento pessoal e profissional desse grupo social, dando continuidade à condição de pobreza, em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os requisitos de habilidades para entrada em mercado de trabalho com carteira assinada deixam muitas pessoas fora desse acesso, bem como a falta de direitos.

A baixa escolaridade desse grupo de trabalhadores é transmitida de geração em geração, especialmente na extrema pobreza, então a informalidade surge como uma alternativa viável, devido à facilidade e ao baixo custo de entrada, mas também está associada à precariedade, à falta de direitos trabalhistas e à insegurança econômica.

A realidade socioeconômica observada na área do rip-rap do bairro Zumbi dos Palmares pode ser analisada à luz da teoria do circuito inferior da economia.

De acordo com Santos (2008), o circuito inferior da economia urbana não deve ser confundido com a economia informal, pois integra o meio técnico-científico-informacional, relacionando-se de forma dependente ao circuito superior e respondendo às demandas da população de baixa renda nos centros urbanos.

É importante destacar que o circuito inferior não é sinônimo de economia informal, mas sim uma das partes do meio técnico-científico-informacional. Ele é composto por atividades econômicas que utilizam técnicas menos avançadas, com baixa acumulação de capital e estão voltadas, predominantemente, para mercados locais. Além disso, diferentemente do circuito superior, essas atividades apresentam pouca integração às dinâmicas globais e operam em condições de menor competitividade e inovação tecnológica.

Destacando o fato de que essas atividades são parte fundamental do cotidiano desses moradores, atuando assim como refúgio e espaço de oportunidades para quem não consegue ingressar ao setor formal, sendo o circuito inferior parte da história dessas famílias, pois não pode ser entendido isoladamente, está diretamente relacionado às áreas mais periféricas e vulneráveis das cidades, onde as desigualdades econômicas e sociais são mais evidentes.

Segundo Santos (2008, p. 67), as estratégias de sobrevivência em contextos de vulnerabilidade urbana representam formas de resistência adotadas por residentes que, ao lidarem com a exclusão, transformam suas comunidades periféricas em espaços de resistência e reinterpretação de suas realidades.

Assim, essas estratégias não apenas asseguram a subsistência diária, mas também funcionam como mecanismos de estabilidade frente à marginalização, possibilitando que os moradores transformem suas localidades em territórios de reinvenção e resistência cultural.

Ao falar sobre o negócio em áreas de risco social, é como adentrar um labirinto, repleto de elementos que ultrapassam a simples compra e venda. As ruas são apertadas, cheias de pessoas, e há uma intrincada teia de conflitos e regras distorcidas que tornam a vida desses comerciantes uma verdadeira batalha para garantir o sustento diário.

Além da dificuldade em lidar com a escassez financeira e a falta de estabilidade, muitos deles vêm de outras cidades, carregando o sonho de uma vida melhor. No entanto, ao chegarem,

se deparam com vielas sobre pontes, o sonho de uma renda que nunca se materializa e o constante temor de perder tudo ou se tornar uma vítima da violência. Enfrentam assim, barreiras como a precariedade da infraestrutura urbana, a falta de acesso a crédito e a insegurança, tanto social quanto financeira.

Nesse contexto, esses trabalhadores se destacam, pois, mesmo diante das adversidades, eles conseguem construir estratégias de sobrevivência e consolidar seus negócios dentro do circuito inferior da economia. Assim, o negócio nessas áreas não deve ser visto apenas como uma alternativa de renda, mas também como um reflexo das dinâmicas territoriais e das desigualdades que caracterizam os espaços urbanos periféricos.

2.4 O negócio local e o risco socioambiental

As moradias são construções simples, muitas delas feitas de madeira em cima de palafitas erguidas sobre troncos fincados no solo alagadiço. Quando o igarapé transborda, a água penetra embaixo das casas e, em determinadas situações, nas partes internas dessas moradias, fazendo com que os moradores precisem criar móveis elevados e passagens altas dentro de suas casas. A carência de infraestrutura e a fragilidade do solo tornam a área propensa a alagamentos e deslizamentos, aumentando a ameaça à segurança dos cidadãos.

Apesar das dificuldades, os comerciantes continuam firme, os pequenos negócios se transformam em um local de bate-papo e distração, e as pessoas se juntam para enfrentar os desafios do cotidiano. A vida prossegue, mesmo no meio das tensões que a falta de dinheiro, a violência e a luta por melhorias causam.

As dificuldades de transitar na área, afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores e principalmente dos comerciantes, pois impedem os serviços básicos disponíveis, como transporte público e coleta de lixo. Além disso, a restrição das responsabilidades pelos serviços de saúde e segurança pública afeta a proteção e a saúde da comunidade, tornando essas áreas ainda mais suscetíveis para as questões de violência e saúde, que pioram devido à falta de infraestrutura

A economia da área também é impactada por essas circunstâncias, uma vez que os pequenos negócios e as atividades econômicas ficam prejudicados por falta de acesso apropriado, e com isso resultam em serviços inadequados. Os comerciantes, que precisam da movimentação de pessoas e produtos, encontram grandes barreiras para manter seus negócios, o que se reflete no lucro e na geração de renda.

Este é o cenário de discriminação social e local que impõe cada vez mais as condições de vida dos residentes, continuando um ciclo de marginalização em que a falta de recursos é perpetuada pelos direitos fundamentais com a vulnerabilidade dessas áreas.

Conforme mostra a figura 27, a precariedade das condições subjacentes e a dificuldade de progressão reflete um contexto mais amplo de desigualdade social, nesse cenário, as pessoas enfrentam questões diárias para garantir as condições mínimas de segurança, saúde e qualidade de vida, a desigualdade social se torna visível em todas as áreas da vida desses moradores, onde as suas necessidades básicas não são atendidas. As lutas por sobrevivência e moradia fazem parte dos cotidianos da população dessa área de estudo. onde a precariedade se torna uma característica crônica e exige dos moradores constante adaptação, aspectos que se refletem diretamente na inconstância e na precarização observadas no mapeamento dos estabelecimentos comerciais, o que impulsiona a alta taxa de informalidade e transforma o pequeno negócio em uma crucial, porém vulnerável, estratégia de geração de renda.

Figura 27 – Comércio de dona. Zira, no areal



Fonte: Porto, 2023.

São áreas marcada por vulnerabilidades sociais e ambientais, tais como em muitas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras, é uma combinação de vários elementos de ocupação irregular, como limitações na infraestrutura básica nas construções das residências, construídas em cima de palafitas e pontes de tabuas usadas como ruas, são casas construída irregularmente sem nenhum acompanhamento técnico, algumas são construídas de sobras de materiais coletados em lixões como pedaços de compensado, outras ainda usam lonas para cobrirem o teto, são também áreas de risco ambiental, por estar em encostas de barrancos e margens de igarapés (figuras 28 e 29). os moradores convivem constantemente com a ameaça de deslizamentos e alagamentos.

Figura 28 – Área de estudo 2024

Fonte: Porto, 2024

Figura 29 – Um dos pontos com acesso a área de estudo

Fonte: Porto, 2025

Sem nenhum tipo de pavimentação, as vias são predominantemente de areia, tornando o deslocamento instável e agravando problemas como poeira em tempos secos e lama em dias chuvosos, apresentando muitos desafios para a população local se locomover, principalmente nas estações chuvosas, quando se criam lama e poças de água, tornando o trajeto ainda mais perigoso o que dificultam o acesso a serviços essenciais, (figura 30). A imagem retrata uma via não pavimentada que reflete a precariedade da infraestrutura urbana em áreas de risco social.

Figura 30 – Condição da rua de areia, moradores sujeitos a poeira e erosão

Fonte: Porto, 2024

As ruas de areia ilustram a carência de infraestrutura urbano, destacando a falta de serviços públicos nessas regiões. Durante os períodos de verão, a poeira causa problemas aos

moradores, como problemas respiratórios enquanto durante as estações chuvosas eles enfrentam problemas como inundações e erosão do solo, o que afeta as suas deslocações.

A carência de infraestrutura apropriada nessas localidades de vulnerabilidade socioambiental não apenas impede a circulação, mas também exacerba as disparidades socioespaciais. Esses fatores constroem um ambiente de exclusão social e discriminação. A falta de serviços básicos e ruas pavimentadas aumenta a fragilidade urbana e separa os menos favorecidos que vivem em comunidades periféricas da sociedade afluyente que reside no centro da cidade. Isso claramente impacta os muitos obstáculos que a comunidade enfrenta para atender às necessidades básicas de serviços, como transporte, saúde e educação, que muitas vezes são limitados e inadequadamente disponíveis na área de estudo.

As desigualdades sociais são uma realidade e preocupação para a população desses lugares. Uma parte significativa dessas populações é composta por grupos de baixa renda, uma mistura de migrantes rurais e migrantes interestaduais de outros municípios dentro do Brasil. Esses fluxos de migração ocorrem devido a promessas de padrões de vida melhores nos centros urbanos. No entanto, ao chegarem, são recebidos por um enorme déficit de infraestrutura e oportunidades de emprego.

O acesso a oportunidades de emprego com carteira assinada constitui um dos principais desafios enfrentados pelos comerciantes da área de estudo do bairro Zumbi dos Palmares, os baixos níveis de escolaridade dificultam a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho em empresas formais, restringindo suas possibilidades de ascensão profissional. Nesse cenário, os pequenos negócios desempenham um duplo papel: servem como estratégia de sobrevivência imediata, garantindo renda e acesso a bens e serviços essenciais, mas também limitam a mobilidade social e econômica a longo prazo.

Portanto, a combinação de fatores como a precariedade da infraestrutura, a exclusão do acesso a serviços essenciais e as dificuldades no mercado de trabalho legalizado contribuem para uma perpetuação da desigualdade e dos riscos sociais, criando um cenário onde a mobilidade social é dificultada e as condições de vida são constantemente desafiadas.

Nesse contexto, os pequenos negócios desempenham um papel ambíguo: por um lado, funcionam como estratégia de sobrevivência e manutenção da renda familiar, garantindo o acesso a bens e serviços essenciais; por outro, limitam a inserção da população no mercado legalizado e a ampliação de oportunidades socioeconômicas, além disso, essas atividades refletem a dinâmica do território, evidenciando como a apropriação do espaço e as práticas cotidianas moldam a experiência social, econômica e cultural da comunidade, fortalecendo

vínculos locais e contribuindo para a adaptação comunitária frente às vulnerabilidades estruturais.

Quando falamos sobre o cotidiano, para os comerciantes que estão concentrados em área de risco social e ambiental do bairro Zumbi dos Palmares, devemos entender a dinâmica das adversidades que enfrentam, entendendo que o espaço urbano é constantemente modificado por parte das práticas socioespaciais, responsáveis pelo simbolismo impregnado no espaço geográfico.

No processo de análise da dinâmica urbana, é fundamental entender que o espaço não é algo simplesmente dado ou imutável. Como destaca Santos (2008, p. 67) o espaço não é dado, mas sim construído, e modificado, portanto, resultado de processos históricos e sociais que envolvem as pessoas e suas práticas. Isto significa que a maneira ou forma como as cidades são construídas e se desenvolvem é profundamente influenciada pelo comportamento e interação do homem ao longo do tempo, e é sempre um reflexo das relações sociais e económicas existentes

O espaço urbano obtém particularidades que o representam e dão significado. A metamorfose do espaço gerada a partir da apropriação realizada por estabelecimentos comerciais, limitada pela necessidade de utilizar as áreas de risco, onde ocorre o processo de troca, seja para sobreviver ou para melhorar a questão econômica, isto em estabelecimentos com menor capacidade financeira, geram-se conflitos tendo como base as diferentes formas de apropriação do espaço.

É a partir de contradições geradas devido a marcante desigualdade social e segregação espacial, que em áreas de risco social e ambiental, as pessoas que fazem parte da economia informal, como parte do setor de negócio informal criam alternativas de resistência, no conflito gerado a partir da apropriação das ruas, um espaço público irregular onde, baseado em lutas e outras estratégias, conseguiram se estabelecer em um fragmento do espaço urbano.

A cidade, enquanto espaço social, é marcada por contradições profundas. Como observa Carlos (2007, p. 45), a cidade é ao mesmo tempo um local de cooperação e conflito, solidariedade e segregação, inclusão e exclusão. Essa dualidade reflete uma dinâmica complexa que forma interações urbanas, nas quais as premissas da coexistência também se tornam o território de disputas e desigualdades.

O planejamento urbano, é proeminente usado como incentivos para modernizar e desenvolvimento das cidades, desempenham um papel fundamental no processo socioespacial, em metrópoles como Manaus, esses projetos tendem a cobrir os setores central e mais dinâmica, enquanto os bairros com segmentos socioeconomicamente desfavorecidos, como o Zumbi dos

Palmares, permanecem desfavorecidos e estão sujeitos a condições precárias de infraestrutura e serviços básicos

A implementação desses projetos costuma resultar na valorização imobiliária de algumas regiões, o que provoca a saída da população, empurrando a população de baixa renda para áreas periféricas da cidade que possuem menor oferta de possibilidades econômico-sociais.

Cruz, (2013) afirma que esse fenômeno não só aprofunda a desigualdade urbana existente, como também favorece a surgência de novas áreas de maior risco social, cujos habitantes, além da pobreza, são acometidos por carestia com habitação, extrema vulnerabilidade socioeconômica e complexidade no acesso às principais e mais básicas necessidades políticas.

O bairro, Zumbi dos Palmares, é uma localidade que testemunha a ausência do plano urbanístico estratégico em termo econômico que facilita o rápido crescimento de construções em zonas de alta vulnerabilidade

Esses estabelecimentos, muitas vezes geridos por migrantes internos que buscam melhores condições de vida, refletem a necessidade de adaptação a um contexto de exclusão econômica e urbana. No entanto, a ausência de auxílio estatal e a incerteza das condições de trabalho nessas áreas contribuem para manter um ciclo de vulnerabilidade e informalidade, o que dificulta o aumento social e a consolidação desses negócios no mercado.

Portanto, grandes projetos urbanos, em vez de promover uma distribuição equilibrada dos benefícios do crescimento urbano, finalmente melhoram a segregação socialmente difundida, pressionando populações menos favorecidas para áreas sem ajuda. Esse cenário destaca a importância de incluir políticas urbanas, que estão levando em consideração os requisitos da população periférica e promovem a integração socioeconômica dessas comunidades com o tecido urbano da cidade.

Barbosa (2020) demonstra que as ocupações no bairro Zumbi dos Palmares são consequências de processos de segregação socioespacial. A população, frequentemente oriunda de outras partes da cidade ou do interior, procura opções de moradia que sejam viáveis financeiramente. Nesse aspecto, Barbosa (2020, p. 66) destaca que as ocupações urbanas no bairro Zumbi dos Palmares refletem processos históricos de exclusão e a luta por moradia digna em Manaus, evidenciando como essas dinâmicas são resultado de um contexto mais amplo de marginalização social e territorial.

É nesse contexto de áreas periféricas e de crescimento rápido, como mencionado por Barbosa e também destacado nos dados do IBGE (2022) sobre a relevância da informalidade na economia dessas regiões, que a informalidade se manifesta de forma significativa em

Manaus. Embora a OIT não forneça dados específicos sobre o negócio informal na cidade, o índice nacional de aproximadamente 40% da força de trabalho na informalidade (IBGE, 2022) sugere uma tendência similar em Manaus, onde o negócio informal é amplamente observado em áreas de risco e feiras, possivelmente como uma das estratégias de sobrevivência em face da exclusão territorial apontada por Barbosa.

Desta forma, o cotidiano como ponto de concentração de contradições no espaço geográfico, é também a manifestação das lutas e resistências exercidas sobre o sistema, independentemente da lógica da vida aponta uma subordinação à lógica da acumulação capitalista sustentada pelo Estado.

Trazer à discussão o termo Estado, as formas a partir das quais o poder político está integrado à dinâmica de produção de novos espaços, torna-se uma referência em termos da compreensão das relações de poder e de resistência ao mesmo tempo, isto por parte dos pequenos comerciantes.

O Estado, nesse contexto, tem o desafio de não apenas regular o espaço, mas também garantir a inclusão social e econômica das populações marginalizadas, promovendo o pequeno negócio como um motor para o desenvolvimento local.

São áreas que sofre com altos índices de criminalidade, incluindo tráfico de drogas, furtos e violência interpessoal tornando assim maiores as dificuldades de moradias nessa área, é uma área que embora venha sendo urbanizada ao longo dos anos, ainda existem carências em serviços como saneamento básico, coleta de lixo eficiente, iluminação pública entre outras necessidades básicas.

É uma área que fica localizada próximo a áreas de floresta remanescente, o que, aumenta assim o fator de risco, devido às invasões de terra para moradia e à degradação ambiental, há vários igarapés que corta essa área, mas todos estão poluídos e frequentemente transbordam durante as chuvas intensas, levando a enchentes que afetam as habitações e aumentam o risco de doenças. Por conta do relevo inclinado em algumas partes do bairro e da ocupação irregular, que não é uma desordem absoluta, como muitas vezes o discurso oficial coloca. Esses moradores seguem lógicas internas, baseadas em necessidades e possibilidades, proximidade de transporte, comércio, escolas, redes de parentesco e solidariedade, ou ainda terrenos livres e acessíveis mesmo que sejam irregulares.

Trata-se de uma ordem social própria, não prevista nos planos oficiais, mas que organiza o espaço segundo critérios locais. No entanto, em função dessa forma de ocupação e do relevo inclinado, há risco de deslizamentos, sobretudo durante o período chuvoso.

Por ser uma área que reflete os desafios de integração social e urbana em um contexto de expansão desordenada das cidades. Problemas como o desmatamento para ocupação e o impacto das mudanças climáticas tornam a situação ainda mais delicada.

A vida em áreas de vulnerabilidade, tanto social quanto econômica, é uma complexa teia de luta e esperança. A luta se manifesta no dia a dia, nas dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. É a batalha contra a insegurança, a falta de oportunidades de emprego e a escassez de recursos. É a persistência de quem precisa fazer muito com muito pouco, dia após dia, para garantir a sobrevivência e o bem-estar de sua família.

No entanto, em meio a essa luta diária, a esperança não apenas sobrevive, mas floresce de maneiras notáveis. Ela se revela na força da comunidade, na solidariedade entre vizinhos, na capacidade de se reinventar. É a esperança que move um pequeno comerciante, como o Sr. José ou a Dona Zira, a inovar nas relações com seus clientes, oferecendo flexibilidade e confiança. Eles não apenas vendem produtos, eles constroem pontes, exercem a cidadania e se tornam pilares de um sistema de apoio mútuo.

A esperança também se manifesta nas pequenas vitórias, na perseverança de quem busca uma vida melhor para si e para seus filhos, e na crença de que, com esforço e união, é possível transformar a realidade. As inovações sociais e organizacionais que surgem nessa comunidade são a prova viva disso. Elas mostram que a resiliência e a criatividade são ferramentas poderosas para construir um futuro mais digno e justo para todos.

Essas inovações, embora muitas vezes invisíveis aos olhos de quem está de fora, são a luz que mantém a esperança acesa, transformando a luta diária em um motor de mudança e progresso para toda a comunidade.

Frequentemente, o termo “ocupação irregular” é associado exclusivamente às áreas de baixa renda. No entanto, como observa Maricato (2000), a ilegalidade urbanística se manifesta tanto em áreas periféricas quanto em condomínios de luxo, demonstrando que não se trata de um fenômeno restrito às camadas populares. Souza (2008) destaca que essa distinção evidencia uma seletividade no planejamento urbano, que tende a criminalizar a informalidade das populações de menor renda enquanto naturaliza a dos grupos mais ricos. Nesse contexto, Corrêa (2005) aponta que a produção do espaço urbano resulta da ação de diferentes agentes sociais, cujas práticas, legais ou não, estruturam a cidade de forma assimétrica

Viver em lugares expostos a riscos sociais e ambientais envolve enfrentar desafios diários que vão além das questões financeiras. Os moradores dessas áreas lidam com a constante possibilidade de calamidades ambientais, como inundações e deslizamentos de terra. Mesmo diante dessas adversidades, a batalha pela sobrevivência e pela dignidade se manifesta na força

de resistência e na busca por soluções que assegurem não só a continuidade da vida, mas também a criação de um futuro mais esperançoso.

José (2023), comerciante local, ilustra bem essa realidade de luta e resiliência:

Tenho um mercadinho na comunidade há mais de dez anos. Já fui assaltado algumas vezes, e a cada enchente perco mercadoria. Quando a água entra, estraga tudo: arroz, feijão, farinha. Já tive prejuízos enormes. Algumas vezes pensei em desistir, mas sei que a vizinhança depende da gente. O maior problema é que pouca gente aqui tem dinheiro. Vendo muito fiado, e sei que alguns nunca vão conseguir pagar. Mas não tenho coragem de negar comida a uma mãe que precisa alimentar os filhos. A vida aqui é difícil, mas a gente tenta resistir. A gente se ajuda, faz mutirões, cuida das crianças uns dos outros. Mas o que mais queremos é segurança. Ninguém quer viver com medo do próximo temporal ou da próxima crise, queremos dignidade. (José 2023).

Para muitos desses comerciantes como o Sr. José, o pequeno negócio representa uma opção para garantir a sobrevivência em meio às dificuldades do cenário socioeconômico. Contudo, os desafios são diversos, englobando desde a violência até os efeitos das cheias que ameaçam o sustento de muitas famílias.

Mesmo assim, a união entre os moradores exerce um papel fundamental, fomentando redes de apoio que asseguram a superação conjunta das adversidades. Mesmo diante das incertezas, a esperança permanece como um fator central na vida desses comerciantes. A aspiração por um ambiente mais seguro, com melhores condições de habitação, infraestrutura e oportunidades ocupacionais, motiva a luta diária por mudanças. Isso reflete não só a necessidade, mas também a firmeza em reivindicar direitos e estabelecer caminhos para uma vida mais digna.

2.5 Obstáculos ao crescimento dos pequenos negócios: a segregação socioespacial

A construção de estabelecimentos comerciais em áreas de vulnerabilidade social no bairro Zumbi dos Palmares, em Manaus, é imensamente afetada por um emaranhado de fatores econômicos, sociais e históricos. A exclusão espacial, nesse contexto, pode ser compreendida como o processo pelo qual diferentes grupos sociais são distribuídos de forma desigual no espaço urbano, resultando em acessos diferenciados a recursos, infraestrutura, serviços públicos e oportunidades de inserção produtiva.

Trata-se de um mecanismo estrutural que reforça desigualdades sociais preexistentes, criando territórios marcados por precariedades múltiplas. O processo de ocupação e a expansão urbana em Manaus, incentivado pela migração e pela concentração populacional especialmente após a implantação da Zona Franca, culminaram em um expressivo aumento da população, motivado pela busca de oportunidades de trabalho. Contudo, essa dinâmica resultou na

ocupação das áreas afastadas e menos valorizadas da cidade, como o Zumbi dos Palmares, onde a fragmentação urbana se manifesta de forma concreta, limitando as possibilidades de desenvolvimento econômico e social no local.

A ausência de uma organização urbana apropriada culminou em uma utilização caótica do espaço, com os moradores construindo residências e estabelecimentos de forma improvisada, frequentemente em áreas suscetíveis a desastre naturais, como nas margens de igarapés e em encostas.

A dinâmica dessas áreas promoveu uma necessidade crescente por negócio local, refletida na demanda por bens e serviços essenciais, o que impulsionou o surgimento de diversos pequenos empreendimentos, como bares, tabernas e outras formas de estabelecimentos, na sua maioria informais.

É fundamental destacar que a segregação espacial desempenha um papel fundamental, na condição urbana de isolar distintos grupos sociais, alocando as áreas centrais, mais seguras e valorizadas, para as classes sociais elevadas, enquanto as zonas de maior risco ficam sob a responsabilidade das populações de classes mais baixas.

A segregação socioespacial, resultante do processo histórico de urbanização excludente, empurra as populações mais vulneráveis para as periferias urbanas e áreas de risco, onde a ausência de infraestrutura adequada agrava ainda mais as condições de vida. A acentuada desigualdade socioeconômica no Brasil cria um contexto no qual as populações de baixa renda são compelidas a ocupar áreas marginais e de risco, pois são as únicas acessíveis dentro do mercado imobiliário excludente. O mercado imobiliário, orientado pela lógica da especulação, contribui para a concentração de riqueza e a valorização desigual do espaço urbano, relegando as populações mais pobres às áreas menos valorizadas e mais perigosas (Haesbaert, 2004, p. 134 - 156,172.)

A segregação em áreas como o Zumbi dos Palmares tem raízes históricas, ligadas à exclusão social de populações de baixa renda e à falta de acesso a serviços e infraestrutura condizentes, sendo que a concentração de pessoas com menor poder aquisitivo nessas áreas reforça essa segregação, limitando o acesso a oportunidades de emprego, educação e lazer em outras partes da cidade.

Cruz (2013) discute que a implementação de grandes projetos urbanos pode intensificar a segregação social, afetando diretamente bairros periféricos, os quais, devido à falta de um planejamento urbano, tornam-se zonas de risco e exclusão.

A população dessas áreas pode sofrer com estigmas e preconceitos, o que dificulta ainda mais a integração dos moradores com o restante da cidade e perpetua a segregação, com uma infraestrutura precária, com saneamento básico, transporte público ineficiente e segurança, contribui para a marginalização dessas áreas e reforça a segregação.

Viver nesse contexto abrange um lugar e um período relacionados às ações geradoras do espaço que narra a história; refere-se a um local como uma forma de empregar o tempo, e a um período como uma maneira de utilizar o espaço. Um local utilizado no deslocamento da realização de uma existência criativa, de uma vida que não é alienada.

Para a pessoa ou para o grupo, apropriar-se refere-se a algo. Apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer sua obra, modelá-la, formá-la, pôr o selo próprio (...) habitar é apropriar-se de um espaço, é também fazer frente aos constrangimentos, quer dizer, é o lugar do conflito agudo entre os constrangimentos e as forças de apropriação (Lefebvre, 1973, p. 210).

Segundo Lefebvre (1973, p. 210), destaca um aspecto central de seu pensamento que é o conceito de apropriação do espaço e seu papel na experiência humana, particularmente no contexto urbano. Na obra de Lefebvre, essa ideia está profundamente ligada à relação entre a pessoa, o grupo, e o espaço que habitam, é dar forma e significado ao espaço ocupado, é incorporar elementos da identidade individual ou coletiva no ambiente, para que o espaço se torne funcional e adaptado às necessidades humanas. O pensamento de Lefebvre supracitado, coloca a apropriação e o habitar como processos centrais na relação das pessoas com o espaço urbano. Essa perspectiva evidencia que a apropriação e o habitar não são meramente atos físicos de ocupação, mas processos sociais e culturais que moldam a organização do espaço urbano. Nesse sentido, compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar os conflitos e as relações de poder presentes nas cidades, uma vez que o controle, uso e significação do espaço refletem interesses sociais, econômicos e políticos diversos.

Esses conceitos são fundamentais para a compreensão dos conflitos e das dinâmicas de poder nas grandes cidades. Eles destacam a urgência de recriar o espaço urbano como um organismo dinâmico, entrelaçado por interações humanas, e não como meramente um objeto de mercadoria. Para os proprietários nesses setores, o negócio local constitui uma valiosa fonte de receita e uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios econômicos.

A atividade comercial no bairro do Zumbi dos Palmares ilustra a relevância do negócio de pequeno porte para a condição socioeconômica da área de estudo. A maioria dos negócios na área de pesquisa está focada em atender às necessidades da comunidade, oferecendo bens e serviços essenciais a preços mais acessíveis, fortalecendo a circulação de recursos e contribuindo para a manutenção da vida na comunidade.

Esse fenômeno é explorado nas reflexões de Souza (2008) sobre a função do negócio pequeno em contextos de vulnerabilidade social, onde a proximidade e a informalidade proporcionam uma flexibilidade maior tanto para os consumidores quanto para os vendedores. Ademais, como enfatizado por Ane (2023), esses espaços urbanos podem ser vistos como locais

de resistência e luta pela sobrevivência, onde os agentes locais criam suas próprias estratégias para superar desafios econômicos e estruturais.

Nessa perspectiva, os estabelecimentos comerciais na área do Zumbi dos Palmares vão além de simplesmente atender demandas diárias, pois também têm uma função essencial na economia local, proporcionando sustento para famílias que enfrentam dificuldades no mercado de trabalho convencional, como evidenciam os depoimentos de comerciantes da área, como o Sr. Valdo e Dona Eunice. Essa situação destaca a importância dessas atividades para a viabilidade socioeconômica da comunidade em risco social e para a preservação do vínculo social entre os seus moradores.

Corrêa (1997) destaca que o negócio de menor porte tem um papel fundamental na organização socioespacial das cidades, particularmente nas regiões periféricas, onde os serviços disponíveis são escassos e a movimentação da população é limitada. Nesse contexto, as interações comerciais nesse local são caracterizadas pela proximidade entre os vendedores e os consumidores, o que fortalece os vínculos na comunidade e evidencia a relevância do negócio local como um ambiente de socialização e apoio econômico.

Problemas urbanos, como a segregação social presente no bairro Zumbi dos Palmares nos setores do Zumbi I e III representa uma manifestação das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas eficazes, que poderiam assegurar melhores condições em infraestrutura, segurança e oportunidades de emprego. Dentro desse cenário, o negócio não aparece apenas como uma forma de resistência econômica, mas também como um componente fundamental para a dinâmica urbana do local de pesquisa, destacando a habilidade da comunidade de se reestruturar diante dos desafios.

A situação econômica pode ser vista tanto como um entrave, mas também como novas oportunidades para esses pequenos negócios, principalmente em locais com condições sociais e econômicas desfavoráveis, como aqueles situados em áreas de risco social ou em ambientes de alto risco. Tais negócios muitas vezes lidam com problemas referentes ao acesso a créditos, e à carência de uma infraestrutura apropriada, o que restringe seu avanço e sua viabilidade. Entretanto, há várias possibilidades que podem ser aproveitadas, especialmente por meio da adoção de inovações das novas tecnologias.

Um dos obstáculos que esses pequenos negócios enfrentam em áreas de riscos sociais é a dificuldade em obter créditos. Sem garantias, a não comprovação de renda e a falta de um fiador são barreiras que dificultam a obtenção de recursos para o crescimento ou aprimoramento das suas atividades comerciais. Sem o suporte financeiro bem como pela inexistência de

assistência institucional apropriada, a adoção de novas tecnologias ou a realização de melhorias nas estruturas dos seus negócios se torna mais desafiadora, para enfrentar os concorrentes.

Com uma infraestrutura precária, como a ausência de internet adequada ou de um fornecimento de energia seguro, tudo isso representa um dificuldades na situação econômica desses pequenos negócios. Os custos constantes com manutenções das suas moradias, devidos frequentes inundações são despesas operacionais que consome grande parte da receita gerada pelos pequenos negócios, o que reduz seus lucros e torna mais difíceis os investimentos em melhorias.

A introdução de novas ideias e métodos nos pequenos negócios localizados em áreas com vulnerabilidades, que enfrentam riscos sociais e têm características geográficas peculiares, onde ocorrem deslizamentos de terras ou inundações, deve levar em conta tanto o impacto social quanto ambiental, além da viabilidade financeira do negócio. Uma alternativa nessas áreas de riscos, é garantir a segurança e a qualidade das construções, é essencial para manter os negócios operando e proteger os clientes.

Em áreas com instabilidade, a fragilidade das construções representa um desafio tanto para os moradores quanto para os comerciantes. Tendo isso em conta, uma solução viável é garantir que as obras sejam resistentes e de qualidade, assegurando a operação contínua do negócio e a proteção de todos. Implementar medidas preventivas, como reforçar as estruturas e aderir às normas de segurança, contribui para minimizar os danos causados por desastres e outras ameaças urbanas, sustentando a economia nessas áreas.

Uma das alternativas é a elevação do solo, atitude que se torna vantajoso em áreas propensas a alagamentos. Isso pode ser realizado com estruturas elevadas ou em formato de habitação ribeirinhas. Essa estrutura protege os itens de danos causados por chuvas intensas. Além disso, ajuda a prevenir a entrada de água, tornando o ambiente mais seguro para todos. Utilizar materiais como concreto, cerâmica e telhas impermeáveis pode prolongar a durabilidade da estrutura do negócio e reduzir os custos com manutenções frequentes.

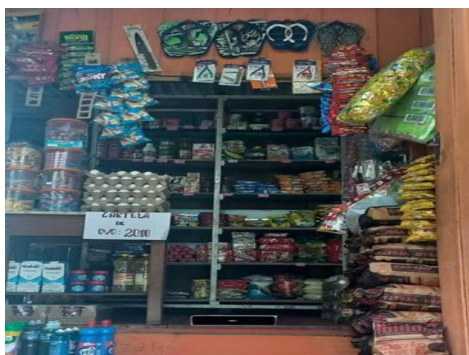
Considera-se, portanto, que a adoção de estratégias adaptativas é fundamental para garantir a sustentabilidade e a resiliência dos pequenos negócios localizados na área de estudo, assegurando melhores condições de funcionamento mesmo diante das adversidades climáticas

Nos pequenos negócios localizados na área da pesquisa, uma medida simples e eficaz é a organização estratégica dos produtos, de forma que os mais vulneráveis a danos, como alimentos, materiais de higiene e itens perecíveis, sejam armazenados em prateleiras elevadas ou em áreas mais protegidas. Essa prática contribui para minimizar perdas em casos de

enchentes ou alagamentos, como mostrado nas figuras 31 e 32, e representa uma forma de adaptação preventiva frente à recorrência de problemas decorrentes das chuvas.

durante a grande chuva em 2025

Figura 31 – Durante a visita em 2024



Fonte: Porto, 2025.

Figura 32 – Durante a grande chuva em 2025



Fonte: Porto, 2024.

Essas medidas de adaptação estrutural e de segurança na infraestrutura não apenas melhoram a proteção do negócio, mas também ajudam a preservar as condições de trabalho, assegurando que os comerciantes possam funcionar de forma mais segura, com menor número de paradas e perdas. Ao aplicar recursos em infraestrutura segura, os pequenos negócios se tornam mais resistentes e preparados para desastres naturais, o que beneficia tanto o crescimento econômico quanto a qualidade de vida social.

Nessas condições, a situação econômica enfrentada pelos pequenos negócios em áreas de vulnerabilidade, tanto social quanto ambiental, é um grande desafio, mas possível de ser superado. Para lidar com essas dificuldades, seria necessário investir em capacitação, ter acesso a créditos e adotar tecnologias que melhorem a questão econômica, que possa construir novas redes de apoio.

Quando articuladas, as oportunidades financeiras têm o potencial de impulsionar o crescimento, e a inovação desses negócios, gerando assim um impacto positivo que pode beneficiar não apenas a economia local, mas também a qualidade de vida dos comerciantes e de suas comunidades.

Os pequenos comerciantes das áreas de estudo do bairro Zumbi dos Palmares enfrentam desafios financeiros únicos, mas também encontram oportunidades específicas dentro desse contexto. Um dos desafios financeiros enfrentado por esses comerciantes é a questão do acesso ao crédito, as instituições financeiras muitas hesitam em conceder crédito a negócios

localizados em áreas de risco social, devido à percepção de maior risco de inadimplência e à falta de garantias convencionais, isso dificulta o acesso a empréstimos para investimento, e expansão dos seus negócios.

Durante a pesquisa, foram apresentadas algumas possibilidades que poderiam beneficiar os pequenos comerciantes, especialmente no que diz respeito à organização e ao acesso a crédito com condições mais favoráveis. Entre essas alternativas, destaca-se o microcrédito, um tipo de financiamento pensado para pequenos empreendedores, com valores reduzidos e taxas de juros mais acessíveis.

No Amazonas, existe a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), que oferece linhas de crédito com condições especiais para micro e pequenas empresas, incluindo financiamento para aquisição de equipamentos, reformas e capital de giro. No entanto, ao serem questionados sobre porque não utilizam esse tipo de recurso, muitos comerciantes afirmaram nunca ouvir falar disso, não sei como funciona ou tenho medo de me enrolar com dívida. Outros mencionaram que ninguém nunca explicou como conseguir esse tipo de ajuda, revelando não apenas a falta de acesso à informação, mas também a ausência de políticas públicas próximas à realidade desses trabalhadores

Quando nos referimos ao negócio que é exercido nos espaços de áreas de risco social e ambiental, nos referimos a um espaço complexo, por diferentes fatores ambientais, sociais, políticos, entre outros, que se apresentam como adversidades as quais devem ser superadas pelos comerciantes, em busca de seu sustento cotidiano, no intuito de compreender sua atuação na dinâmica local e como eles são organizados para garantir seus direitos de usar o espaço, é fundamental considerar o impacto da inovação tecnológica nesse processo, o avanço das tecnologias digitais tem possibilitado novas formas de organização e reivindicação territorial, aspecto que será abordado no próximo capítulo.

Apesar de serem uma importante fonte de renda e autonomia para inúmeras famílias, esses negócios enfrentam desafios estruturais que fragilizam sua persistência. A obtenção de crédito é notoriamente difícil, a carência de infraestrutura básica impacta diretamente a operação e a fiscalização nem sempre é aplicada com a devida sensibilidade e proporcionalidade. Tais fatores, quando somados, representam um risco significativo à capacidade de crescimento e à própria sobrevivência dessas atividades

3 CAPÍTULO III - DA INOVAÇÃO A CRIATIVIDADE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NA ÁREA DE RIP-RAP NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES

Este capítulo propõe-se a analisar os pequenos negócios na área de estudo, considerando os arranjos comerciais que se disseminam no bairro Zumbi dos Palmares, nos setores I e III. A análise aborda aspectos como a distribuição de produtos, a relação com fornecedores e as diferentes formas de comercialização adotadas pelos comerciantes, buscando compreender as dinâmicas econômicas locais e a forma como esses empreendimentos se organizam e se mantêm no contexto socioespacial da comunidade.

Entendemos, portanto, que a tecnologia desempenhará um papel importante na inovação e criatividade desses negócios, nosso estudo demonstra como a formação de novas centralidades modifica o espaço urbano, que é apropriado, destruído e reconstruído para dar lugar a novos espaços de consumo, refletindo as características do pequeno negócio em áreas de risco social.

Analisaremos, assim, como ocorre o processo de inovação e a fragmentação do espaço, que pode ser encontrada em relação ao setor menos privilegiado, concentrando-se em uma área, escolhida para ser a mostra por conter maior fluxo comercial.

A utilização desse espaço é fundamental para transformá-lo em um território representativo, promovendo diversas expressões e criando áreas de consumo nos pequenos negócios de áreas de risco social e ambiental, identificamos essas categorias como negócio fixo, temporário, ou ambulante, atividades comerciais eventuais, autônomas, para entender a relação entre negócio e cidade, focando além do aspecto puramente econômico.

A análise da oferta de produtos comercializados pelos comerciantes localizados nas áreas de risco social dos setores I e III do Bairro Zumbi dos Palmares permitiu estabelecer uma relação entre a cidade e sua dinâmica socioespacial, caracterizada por áreas de concentração de disputas e negociações, começando pela vida cotidiana das pessoas que reivindicam o direito aos espaços urbanos.

Para ter uma compreensão mais ampla da dinâmica comercial, ao adentrar o território de estudo, foi extremamente difícil, uma vez que os sujeitos envolvidos nessas atividades econômicas, em suas diversas formas, como o negócio de áreas de alta vulnerabilidade, estão localizados em um ambiente considerado de risco social e ambiental, dessa forma, através de diversas estratégias de sobrevivência, foram formadas diferentes conexões internas, uma delas

foi a comunicação, para compreender de forma mais ampla a dinâmica comercial local, foi preciso entrar em um território socialmente vulnerável, onde as condições de acesso são limitadas e as interações exigem cautela, tornando os primeiros contatos especialmente complexos.

Os sujeitos envolvidos nas atividades econômicas locais, especialmente nos pequenos negócios, estão inseridos em contextos de risco social e, por isso, tendem a adotar posturas mais reservadas em relação a pessoas de fora. Nesse cenário, a própria dinâmica de sobrevivência favoreceu a formação de conexão internas de apoio e comunicação, que funcionam como formas de proteção e organização comunitária.

O acesso a alguns desses comerciantes só foi possível graças ao apoio de moradores locais previamente mencionados, cujo conhecimento do território e das relações sociais estabelecidas permitiu a mediação e o estabelecimento de vínculos de confiança. Esse processo foi fundamental para garantir a coleta de informações precisas e detalhadas, respeitando as normas éticas da pesquisa e evitando riscos à integridade dos participantes. Além disso, a atuação desses intermediários possibilitou uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas comunitárias, das estratégias de sobrevivência econômica e das práticas comerciais, assegurando que a análise refletisse a realidade cotidiana dos pequenos negócios na área de estudo.

Durante a realização da pesquisa de campo (2023 e 2024), várias dificuldades surgiram, o que impactou o levantamento de dados e a profundidade das informações obtidas.

Muitos comerciantes demonstraram resistência e até mesmo desconforto durante as conversas dialogadas, principalmente devido ao contexto de insegurança e medo de possíveis repercussões nas atividades relacionadas a drogas. A presença de pesquisador em áreas de vulnerabilidade social, onde as estruturas criminais influenciam o controle social, resulta em desconfiança. Os comerciantes temiam que suas participações estivessem ligadas a algum tipo de vigilância policial ou pudesse ser alvo de intimidação, o que levou a uma recusa em fornecer informações sensíveis sobre seus negócios.

Esse comportamento pode estar relacionado à importância das interações sociais e da confiança no cotidiano desse grupo. A socialização desempenha um papel fundamental na dinâmica desses comerciantes, influenciando tanto suas relações comerciais quanto sua disposição para participar de estudos acadêmicos.

O levantamento de dados foi significativamente impactado pela insegurança e pela violência decorrente do tráfico de drogas. Em diversas ocasiões, o acesso a pontos comerciais

e áreas dominadas por facções criminosas foi restrito, limitando severamente o deslocamento e, por vezes, suspendendo completamente a entrada por razões de segurança.

Essa situação não apenas dificultou o levantamento de dados de forma geral, mas também comprometeu a realização de conversas dialogadas nos estabelecimentos comerciais. Consequentemente, a obtenção de informações detalhadas e aprofundadas sobre a realidade local foi prejudicada.

Esses negócios localizados em áreas de risco social operam de forma discreta, o que torna desafiadora a coleta de determinados dados financeiros. Muitos comerciantes, preocupados com a sua segurança e de suas famílias e também temendo a fiscalização e a exposição de sua situação econômica, hesitam em divulgar informações relacionadas sobre receitas, custos e lucros de seus negócios. A falta de documentação e registros contábeis, somada à desinformação, complica a análise do impacto econômico verdadeiro que esses negócios exercem sobre a comunidade.

Outro desafio significativo foi o ceticismo com relação à utilidade da pesquisa para os próprios comerciantes. Muitos consideravam que pesquisas acadêmicas não resultariam em mudanças práticas para a melhoria das condições de vida ou de trabalho deles. Esse desinteresse refletiu na dificuldade em engajar os participantes e em obter uma amostra significativa de comerciantes dispostos a colaborar de forma contínua. Além disso, alguns comerciantes questionaram se a pesquisa realmente traria benefícios para a melhoria das condições de segurança e infraestrutura da área.

A comunicação com os comerciantes foi outra dificuldade, principalmente devido à linguagem e aos valores locais específicos, que nem sempre eram facilmente compreendidos por fora da comunidade. A proximidade e o relacionamento com os comerciantes exigiram um tempo considerável de integração, pois era necessário ganhar a confiança deles para que se sentissem à vontade para discutir questões pessoais, como as condições de trabalho, a relação com o tráfico e o impacto das políticas públicas na sua sobrevivência.

A presença do tráfico de drogas nas comunidades gerou um estigma social que, muitas vezes, acaba sendo associado também aos pequenos comerciantes, especialmente aqueles que operam na informalidade. Alguns dos comerciantes temiam que a pesquisa pudesse associá-los diretamente ao crime organizado ou que suas atividades comerciais fossem mal interpretadas. Isso gerou um clima de cautela e dificultou a obtenção de respostas sinceras, de alguns, uma vez que muitos temiam represálias tanto dos traficantes quanto de autoridades policiais.

As dificuldades encontradas durante a pesquisa de campo nas áreas dominadas pelo tráfico de drogas e negócios localizados na área de estudo exigiram estratégias de adaptação e

sensibilidade. A insegurança, a informalidade dos negócios, a desconfiança da comunidade e as barreiras de comunicação representaram desafios significativos para a coleta de dados. No entanto, a superação desses obstáculos e o engajamento com a comunidade local permitiram que a pesquisa proporcionasse uma compreensão mais profunda da realidade vivida pelos pequenos comerciantes nessas áreas de vulnerabilidade.

Fatos que serão aprofundados no presente trabalho indicam a necessidade de compreender as dinâmicas locais, particularmente a relação entre os pequenos negócios, a construção de conexões sociais e a forma como ocorre a distribuição e comercialização das mercadorias, bem como o fluxo de informações no cotidiano dos envolvidos.

O processo de trabalho dos pequenos negócios no bairro Zumbi dos Palmares, Setores I e III, constitui uma estratégia complexa de sobrevivência e adaptação diante das condições de vulnerabilidade social, econômica e ambiental presentes na área. Muitos desses empreendimentos familiares surgiram em resposta às dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, à escassez de oportunidades de renda e às barreiras burocráticas que dificultam a regularização legal e tributária.

A informalização desses negócios não é apenas uma escolha, mas uma estratégia complexa de sobrevivência. Ela surge como uma resposta direta às barreiras do mercado de trabalho, à falta de oportunidades de renda e às dificuldades burocráticas para a regularização de empresas.

Durante as visitas de campo realizadas na área de pesquisa, observou-se que comerciantes como Sr. Edemar e Dona Eunice dependem principalmente do pequeno negócio instalado na sala de sua residência, empreendimento que garante a subsistência de suas famílias. Esses estabelecimentos, portanto, desempenham um papel central na manutenção da economia familiar e no fortalecimento da economia local da comunidade.

Compreender o processo de informalização no Zumbi dos Palmares não apenas como fenômeno econômico, mas também como expressão das lógicas sociais, históricas e espaciais locais, permite analisar de maneira mais completa as desigualdades urbanas e reforça a necessidade de políticas públicas que integrem esses empreendimentos à cidade formal de forma inclusiva e sustentável.

O levantamento realizado identificou 15 pequenos negócios, compreendendo mercearias, barracas de alimentos, serviços de manutenção de ventiladores, lanches entre outros, todos organizados de modo a atender às demandas internas da comunidade, essas atividades desempenham um papel fundamental na dinâmica econômica local, proporcionando renda para as famílias envolvidas e garantindo o acesso a bens e serviços essenciais.

Além disso, tais empreendimentos refletem estratégias de sobrevivência e adaptação em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando a importância do comércio informal para a manutenção da vida comunitária e para a geração de vínculos sociais dentro do território

Segundo Corrêa (1995), a atuação desses negócios em áreas de de risco social e ambiental, como setores do Zumbi dos Palmares, não deve ser compreendida como mero desordenamento, mas como uma forma organizada de apropriação do espaço urbano, refletindo estratégias locais de territorialização, solidariedade comunitária e adaptação econômica.

Essa dinâmica evidencia que os pequenos negócios informais desempenham papel central na reprodução econômica das famílias da comunidade, garantindo o acesso a bens e serviços essenciais, além de constituírem fonte significativa de renda. Entretanto, a informalidade implica em desafios relevantes para esses pequenos negócios, incluindo a ausência de infraestrutura urbana adequada, dificuldade de acesso a crédito, insegurança jurídica e exposição a riscos ambientais, como inundações e deslizamentos, especialmente nas áreas de relevo inclinado do bairro.

Além disso, essa condição limita o potencial de crescimento e a sustentabilidade dos pequenos negócios, ao mesmo tempo em que reforça a vulnerabilidade social e econômica das famílias envolvidas. A falta de políticas públicas estruturadas contribui para a perpetuação de desigualdades territoriais e restringe a integração desses empreendimentos, tornando-os dependentes exclusivamente da dinâmica local de consumo e das conexões comunitárias de sociabilidade e apoio.

3.1 Do fornecedor ao cliente

A dinâmica dos pequenos negócios nos Setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares, marcada pela vulnerabilidade econômica, evidencia a necessidade de inovação e flexibilidade por parte desses empreendimentos. As estratégias de distribuição de produtos, a escolha de fornecedores e os métodos de comercialização adaptam-se continuamente às condições sociais e estruturais específicas de cada setor.

Em geral, esses negócios operam dentro de arranjos econômicos não formalizados, nos quais predominam formas alternativas de comercialização que garantem a manutenção da atividade econômica frente às limitações locais.

Para esses comerciantes o empreendedorismo nessas áreas de vulnerabilidade social é um desafio, mas também uma grande oportunidade para gerar expansão econômica local, e promover a inclusão social.

Ao superar os desafios e aproveitar as oportunidades, os empreendedores podem contribuir significativamente para a transformação de suas comunidades, como a clientela principal desses negócios são os moradores da própria comunidade, que por vezes possuem baixa renda e poder aquisitivo limitado, causando assim um impacto diretamente no volume de vendas e a baixa margem de lucro dos pequenos comerciantes, fazendo com que esses comerciantes esteja sempre buscando por soluções criativas e a adaptação às necessidades do mercado local com isso gerando diferenciais e atraindo mais clientes para seus negócios.

São comerciantes que operam na informalidade, por não estarem registrados formalmente, frequentemente têm dificuldade para abrir contas bancárias, acessar crédito ou outros serviços financeiros que poderiam ajudá-los a expandir seus negócios ou investir de forma mais segura.

Esses comerciantes e empreendedores que atuam nessas áreas não possuem formação ou experiência em gestão financeira, fazendo assim que cada uma cria suas próprias regras financeiras, aumentando assim as suas dificuldades na questão da organização financeira de cada comerciante, ainda tendo que lidar com a presença de violência e criminalidade nessas áreas de risco social podendo afetar negativamente os negócios, gerando custos com perdas e afastando os clientes.

A entrega de produtos nessas áreas se dá de forma descentralizada e frequentemente sem a necessidade de grandes redes de varejo. Os comerciantes da área de estudo geralmente realizam suas compras junto a pequenos atacadistas, com destaque para a Feira do Fuxico, localizada no bairro Jorge Teixeira. Essa feira desempenha um papel fundamental no abastecimento local, funcionando como um ponto estratégico onde é possível adquirir produtos a preços competitivos. Além disso, a Feira do Fuxico representa um espaço de convivência e troca de informações entre comerciantes, frequentemente aproveitam também as promoções e oferecidas por grandes redes de atacado, como Atacadão, Assaí, Baratão da Carne etc...

Para adquirir produtos a preços mais acessíveis, contudo, a entrega dos produtos nessas regiões ocorre de forma descentralizada e muitas vezes sem depender diretamente da logística dessas redes de varejo, comerciantes também buscam fornecedores alternativos, mercados não regulamentados e feiras comunitárias para obter mercadorias a preços mais acessíveis. Além disso, a logística de transporte pode representar um obstáculo, já que muitos desses vendedores dependem do transporte público ou de serviços de entrega não oficiais para repor seus estoques, com isso os próprios comerciantes é que arcam com a despesa de seus fretes.

Os fornecedores são variados, alcançando revendedores que atuam fora dos meios tradicionais de comercialização como os que vendem porta a porta. Existe uma relação entre comprador e fornecedor que é frequentemente fundamentada na confiança, possibilitando condições de pagamento mais flexíveis e o acesso a produtos sem a necessidade de grandes investimentos.

E assim fortalecendo as redes de confiança e colaboração que são essenciais para a sobrevivência do negócio informal em áreas vulneráveis

A venda de produtos na área de estudo, se apresenta de várias maneiras, sendo afetada pelas condições sociais e físicas do ambiente urbano.

Os negócios menores possuem a vantagem de conhecer as necessidades e da população local, possibilitando a oferta de produtos e serviços que satisfaçam essas necessidades. Essa relação com maior proximidade entre o comerciante e seus consumidores faz com que esses negócios se adaptem com facilidade, apresentando produtos e serviços que atendem diretamente às necessidades da área atendida.

Em setores como o dos pequenos negócios analisados, muitos desses negócios têm pleno entendimento acerca dos alimentos e produtos que fazem mais sucesso entre os moradores, incluindo os tipos de frutas e as marcas preferidas. Um proprietário de bar, por exemplo, tem a oportunidade de oferecer pratos caseiros que não são facilmente encontrados em grandes redes de supermercados, atendendo a um gosto específico dos clientes. Essa prática cria um vínculo direto com os frequentadores, que se sentem valorizados ao perceberem que suas preferências são levadas em conta, além disso, o comerciante pode ajustar os preços de acordo com a realidade financeira de cada consumidor.

Esses exemplos demonstram como os pequenos negócios, ao estarem profundamente imersos nas comunidades, têm a capacidade de inovar e adaptar seus serviços e produtos de maneira adaptável. Esse conhecimento é um ativo valioso que pode ser explorado para não apenas garantir a sustentabilidade econômica dos negócios, mas também para fortalecer os laços comunitários e criar um ambiente de confiança e cooperação.

A proximidade com os clientes e o atendimento que é feito de forma diferenciada são aspectos essenciais para manter a lealdade dos clientes e para desenvolver uma vantagem competitiva no mercado, principalmente em pequenos negócios situados em áreas com riscos sociais e ambientais.

Nesse cenário, a confiança e a empatia entre o comerciante e seus consumidores convertem o negócio local em um ponto central na comunidade, criando um laço emocional que ultrapassa a mera troca de produtos.

Este pequeno vendedor possui a habilidade de proporcionar um atendimento mais humano, com uma compreensão abrangente das necessidades e gostos dos seus clientes, ele identifica as características únicas de cada cliente, como as preferências alimentares, a situação financeira ou os horários ideais para realizar compras, ele pode adaptar seu atendimento de forma mais eficiente.

Por exemplo, o dono de uma taberna pode ter um entendimento claro sobre quais clientes preferem certos produtos ou têm necessidades alimentares específicas. Isso lhe permite proporcionar uma experiência de compra mais personalizada. Esse atendimento diferenciado, muitas vezes feito por meio de um relacionamento direto e, gera lealdade, e os clientes se sentem mais inclinados a retornar ao negócio que já conhece suas necessidades.

Em lugares onde há, uma quantidade significativa de pequenos negócios que fornecem produtos essenciais, incluindo alimentos, como: itens de higiene e produtos de limpeza, a necessidade desses produtos é constante, mesmo diante das dificuldades econômicas.

Mesmo em tempos de dificuldades financeiras, a demanda por esses produtos não diminui, o que garante a continuidade das vendas, mesmo diante de adversidades econômicas.

Com forte vínculo com os clientes e um atendimento especial não são apenas características atraentes dos pequenos negócios, mas também formas inteligentes de manter os consumidores por perto e se destacar no mercado local.

Em períodos realmente difíceis economicamente, e de orçamento limitado, quando as pessoas não têm muita capacidade de compra, os comerciantes dessas áreas se tornam verdadeiros salvadores, facilitando o acesso a itens essenciais para dia a dia dessas famílias, como: arroz, feijão, detergente dentre outros que compõem o básico diário das famílias, um suporte essencial para a vida cotidiana, oferecendo o que a comunidade necessita e se esforçando para atender bem, essa conexão entre o comerciante e o consumidor é fundamental para a solidez do negócio, promovendo confiança mútua e colaboração.

Compreender essa dinâmica é fundamental para a elaboração de políticas públicas que estimulem a formalização e o fortalecimento desse setor, fornecendo condições mais equitativas para o progresso econômico das comunidades vulneráveis. No entanto, além da formulação dessas políticas, é essencial considerar a espacialidade dessas atividades e sua profunda relação com o território em que se inserem. Muitos desses comerciantes manifestam o desejo de se formalizar, mas também expressam receios quanto aos custos envolvidos e à complexa burocracia do processo, a formalização, embora traga potenciais benefícios, nem sempre é percebida como vantajosa, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Em muitos casos, ela representa um fardo, sobretudo devido à existência de custos fixos com impostos e taxas, mesmo quando os lucros são baixos ou irregulares. Soma-se a isso a burocracia e as exigências contábeis, que frequentemente não são compreendidas ou acessíveis a empreendedores com baixa escolaridade ou sem apoio técnico. Além disso, a presença de uma fiscalização rigorosa, desacompanhada de suporte institucional efetivo, contribui para o receio generalizado da formalização. A falta de informação clara e de orientações acessíveis sobre como se formalizar e manter-se regularizado agrava ainda mais esse cenário, exigindo, portanto, políticas públicas mais adaptadas à realidade dessas populações.

Além disso, discutiremos a importância das ruas como espaços representativos e na construção dos territórios, aspectos fundamentais para compreender a dinâmica local. Essa análise será reforçada pelos dados obtidos junto aos nossos colaboradores, os pequenos comerciantes, aprofundando-se na percepção da população em relação a eles e na opinião sobre as funções da prefeitura. O objetivo é analisar o espaço geográfico considerando a totalidade das atividades envolvidas, proporcionando uma visão integrada do contexto social, econômico e territorial. Como pode ocorrer a implantação de inovações e práticas nos pequenos negócios tanto nas metodologias e recursos tecnológicos que proporcionem melhorias nos processos já existente, incluindo ganhos financeiros e qualidade na área de trabalho, viver bem e discussão sobre cidadania.

Dessa forma, fortalecer essas construções não apenas os torna mais resistentes para desastres naturais, mas também impulsiona o fortalecimento econômico e melhora a qualidade de vida social. Nesse sentido, a implantação de inovações e práticas nos pequenos negócios pode ocorrer por meio da adoção de novas metodologias e do uso de recursos tecnológicos que aprimorem os processos já existentes. De início como já usado por alguns comerciantes, práticas sustentáveis, como a economia circular e o reaproveitamento de materiais, podem reduzir custos e agregar valor ao negócio.

Ideias criativas e tecnológicas em pequenos negócios podem ser uma excelente maneira de impulsionar esses pequenos negócios, tornar tudo mais interessante e aumentar os lucros, os pequenos negócios da comunidade já utilizam tecnologias básicas, como celulares e redes sociais, para implementar suas atividades e atender aos clientes, entretanto, a adoção de soluções mais inovadoras e criativas pode impulsionar ainda mais esses empreendimentos, tornando-os mais eficientes, atrativos e lucrativos, além disso, a inovação tecnológica contribui para o fortalecimento da competitividade e da sustentabilidade dos negócios, ampliando sua capacidade de adaptação frente às demandas do mercado e aos desafios socioeconômicos da comunidade.

É essencial que essas propostas inovadoras sejam cuidadosamente planejadas e adaptadas, de modo a respeitar as características específicas dos pequenos negócios e o contexto socioeconômico e territorial em que operam, garantindo que a inovação contribua efetivamente para a eficiência, sustentabilidade e fortalecimento desses empreendimentos

Nesse sentido, a adoção de novas estratégias de venda torna-se uma alternativa viável para pequenos comerciantes. Trabalhar usando as plataformas ou mídias sociais são meios usados para expandir os negócios, utilizando as redes sociais para fazer compras, ou alguns aplicativos de vendas, para auxiliar e atingir um público maior, dessa forma sendo possível impulsionar as vendas, e diversificar as fontes de lucros.

No caso em estudo, é utilizado o negócio domiciliar, onde o comerciante utiliza espaços residenciais, como salas, garagens e até mesmo quintais, reduzindo custos operacionais e fortalecendo as conexões com a vizinhança, também são usados alguns costumes, como o “fiado” e os registros de débito o que são hábitos frequentes dos clientes, permitindo que consumidores sem a capacidade de pagamento a vista possam realizar suas compras.

A utilização da tecnologia nos pequenos negócios vai além do simples crescimento ela pode aumentar a eficiência operacional, ampliar a receita e melhorar a qualidade dos serviços, contribuindo para a sustentabilidade do empreendimento, recursos básicos, como pagamentos por celular, gestão de atividades por meio de aplicativos e automatização de recebimentos e pagamentos, ajudam a otimizar processos internos e aumentam a satisfação dos clientes, além disso, a presença digital em plataformas como WhatsApp, Facebook e Instagram permite expandir o alcance dos negócios e personalizar o atendimento, fortalecendo a relação com a clientela e potencializando o crescimento econômico do pequeno negócio.

No contexto das periferias e áreas de vulnerabilidade social, tais inovações não se limitam apenas a ganhos financeiros, mas também impactam diretamente a qualidade do ambiente de trabalho e a experiência dos comerciantes e consumidores. Melhorias na infraestrutura do negócio, acesso a microcréditos e programas de capacitação são medidas que fortalecem esses empreendimentos, permitindo que os trabalhadores tenham melhores condições de trabalho e ampliem suas oportunidades de crescimento.

Essa modernização interage com a ideia do que é viver bem, para esses pequenos negócios que desempenham um papel importante na economia local, promovendo a integração social e fortalecendo as conexões da comunidade. Segundo Souza (2008), a presença dessas instalações no campo da vulnerabilidade corresponde não apenas às necessidades econômicas, mas também a uma forma de resistência e base social. Portanto, a pequena inovação comercial não é apenas uma estratégia de crescimento, mas também uma ferramenta de direitos civis que

permite que empreendedores e consumidores acessem melhores condições de vida e forneçam participação ativa na economia e na sociedade.

Considera-se a relação entre esses pequenos negócios e o espaço urbano, explorando a forma como eles influenciam e são influenciados. Dessa forma, evidenciando o papel da inovação e da criatividade na resistência e no progresso dos pequenos comerciantes, como diferentes formas de comunicação desde o marketing de “boca a boca” até o uso de redes sociais e plataformas digitais são adotadas por pequenos empreendedores para atrair clientes, métodos que poderão ser usados para fortalecer seus negócios e consolidar sua presença no mercado local. A comunicação eficaz pode gerar impacto positivo não apenas na lucratividade, mas também na valorização do negócio de área de risco social, incentivando o senso de unidade e fortalecendo os laços com a comunidade.

Com base em exemplos e vivências desses comerciantes, serão analisados os principais procedimentos adotados pelos pequenos negócios para aumentar sua visibilidade e competitividade no mercado. Essas conversas também incluirá a importância do apoio e das políticas públicas que possa facilitar ao acesso a treinamentos e recursos que aprimoram a gestão, e a sustentabilidade dos negócios

3.2 Entre areias e pontes: desafios e invenções cotidianas

A inovação no pequeno negócio não se limita à adoção de novas tecnologias ou à modernização dos processos de produção. Também aparece na maneira como esses comerciantes se reinventam criando práticas para melhorar os benefícios, aumentar a lucratividade e fornece um ambiente mais sustentável e humano.

Nos territórios marcados pela precariedade urbana, como as margens do igarapé do Zumbi, os caminhos não são apenas físicos feitos de lama, areia e passarelas improvisadas, mas também simbólicos, construídos diariamente na travessia entre o risco e a resistência.

Nesses espaços, os pequenos comerciantes enfrentam uma série de desafios, falta de infraestrutura, insegurança, ausência do poder público e limitações de capital. No entanto, entre as areias que dificultam o caminhar, constroem-se também pontes entendidas aqui como as invenções cotidianas que tornam possível continuar: práticas de confiança, sistemas de apoio comunitário, negociação flexível, aproveitamento de espaços adaptados. Essa criatividade social revela que, mesmo em contextos adversos, o negócio local não apenas resiste, mas se reinventa continuamente. É no detalhe do imprevisto e na sabedoria da escassez que emergem

formas próprias de organização, invisíveis às estatísticas, mas fundamentais à vida nessa comunidade.

Em vez de focar apenas em estratégias complexas, o que importa é entender como a inovação e novas práticas podem melhorar a vida dos pequenos comerciantes e, por consequência, a da comunidade. A inovação deles, por exemplo, não é uma estratégia de marketing, mas uma maneira de ajudar a comunidade a ter acesso a produtos essenciais, mesmo com dificuldades financeiras.

Além das consequências nas questões financeiras, essas inovações podem contribuir para a criação de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, influenciando diretamente o bem-estar dos trabalhadores desse setor e a relação dos pequenos negócios com a comunidade.

Em um ambiente que está se tornando cada vez mais ágil e disputado, a originalidade e a inovação se estabelecem como fatores fundamentais para a continuidade e expansão de pequenos negócios. A habilidade de criar e inventar é indispensável em um mundo que se torna gradualmente mais competitivo. Esses negócios estão sempre mudando para conquistar mais clientes e se destacar no mercado.

Nas áreas de risco social, os pequenos negócios desempenham um papel importante na economia local, geralmente agindo como estratégias de sobrevivência com força e determinação para com esses negócios na comunidade. Nesses contextos, a criatividade aparece como um elemento essencial, permitindo que comerciantes e provedores de serviços superem desafios estruturais e desenvolvam soluções inovadoras para garantir a sustentabilidade dos negócios.

Analisando a criatividade que se transforma em inovação dentro desses pequenos negócios, promovendo melhorias nos processos produtivos, ampliando oportunidades de crescimento e fortalecendo laços comunitários a partir de um olhar sobre as estratégias adotadas por esses negócios que vão desde a diversificação de produtos e serviços até o uso de tecnologias acessíveis, busca-se compreender de que maneira essas iniciativas contribuem para a geração de renda, a inclusão social e o desenvolvimento econômico da comunidade.

Além disso, a inovação pode ser impulsionada por políticas públicas, redes de apoio e capacitações que incentivem práticas empreendedoras sustentáveis, a relação entre esses pequenos negócios e o espaço urbano em áreas de vulnerabilidade também explorada, destacando o papel do negócio na construção de ambientes mais resistente e na promoção da cidadania.

Destacando que a criatividade impulsiona a inovação nos pequenos negócios ao permitir que os empreendedores encontrem soluções originais para desafios cotidianos, transformando ideias em diferenciais competitivos e criem novas formas de engajamento para seus clientes.

3.2.1 Quando comunicar é estratégia: atender com proximidade

Em áreas de risco e vulnerabilidade social, os pequenos negócios enfrentam desafios que vão das suas possibilidades financeira a de preservação dos seus estoques. A falta de infraestrutura, e a forte concorrência, a crise econômica são apenas alguns dos obstáculos que esses empreendedores precisam transpassar diariamente.

Nesse cenário, a comunicação surge como um instrumento estratégico e necessário para a sobrevivência e o avanço desses pequenos negócios, permitindo a divulgação dos seus produtos e serviços, e também a edificação de relações sólidas com a comunidade, com recursos limitados, os pequenos comerciantes precisam de uma boa imaginação para atrair clientes, sem investimentos em publicidade, estratégias como marketing digital e redes sociais permitem que esses negócios se conectem com seu notório meio de técnica atraente e eficaz.

Para eles a inovação nem sempre está em um novo produto, mas na forma como ele é oferecido, esses pequenos comerciantes buscam sempre criar experiências memoráveis ao investir em um atendimento personalizado, criando um ambiente acolhedor ou oferecer benefícios exclusivos, como o famoso caderno do fiado, maneira prática para fidelizar os clientes.

O Sr. Valdo e a Dona Luana, por exemplo, inovam na maneira de negociar, na flexibilidade de pagamento e na construção de relações de confiança com a clientela. Esse tipo de inovação social e organizacional é essencial para a sobrevivência do pequeno negócio em áreas de vulnerabilidades econômicas e sociais.

Na maneira de negociar, ao contrário das grandes mercados com regras fixas, eles adaptam a negociação a cada cliente. Isso cria um atendimento mais pessoal e eficiente, que se ajusta à realidade de cada um, com flexibilidade de pagamento que em vez de exigir o pagamento à vista ou com cartão de crédito, eles podem parcelar, aceitar fiado ou receber o dinheiro em um prazo combinado. Essa adaptação ajuda quem não tem acesso a crédito a conseguir comprar o que precisa, fortalecendo a relação de confiança.

Ao serem flexíveis e justos, eles criam laços com a clientela, essa confiança faz com que as pessoas prefiram comprar deles em vez de ir a outros lugares, garantindo a fidelidade e a sobrevivência do negócio a longo prazo.

A recepção por parte desses comerciantes é algo diferenciado o que gera boas experiência para os clientes desses pequenos negócios, situadas em áreas de risco social exigem uma abordagem humanizada e sensível às realidades econômicas e sociais da comunidade local.

As tabernas, que são pequenos estabelecimentos onde são vendidos alimentos e bens essenciais principalmente para consumidor de baixa renda, têm a chance de estabelecer laços significativos com seus consumidores, oferecendo um atendimento que seja acessível, amigável e alinhado às demandas da comunidade. A vivência do cliente nesses lugares ultrapassa a mera compra, é sobre formar um vínculo de confiança e respeito, além de favorecer o bem-estar da sociedade.

Conhecer o cliente pelo nome é um fator importante, muitos clientes frequentam esses negócios diariamente, e tratá-los pelo nome cria uma relação de proximidade e confiança. Isso demonstra que o comerciante valoriza seus clientes como pessoas, e não apenas como consumidores, muitos clientes enfrentam dificuldades emocionais ou financeiras. Ter um atendimento empático, que não apenas se preocupa com a venda, mas também com o bem-estar dos clientes, pode fortalecer o vínculo e gerar um ambiente mais humanizado.

Demonstrar interesse genuíno pelas dificuldades e necessidades dos clientes é fundamental. Um simples "como você está?" pode ser um gesto que fortalece o vínculo e faz o cliente sentir-se mais à vontade para interagir, oferecer produtos que se alinhem ao poder aquisitivo e aos hábitos alimentares da comunidade pode ser uma estratégia eficaz para esses pequenos negócios.

Em áreas de risco social, as tabernas têm o potencial de se tornar mais do que simples estabelecimentos comerciais, elas podem se transformar em pontos de apoio e solidariedade, fornecendo produtos essenciais de maneira acessível e criando uma experiência de compra que se alinha com as necessidades emocionais e sociais da área. Ao oferecer um atendimento flexível e responsável, esses negócios desempenharão um papel importante na melhoria da qualidade de vida local.

Ao contrário de grandes supermercados, pequenos negócios têm a vantagem de fornecer serviço próximo e humano. Entender as preferências do cliente e criar experiência para aumentar a lealdade e fortalecer o relacionamento com o público. Ao juntar a criatividade, a inovação e o foco nos clientes, esses comerciantes não estão apenas se relacionando, mas também criam histórias reais para seus consumidores que fortalecem sua posição no mercado local.

Uma das abordagens desses pequenos negócios está centrada nos clientes dessas áreas, que ajuda esses comerciantes a entender melhor as necessidades da comunidade da área e criar

soluções inovadoras, como novos produtos ou serviços, como uso de aplicativos como pix, maquininhas de cartão e carteiras digitais, reduzindo a dependência do dinheiro físico.

Essas inovações nos pequenos negócios ocorrem de forma gradual, adaptando metodologias ágeis e tecnologias acessíveis às necessidades da comunidade, manutenção e capacitação são os pilares para tornar esses negócios mais competitivos e resistentes, mesmo em cenários de risco social e ambiental.

A implantação de inovações e práticas em pequenos negócios situados em áreas de risco social são desafiadoras, os comerciantes dessas áreas da pesquisa foram reticentes em compartilhar suas experiências, especialmente em sentirem vulneráveis ou desconfiados, mesmo diante do argumento que seria uma melhoria necessária para fortalecer a economia local, melhorar a qualidade de vida e até mesmo promover a inclusão social com o mercado fora dessa área.

A criatividade também se manifesta na capacidade de reinventar o uso de recursos disponíveis. Muitos desses pequenos negócios inovam ao reaproveitar materiais, utilizar ingredientes regionais ou criar estratégias para reduzir custos e agregar valor ao que oferecem.

3.3 Limites barreiras e estratégias

Trabalhando com o que de fato, tragam benefícios, devendo iniciar investindo primeiro em ferramentas acessíveis e de impacto direto, valorizando os saberes locais, combinando inovação tecnológica com práticas tradicionais que garantam a identidade do negócio.

Como Santos (1994, p. 49) ressalta, o espaço geográfico é um meio técnico, mas também um meio de vida, e sua transformação se dá pela relação entre a técnica e as realidades sociais locais. Dessa forma, a inovação tecnológica não deve ser encarada apenas como uma exigência do mercado, mas como uma possibilidade de fortalecimento da economia local, desde que utilizada de forma crítica e adaptada às condições do pequeno negócio.

Ao invés de ver a inovação como um obstáculo, os comerciantes têm a oportunidade de utilizá-la para melhorar suas atividades, particularmente ao integrar soluções tecnológicas que favorecem um atendimento individualizado. Essa estratégia possibilita que negócios menores progridam em tecnologia sem colocar em risco sua saúde financeira e operacional, assegurando que os serviços prestados atendam às demandas particulares de seus consumidores, o que, consequentemente, ajuda na expansão dos seus negócios.

Com atendimento personalizado aos clientes em áreas de risco social, é essencial compreender as características locais, as necessidades da população e os desafios específicos da área. Pequenos negócios e serviços que atuam nesses contextos adotam estratégias que

promovam proximidade com a comunidade, que agregam valor ao cliente e fortaleçam esse negócio, estabelecer um relacionamento próximo com os clientes é essencial, entendendo suas necessidades e limitações, oferecendo produtos acessíveis e adaptados à realidade econômica de cada cliente, criando alternativas de pagamento, como fiado organizado que se refere a um sistema de crédito usado por taberneiros, onde o vendedor possibilita que seus clientes efetuem o pagamento de produtos em um momento posterior, mas de forma estruturada e controlada.

Diferente de uma prática totalmente informal ou caótica, o "fiado organizado" requer um monitoramento atencioso das quitações, prazos e obrigações financeiras, frequentemente acompanhado de registros e acordos estabelecidos previamente entre o comerciante e o consumidor, usando também pix parcelado, e cartões sociais, iniciativa já usada por muitos deles.

Nessas áreas, a confiança e o relacionamento são essenciais, oferecer um atendimento amigável, conhecer os clientes pelo nome, dá desconto, faz diferença para o retorno desses clientes. Esse modelo de atendimento não apenas garante a volta dos clientes, mas também fortalece a economia local, pois os consumidores tendem a valorizar e priorizar aqueles comerciantes que demonstram empatia e compreensão em relação às suas dificuldades financeiras. Assim, a inovação nesses territórios não está na criação de um novo produto, mas na forma como ele é oferecido, adaptando-se às necessidades da área atendida.

Enquanto grandes redes varejistas seguem padrões rígidos, pequenos negócios podem se adaptar rapidamente, isso inclui vender produtos que realmente fazem sentido para a comunidade, ajustar horários de funcionamento conforme a rotina local, insegurança pode ser um obstáculo, mas um negócio que se torna um ponto de referência positivo na comunidade tende a ser protegido pelos próprios moradores. Criar vínculos com líderes comunitários, contratar funcionários locais e investir em iluminação e organização do espaço pode reduzir riscos.

Com métodos criativos e uma perspectiva voltada para a comunidade, os pequenos negócios situados em áreas vulneráveis não podem disputar com os grandes mercados, mas se transformam em partes fundamentais para o crescimento local.

Com o progresso tecnológico e as alterações nos hábitos dos consumidores obrigam os pequenos negócios a se adaptarem, em um ambiente onde grandes corporações controlam o setor, a criatividade e a inovação se tornam os principais recursos dos pequenos negócios na comunidade.

O Sr. Mendes, que tem um pequeno mercado na área de estudo, conta que já atendeu clientes depois de fechar as portas, pois sabia que a pessoa precisava de um item essencial para

o jantar. A Sra. Sana, dona de uma venda de lanches, mantém sua janela aberta até a madrugada nos finais de semana, pois é quando há mais movimento de jovens que voltam de festas. Ambos sabem que a rigidez de horário pode significar a perda de vendas importantes.

Além disso, a segurança constitui um fator determinante para a rotina dos pequenos negócios. Muitos fecham mais cedo em dias de maior risco, como em situações de conflitos na comunidade ou movimentações suspeitas. Em outros casos, organizam-se com os vizinhos, estabelecendo mecanismos de alerta mútuo para qualquer ameaça. Essas práticas revelam uma estratégia coletiva de proteção, em que a cooperação entre moradores e comerciantes não apenas reduz riscos imediatos, mas também fortalece os laços comunitários e contribui para a resistência socioeconômica da área, permitindo que os negócios possam continuar operando apesar das condições adversas.

“De noite é perigoso ficar na rua, então fecho a taberna mais cedo e faço entrega por WhatsApp. Os clientes mandam mensagens e eu deixo na porta” afirma o Sr. Elder, vendedor de kikäo² (Elder 2024).

Esse modelo de funcionamento, baseado na necessidade e na realidade local, mostra como o negócio nessas áreas não segue apenas regras econômicas, mas também sociais e culturais, sendo uma extensão das relações de confiança e sobrevivência da comunidade.

Desde o atendimento individualizado até as técnicas digitais, esses negócios demonstram que é viável prosperar e se destacar por meio de soluções autênticas e inovadoras mesmo em áreas de vulnerabilidade social e econômica.

Os negócios de pequeno porte como tabernas por exemplo, desempenham um papel importante na economia de áreas de vulnerabilidades econômica e social, criando oportunidades e fortalecendo a economia da comunidade são tipos de vendas que fornecem diferentes produtos e serviços. Porém, para estes negócios manterem a competitividade, eles devem estar além das vendas tradicionais e aplicar estratégias criativas e inovadoras.

3.4 Viver bem, um ato de cidadania

O que é viver bem para esses comerciantes em área de risco social? A partir das conversas realizadas com esses trabalhadores, percebeu-se que o viver bem assume significados próprios, moldados pelas condições concretas de vida. observou-se que viver bem não está restrito a indicadores econômicos, mas envolve um conjunto de elementos que abarcam o

² É a expressão popular para cachorro-quente no estado do Amazonas.

acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança, além de oportunidades para o fortalecimento econômico pessoal e familiar.

A busca por dignidade e a possibilidade de proporcionar uma vida mais estável para suas famílias, também são aspectos fundamentais desse conceito, no cotidiano, à possibilidade de crescimento pessoal e econômico, e, sobretudo, à preservação da dignidade em meio às adversidades.

Nesse contexto, é possível dialogar com a proposta de Santos e Meneses (2000), que sugere uma "ecologia dos saberes" para compreender essas realidades. Os autores destacam a importância de reconhecer e valorizar os saberes produzidos por populações marginalizadas, como os camponeses e as populações periféricas, que possuem formas próprias de compreender o mundo e de construir alternativas de bem-estar.

Segundo Santos e Meneses (2000, p. 34), há saberes para além do saber científico moderno ocidental, enraizados nas experiências históricas que expressam outras formas de viver bem e de se relacionar com a natureza e com os outros.

Nesse sentido, Nussbaum (2013), também contribui ao destacar que uma vida verdadeiramente humana depende do acesso a condições que permitam o florescimento em diversas dimensões da existência, como saúde, educação, afeto e participação política.

Ainda segundo Nussbaum (2013, p. 79), uma abordagem por capacidades insiste na dignidade de cada ser humano e na necessidade de oportunidades sociais que permitam a cada um florescer de acordo com suas próprias escolhas e contextos.

Para esse grupo de pessoas ter acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e moradia digna é fundamental para viver bem.

Sobreviver é, muitas vezes, um ato de resistência. Nessas áreas, onde os serviços públicos são precários e a qualidade de vida é comprometida, viver bem significa lutar diariamente por direitos essenciais. Para esses moradores, viver bem é resistir como mostram os relatos de quem enfrenta, todos os dias, a precariedade dos serviços públicos, é o que fala o sr. Mendes (2023):

Viver bem, para mim, é quando a saúde da minha família está em dia, quando meus filhos podem ir à escola sem perigo e quando conseguimos ter água e luz na casa sem medo de faltar o básico, vivemos bem aqui. Mas pra melhorar seria necessário termos tratamento de esgoto, coleta de lixo pois eles têm que levar o lixo até fora das pontes, pois os coletores não adentram a essas áreas, seria bom também que houvesse políticas públicas voltadas à regularização fundiária e infraestrutura básica. Nessa área de risco social (Mendes, 2023).

Oliete (2023), em conversa dialogada com a autora em Manaus, define viver bem como:

A boa convivência com a vizinhança e a ajuda mútua na comunidade desempenham um papel importante em contextos de vulnerabilidade, a solidariedade entre os moradores é uma forma de garantir um certo apoio emocional e prático, seja para lidar com dificuldades financeiras, crises familiares ou situações de emergência, contar com apoio emocional e estar inserido em grupos sociais que promovam respeito e que seja inserida na comunidade, então isso para ela é viver bem. (Oliete, 2023).

Laura (2023), em conversa dialogada com a autora em Manaus, define viver bem como:

Aqui na comunidade, a gente se apoia, às vezes, um ajuda o outro, os pequenos comerciantes se ajudam. Esse apoio, essa união, é parte do que me faz sentir que estou vivendo bem, e que não estou sozinho nas lutas que são levantadas todos os dias, então enquanto não vem algo melhor para mim isso é viver bem. (Laura, 2023).

Para esses pequenos comerciantes, a ideia de viver bem é associada à busca por oportunidades que permitam melhorar a situação financeira e proporcionar uma vida mais digna para a família. Viver bem segundo relatos é conseguir ganhar o suficiente para pagar as contas, comprar comida e dar o básico para os seus filhos, conforme afirma o Sr. Ivo (2023):

Tenho esse pequeno negócio aqui na comunidade, e mesmo com as dificuldades, me sinto realizado. Aqui todo mundo conhece todo mundo, e isso cria um ambiente especial. Viver bem, para mim, é ver a comunidade se fortalecendo, as crianças brincando na rua e saber que meu negócio está ajudando os moradores a terem o que precisam perto de casa. O que mais desejo é mais segurança e infraestrutura, mas, enquanto isso, seguimos criando nossas próprias soluções (Ivo, 2023).

Para ele viver bem, é ter o suficiente para atender às necessidades básicas, sem se sobrecarregar com desejos excessivos ou consumismo, cultivar gratidão pelo que se tem enquanto se trabalha pelo que se deseja. Em um contexto de risco social, o desgaste emocional e psicológico é uma realidade. Viver bem, para muitos, não significa apenas sobreviver fisicamente, mas encontrar maneiras de lidar com o estresse, a ansiedade e as dificuldades emocionais que surgem. Ter espaços de descompressão e momentos de lazer, mesmo que simples são importantes conforme o Sr. Manoel e Valdo e Sra Sana abaixo:

Para mim, viver bem significa poder criar meus filhos com dignidade. Apesar de morarmos em uma área de risco, estou feliz porque consegui colocar eles na escola e temos acesso a uma unidade de saúde perto de casa. É difícil às vezes, mas os vizinhos aqui são unidos, e sempre que alguém precisa, todos ajudam. Acho que viver bem não é ter muito, mas conseguir o essencial e se sentir amparada por quem está ao seu redor (Manoel, 2024).

Às vezes, eu penso que viver bem não é só estar bem fisicamente, a cabeça também precisa estar em paz, é difícil, mas quando a gente encontra uma forma de se distrair, fazer algo que nos dá prazer, como um jogo com as crianças ou conversar com os amigos, atender os clientes, isso já é algo bom (Valdo, 2024).

Viver bem, para mim, é ter paz. Moro aqui há mais de 30 anos e já vi muita coisa, boa e ruim. O que me faz feliz é o senso de comunidade. Aqui ninguém passa fome porque a gente sempre dá um jeito de ajudar. Claro que sonho com ruas melhores, menos

violência e mais respeito por parte do governo, mas, no dia a dia, me contento com o sorriso das crianças e o cheiro do pão que a vizinha faz e divide com todos (Sana, 2024).

Esses relatos demonstram que, apesar das dificuldades onde vivem, área de risco social, muitas dessas pessoas encontram no senso de comunidade, a capacidade de superar situações adversas em pequenas conquistas, a base para definir o que é viver bem. Essas perspectivas mostram que viver bem vai além da posse de bens materiais e envolve justiça social, liberdade, dignidade, relações afetivas e equilíbrio com o ambiente.

Viver bem para eles é simplesmente ter a dignidade e o respeito reconhecidos por todos os que estão ao seu redor e pela sociedade em geral. As questões de risco social são frequentemente enfrentadas. Viver nessa área, apresenta desafios significativos, mas não é impossível. Isso requer perseverança, estratégias e, acima de tudo, o fortalecimento da comunidade. Para quem vive em áreas periféricas, a cidadania plena e a participação política também são dimensões cruciais.

Souza, (2008), descreve como a violência, a insegurança e a segregação socioespacial impactam diretamente a qualidade de vida nessas áreas, limitando o acesso a direitos básicos e restringindo a mobilidade dos moradores. Nesse contexto, "viver bem" vai além da simples subsistência, das condições materiais. Isso implica uma visão mais ampla da qualidade de vida, incluindo aspectos como acesso à educação e oportunidades de trabalhar, participar da vida comunitária, saúde, segurança e dignidade social. Trata-se de um processo contínuo de resgate da cidadania, de luta por direitos e de enfrentamento das desigualdades estruturais.

Criar condições para que os moradores dessas áreas se sintam integrados efetivamente à sociedade, que participem ativamente da vida política, econômica e cultural, em vez de cair em margens e invisíveis sociais como a criminalidade.

Ao se falar de viver bem nessas áreas, também se leva em conta a inclusão social, a igualdade de direitos, o respeito à diversidade e a valorização da identidade local. Em muitos casos, os moradores dessas áreas não buscam apenas a sobrevivência, mas a possibilidade de construir um futuro melhor, com autonomia, liberdade de escolha e um sentimento de integração e cooperação.

É interessante como isso se conecta a diversas teorias sobre o desenvolvimento urbano, na qual o foco vai além de indicadores econômicos e busca incorporar dimensões culturais, sociais e emocionais para uma vida plena.

Embora as condições sejam muitas vezes desafiadoras, de acordo os comerciantes dessas áreas, eles constroem formas de bem-estar coletivo através de solidariedade comunitária,

mobilização social e o fortalecimento da identidade cultural, criando um ambiente onde, apesar das dificuldades, o viver bem é uma realidade possível.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), viver bem é, em grande medida, uma questão de garantir que as pessoas tenham as condições e as oportunidades necessárias para viver com dignidade, e não apenas medido por indicadores econômicos como o PIB.

3.5 Entre a sobrevivência e o enfrentamento

Ao longo dos tempos, o trabalho sempre foi um elemento central na construção da cidadania no Brasil, porém, muitos pequenos comerciantes que atuam em áreas de risco social enfrentam obstáculos diários para garantir não apenas a sobrevivência de seus negócios, mas também o reconhecimento de seus direitos como cidadãos.

Segundo o IBGE (2024), milhões de brasileiros trabalham na informalidade, sem acesso a direitos básicos como segurança jurídica e previdência social. Entre eles, os pequenos comerciantes das áreas de risco social enfrentam desafios ainda maiores, lutando diariamente para manter seus negócios enquanto buscam o reconhecimento de sua cidadania

Santos (1996), afirma que o espaço é usado de maneira desigual conforme os interesses dos agentes sociais. Essa desigualdade se reflete na luta diária dos pequenos comerciantes das áreas de risco social, que enfrentam dificuldades para exercer sua atividade e garantir seus direitos básicos enquanto cidadão

O direito à cidadania vai além do simples reconhecimento legal, ele envolve o acesso a condições dignas de vida e trabalho. Para esses comerciantes que atuam em áreas de risco social dos setores I e III do bairro Zumbi dos Palmares, esse direito parece distante, diante das dificuldades que enfrentam para manter seus negócios em meio à precariedade e à falta de apoio governamental.

Santos (2004) em sua obra “O Espaço Dividido”, discute como o processo de urbanização se dá de forma desigual, refletindo a fragmentação social e econômica. Pequenos comerciantes em áreas de risco social são um exemplo disso, pois enfrentam barreiras institucionais e estruturais para exercer suas atividades.

O dia a dia desses comerciantes em áreas de risco social é marcado por desafios contínuos que vão além da falta de infraestrutura. Além da ausência de serviços básicos como saneamento, iluminação pública e segurança, esse grupo de trabalhadores batalha diariamente contra a instabilidade econômica e a constante ameaça de remoções ou repressão por parte do governo.

Eles são forçados a operar em situações desfavoráveis, sem possibilidade de obter crédito, o que dificulta ainda mais a luta pela sobrevivência. Nesse cenário, sua busca ultrapassa a necessidade de sustento cotidiano. É uma batalha por reconhecimento, dignidade e a concretização do direito à cidadania.

A dificuldade enfrentada pelos pequenos comerciantes da área de estudo, pode ser ilustrada pela história de alguns desses moradores, que há anos trabalham em uma área considerada de risco social e ambiental, sem acesso a crédito ou infraestrutura básica, eles precisam lidar com a informalidade e de vários tipos de riscos imposto pelas condições precárias da área ocupada.

Esse cenário reflete a luta diária desses trabalhadores por reconhecimento e direitos básico. As figura 33 e 34 , ilustram os efeitos devastadores da tragédia, no setor III antes e depois das chuvas intensas de fevereiro de 2025.

Apesar de todas as adversidades, as famílias continuam a lutar pela reconstrução de suas vidas e pela permanência em seus territórios, reafirmando diariamente sua resistência e esperança.

Esse processo de reconstrução, no entanto, não se limita ao aspecto material. Envolve também a recuperação simbólica e afetiva dos vínculos com o território, que estão profundamente abalados pela tragédia. O cotidiano dessas famílias é marcado por práticas de solidariedade, colaboração comunitária, apoio e saberes locais que se tornam fundamentais para resistir à exclusão e às tentativas de remoção.

Figura 33 – Área de estudo setor III em 2024



Fonte: Porto, 2024

Figura 34 – Impactos sociais e ambientais sofridos por essas famílias



Fonte: Porto, 2025.

Como destaca Souza (2008), os territórios populares não devem ser vistos somente como espaços marcados pela carência, mas também como territórios de resistência, onde emergem práticas cotidianas de enfrentamento à vulnerabilidade e afirmação de direitos.

Nesse sentido, o espaço vivido adquire um valor que vai além da moradia física. Ele representa memória, pertencimento e identidade coletiva, elementos indispensáveis para a construção de políticas públicas que respeitem o direito à cidade e à dignidade das populações afetadas.

Apesar dessas dificuldades, a solidariedade entre moradores e comerciantes se tornou uma forma de resistência. Mesmo sem a estrutura adequada, a comunidade faz o possível para garantir o básico, segundo relatos dos comerciantes da área de estudo.

A citação abaixo, reflete a realidade de muitas comunidades periféricas, onde a falta de infraestrutura básica é compensada por estruturas de apoio mútuo entre moradores e comerciantes locais. O relato evidencia como a população dessas áreas encontra maneiras de suprir necessidades básicas, mesmo sem o suporte correto do poder público como demonstram os relatos de dona Lucia (2023).

Moro nessa ponte desde que nasci. Aqui todo mundo se conhece, mas a gente vive com medo. A polícia entra como se a gente fosse criminoso, e quando tem tiroteio, ninguém quer saber se tem criança na rua. Mesmo assim, eu luto para dar um futuro melhor para meus filhos, porque sei que eles merecem mais (Lucia, 2023).

A história de dona Lucia reflete a dura realidade de muitos pequenos comerciantes que lutam pelo direito à cidadania em áreas de risco social. Assim como ela, muitos trabalhadores como Jonas (2023) enfrentam desafios diários para garantir seu sustento e conquistar seus direitos.

Meu sonho é ser engenheiro, mas estudar aqui é difícil. A escola pública não tem professor todo dia, e quando chove, as ruas alagam e eu não consigo sair de casa. Entre um cliente e outro faço trabalho como entregador para complementar a renda. Quero sair daqui, mas também quero mudar esse lugar, porque sei que tem muita gente boa e trabalhadora (Jonas, 2023).

Os relatos demonstraram que, na área de estudo, o apoio entre moradores e pequenos negócios são fundamentais para garantir a subsistência, reforçando a ideia de que o espaço urbano não é apenas físico, mas também social e relacional.

Os pequenos comerciantes do Zumbi, Setor I e III, possuem uma forte relação de pertencimento vínculo com o território, seja por laços familiares, seja pela necessidade de sobrevivência onde já construíram seus laços de convivência e clientela consolidada. Muitos afirmam que, apesar das dificuldades, não pretendem deixar o lugar, pois já conhecem a

dinâmica local e possuem uma base fixa de clientes. Os sujeitos que participaram da pesquisa, destacaram que a união da comunidade é um fator essencial para o bem-estar coletivo e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território.

Essa coesão social, frequentemente mencionada por autores como Milton Santos (1996) e Marcelo Lopes de Souza (2008), que atua como uma forma de resistência diante das adversidades impostas pela precariedade urbana, funcionando como rede de apoio mútua, tanto material quanto simbólica.

Já Freire (1987) propõe uma abordagem crítica e transformadora da educação, centrada na relação entre opressores e oprimidos. Sua reflexão sobre a cidadania está intimamente ligada à ideia de emancipação, que só pode ser alcançada por meio de uma educação que liberte as pessoas das estruturas de dominação.

Freire (1987, p. 78) afirma que “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Essa afirmação ressalta a importância fundamental da educação, mesmo que não seja o único fator de mudança. E continua “A cidadania não pode ser reduzida a um ato formal, como o voto, mas deve ser exercida criticamente e de maneira ativa” (Freire, 1987, p. 102). Essa visão enfatiza a necessidade de um engajamento ativo e consciente por parte dos cidadãos.

E ainda, segundo Freire (1987, p. 74) “A educação, para ser verdadeira, precisa ser um ato de liberdade e de ação. Não é suficiente saber, é preciso ser capaz de agir, de transformar a realidade”. Essa perspectiva conecta o aprendizado à prática e à capacidade de intervir no mundo.

São pensamentos que propõe que a verdadeira cidadania não seja apenas a posse de direitos, mas o exercício pleno da capacidade de transformar o mundo por meio da ação coletiva e consciente como demonstram os relatos a seguir de Teresa (2024)

Eu já vi muita coisa mudar, mas também vi muita promessa vazia eu trabalhei a vida inteira como doméstica, pagando meu INSS direitinho, achando que, quando me aposentasse, ia ter uma vida tranquila. Mas com o que recebo, mal dá para pagar as contas. Foi por isso que montei minha taberna aqui na comunidade, vendendo esses alimentos e algumas coisinhas a mais. No começo, achei que ia ser uma solução, mas logo vi que aqui nada é fácil.

Eu consegui meu espaço com muito esforço, mas ainda tenho que lidar com o tráfico e muitas das vezes tenho que me submeter as ordens dos traficantes para deixar a gente trabalhar em paz. Se não pagar, não pode vender. E a polícia? Quando aparece, é pior ainda trata todos como se fossemos bandidos. Mas não temos escolha. Sem minha taberna, não consigo comer, não ajudo meus netos. e se eu for depender só da aposentadoria, passo fome.

Tem dia que acordo e penso em desistir, mas lembro que não posso. Aqui, todo mundo aprende a sobreviver como dá. Eu só queria trabalhar em paz, sem medo de perder tudo de um lado ou de outro. Mas parece que, para gente como eu, a cidadania não vale muito (Teresa, 2024).

Bobbio (1986) fala que a democracia vai além de um simples conjunto de normas institucionais, dependendo da real participação das pessoas nos âmbitos político e social. Ele faz uma diferenciação entre a democracia formal, que se apoia no funcionamento das instituições, e a democracia substancial, que diz respeito à realização dos direitos políticos e sociais. De acordo com o autor:

A democracia moderna exige não apenas instituições políticas que garantam a participação dos cidadãos, mas também a efetiva inclusão social e econômica para que essa participação seja significativa. (Bobbio, 1986, p. 34).

Este argumento reforça a ideia de que a democracia não pode ser completa enquanto existirem desigualdades que limitem o acesso a direitos básicos como a educação e a informação.

Bobbio (1986) também critica o modelo de democracia representativa, observando que muitas vezes ela se distancia do povo e cria uma relação passiva entre governantes e governados. Para ele, um dos maiores desafios da democracia é diminuir essa distância e garantir que a cidadania não seja apenas um direito legal, mas uma prática ativa: “A crescente complexidade das sociedades modernas torna inevitável a delegação do poder, mas essa delegação deve ser acompanhada por mecanismos eficazes de controle e participação popular.” (Bobbio, 1986, p. 79)

A globalização impõe novos desafios para a cidadania, ao mesmo tempo que cria oportunidades para maior participação e conexão entre os movimentos sociais. No entanto, Santos (2002) alerta que a globalização neoliberal tende a aprofundar desigualdades e enfraquecer a cidadania social.

A cidadania não se resume ao direito de votar. Ela envolve acesso a serviços públicos de qualidade, segurança, moradia digna e oportunidades iguais. Infelizmente, em áreas de risco social, esses direitos são frequentemente negados. A precariedade dos serviços básicos e a violência estatal e do crime organizado criam um ambiente de vulnerabilidade constante.

Santos (2002) argumenta que a cidadania, embora formalmente reconhecida, não é igualmente acessível a todos. Ele utiliza o conceito de cidadania regulada para descrever a forma desigual com que os direitos são distribuídos na sociedade. Segundo o autor “A cidadania pode ser ao mesmo tempo universal na lei e desigual na prática, dependendo da posição social e econômica da pessoa” (Santos, 2002, p. 91).

No entanto, a cidadania também se expressa na resistência dessas populações. Movimentos comunitários, associações de moradores e projetos sociais mostram que, mesmo com poucos recursos, há uma luta ativa por dignidade. Educação popular, cooperativas de

trabalho e solidariedade são exemplos de como as próprias comunidades se organizam para garantir seus direitos, com políticas que não criminalizem a pobreza, mas que protejam os moradores da violência, tanto do crime quanto do Estado.

Participação popular, para que as comunidades tenham voz ativa na definição das políticas públicas que afetam suas vidas. A cidadania plena só será realidade quando todos tiverem acesso aos mesmos direitos, independentemente de onde moram. Até lá, as histórias de luta e resiliência dessas comunidades continuam sendo um exemplo de resistência e esperança.

Em função disso, o Quadro 6 ilustra aspectos da organização comunitária e da atuação popular nas áreas de risco social do bairro Zumbi dos Palmares. Observa-se que a cooperação entre vizinhos e a participação em redes informais refletem práticas de engajamento coletivo que dialogam com os Instrumentos de Gestão Urbana Participativa, ao promover a colaboração na tomada de decisões e na resolução de problemas locais.

Essa articulação evidencia como a atuação popular contribui para a manutenção dos negócios e para a gestão cotidiana do território, reforçando o papel do capital social na sustentabilidade do pequeno comércio em áreas vulneráveis.

Quadro 6 – Instrumentos de Gestão Urbana Participativa (Art. 5º da Lei Complementar nº 671/2002 – Manaus-Am)

Artigo	Descrição
Art. 5º	A gestão urbana do Município de Manaus será exercida de forma participativa, envolvendo a sociedade civil organizada e a população em geral, através de:
Inciso I	Conselhos Municipais
Inciso II	Audiências Públicas
Inciso II	Plebiscitos e Referendos
Inciso IV	Iniciativa Popular
Inciso V	Outras formas de participação

Fonte: Leis Municipais. **Org.:** Porto, 2023.

Nesse contexto, é importante destacar que o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus, instituído pela Lei Complementar nº 671, de 4 de novembro de 2002, estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável da cidade, enfatizando a importância da gestão democrática e da participação do cidadão.

O Artigo 5º estabelece os princípios da gestão urbana participativa, que é um aspecto fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável.

No entanto, observa-se que, na prática, os princípios do Plano Diretor nem sempre se traduzem em ações efetivas nas periferias urbanas. A ausência de políticas públicas que

reconheçam e fortaleçam essas iniciativas locais demonstram uma lacuna entre a norma e a realidade, o que reforça a importância de se pensar em formas participativas de planejamento urbano, que considerem as especificidades e potencialidades desses territórios populares.

Essa desconexão leva as comunidades a desenvolverem suas próprias estratégias de gestão e organização territorial. Portanto, é crucial que os Instrumentos de Gestão Urbana Participativa sejam não apenas previstos na lei, mas ativamente incorporados ao processo decisório, reconhecendo a autogestão popular como uma verdadeira força motriz para o desenvolvimento local. Essa situação reforça a importância de se pensar em formas participativas de gestão urbana, nas quais a população possa contribuir diretamente para decisões sobre uso do solo, infraestrutura, fortalecendo práticas comunitárias e o capital social como instrumentos de sustentabilidade e inclusão territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização dos pequenos negócios na área estudada mostra-se como um processo paradoxal no qual as pessoas ocupam o espaço urbano de forma não regulamentada marcada pela exclusão social e segregação urbana ao mesmo tempo que criam laços de solidariedade para viver bem em condições de vulnerabilidade social e ambiental. Isso acontece por falta de políticas públicas que ajudem a organizar o território, pela necessidade de sobreviver e pela economia local. A maioria dos comerciantes mora no bairro Zumbi dos Palmares há vários anos e criaram seus pequenos negócios ajustando-se às condições ruins de infraestrutura e segurança.

Esses negócios são importantes para sustentar as famílias e garantir que a comunidade tenha acesso a produtos essenciais. As atividades comerciais são desenvolvidas em locais improvisados, usando os cômodos das próprias moradias, como salas e janelas.

Essas situações mostram a falta de infraestrutura adequada e a dependência dos clientes da área. Apesar das dificuldades, esses negócios são essenciais para a economia da área de estudo, ajudando a garantir a sobrevivência diária e o negócio de itens básicos.

Foram identificados diversos tipos de negócios, como lanches, vendas de roupas usadas, tabernas venda de alimentos, bares e oficinas de consertos de ventiladores.

A maioria desses estabelecimentos atende às necessidades básicas da população local, e por serem pequenos negócios, possuem estrutura simples e funcionam como alternativas acessíveis dentro de um contexto de informalidade, além de movimentar a economia local, gerando renda direta para essas famílias.

Os comerciantes que vivem nessa área são, na maioria, pessoas que vieram do interior do Amazonas ou de estados próximos, como o Pará, e moradores que se mudaram de outros bairros periféricos da cidade.

Eles se estabeleceram na área por conta da moradia mais barata e para ter uma forma de trabalhar e sobreviver. A instalação desses negócios foi feita de forma gradual, com construções feitas por conta própria em terrenos ocupados, sem apoio técnico ou financiamento, usando materiais simples e de baixo custo como, compensados, lonas, entre outros, refletindo uma prática de autoconstrução comum nas áreas periféricas. Essa dinâmica está dentro do que é chamado de circuito inferior da economia urbana, marcado pela informalidade, pela falta de regulação e pela dependência da mão de obra da família.

Observou-se algumas inovações, como a adaptação dos produtos ao poder de compra da clientela, o uso de redes sociais para divulgar os produtos, e a realização de entregas, mesmo que de maneira informal.

Também é comum a colaboração entre os comerciantes da própria comunidade, como o compartilhamento de materiais e apoio logístico, mostrando apoio, a extensão dos horários de atendimento também foi notada como uma estratégia para aumentar o número de clientes, especialmente nos períodos com mais movimento, demonstrando a capacidade de adaptação e resiliência diante das limitações estruturais.

Para as pessoas ouvidas na pesquisa, viver bem vai muito além de ter apenas o básico para sobreviver. Viver bem é ter segurança financeira para não se preocupar com as contas e poder pensar no amanhã. Eles também valorizam a saúde, a paz e a segurança na área onde vivem. Ter esses pilares fortes permite que as pessoas façam planos para o futuro, invistam em seus sonhos e fortaleçam os laços com vizinhos e amigos.

Em resumo, o conceito de viver bem para essa população transcende a mera sobrevivência e se concentra em garantir melhores condições de vida. Isso implica ter a tranquilidade necessária para construir uma vida digna em um ambiente que seja seguro e onde haja apoio comunitário mútuo. Para essas pessoas, a cidadania é compreendida como o direito de trabalhar e assegurar a própria subsistência, embora muitos sintam que o Estado os abandona e não reconhece seu esforço, também destacam a importância de ter acesso a serviços básicos, como educação, saúde e saneamento básico, para ter uma vida mais digna. Para eles, respeitar e valorizar o trabalho informal também faz parte da cidadania e do direito de viver na cidade.

Ao abordar as adversidades enfrentadas por quem mora em áreas de risco social, é importante considerar alguns pontos preliminares que contextualizam e fundamentam a análise dessas questões.

Áreas de risco social são regiões que sofrem com uma combinação de problemas econômicos, sociais e ambientais. Esses problemas incluem alta densidade populacional, habitação precária, falta de infraestrutura básica, baixa oferta de serviços públicos e alta incidência de violência e criminalidade.

A maior parte das áreas de risco social apresenta um histórico marcado por negligência institucional e exclusão social. A combinação de intervenções urbanas descoordenadas, expansão irregular do território e ausência de planejamento estratégico de longo prazo contribuiu significativamente para a configuração dessas áreas, refletindo as desigualdades estruturais presentes no processo de urbanização

As áreas de risco social devem considerar a estrutura de poder e a distribuição desigual de recursos e oportunidades na sociedade. A concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos resulta na marginalização de muitos. As decisões políticas e econômicas

frequentemente beneficiam as áreas mais ricas e centralizadas, perpetuando a exclusão das áreas de risco social e desigualdade territorial.

A dinâmica de uso e apropriação das áreas urbanas é peculiar. A busca por moradia, a unidade territorial domiciliar, leva as pessoas a ocuparem espaços onde o poder público está ausente, o que, de forma contraditória, resulta na formação de áreas de risco.

A pesquisa destaca que esse fenômeno está diretamente ligado à falta de condições financeiras para edificar moradias em locais seguros ou com infraestrutura adequada.

A seleção da área de pesquisa foi realizada por sua importância no estudo da dinâmica social, econômica e espacial que afeta a estruturação do espaço urbano, com a existência de pequenos estabelecimentos comerciais em áreas de vulnerabilidade social e seu papel na economia local, essa área aparece como um ambiente ideal para analisar as táticas de sobrevivência e a resistência das pessoas. Além do que, essa seleção é fundamentada na urgência de apoiar políticas públicas direcionadas à promoção da inclusão social em áreas urbanas em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Além disso, a escolha desse universo possibilitou compreender os desafios e oportunidades enfrentados pelos pequenos negócios em ambientes onde a informalidade, a mobilidade urbana e a precariedade dos serviços públicos impactam diretamente as estratégias de sobrevivência e crescimento dos empreendedores.

Os pequenos negócios no *rip-rap* desempenham um papel essencial tanto na economia local da área quanto no fortalecimento das comunidades em que estão inseridos. Esses empreendimentos não apenas movimentam a economia, mas também oferecem bens e serviços essenciais para a população, suprimindo lacunas deixadas pelo setor público e grandes empresas.

Ao longo deste estudo, foi identificado que a criatividade, inovação e a comunicação são estratégias e fatores determinantes para o crescimento desses negócios em ambientes desafiadores, onde a capacidade dos empreendedores locais de se adaptarem às adversidades, seja por meio da personalização do atendimento, da implementação de tecnologias acessíveis ou do envolvimento com a comunidade, mostra-se essencial para garantir a competitividade e a permanência no mercado.

Além disso, foi observada a resistência como papel central no percurso desses pequenos negócios. Pequenos comerciantes contam comumente com o apoio dos vizinhos, familiares e associações comunitárias, para poder superar os desafios econômicos, logísticos e estruturais com ajuda desses aliados, combinadas com estratégias inovadoras e tratamentos mais humanizados com os clientes, criam um âmbito corporativo mais sólido.

No entanto, é importante frisar que, apesar do poder transformador desses pequenos negócios em áreas de vulnerabilidade social, eles enfrentam desafios expressivos. A falta de crédito impede que façam empréstimos bancários, e a insegurança urbana, com a instabilidade econômica e ausência de políticas públicas eficazes, dificulta a consolidação desses negócios. Portanto, é necessário que haja, iniciativas de políticas públicas que colaborem junto a esses trabalhadores para dar oportunidades de crescimento e melhoria para esses empreendedores.

O negócio informal apresenta um paradoxo em relação aos preconceitos que o cercam. Embora frequentemente marginalizado, ele está intrinsecamente ligado à constituição de redes e fluxos de mercadorias que complementam a economia não formalizada.

A proximidade com uma clientela consolidada, a ausência de concorrência legalizada e os baixos custos operacionais como aluguel reduzido ou inexistente tornam esses espaços economicamente vantajosos. Em alguns casos, a localização estratégica na comunidade garante um fluxo constante de consumidores, o que assegura uma margem de lucro compatível ou até superior à de áreas consideradas mais seguras. Assim, a permanência nessas áreas de risco social e ambiental não se dá apenas por falta de alternativas, mas também como uma escolha racional diante das condições econômicas disponíveis.

Ressaltamos que uma das interpretações mais comuns entre os comerciantes sobre o motivo de se estabelecerem em áreas de risco social está relacionada à evasão fiscal. No entanto, o principal argumento apresentado é a necessidade de moradia e a falta de oportunidades de emprego, evidenciando a importância dessas áreas como abrigo para aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho regular. Apesar dos riscos sociais e ambientais presentes, muitos comerciantes optam por permanecer nas áreas de vulnerabilidade devido à lucratividade que essas regiões podem proporcionar.

Fica assim evidente que a presença dos comerciantes em áreas de risco social do bairro Zumbi dos Palmares Setores I e III, não pode ser reduzida apenas a questões de evasão fiscal. Ainda que essa seja uma interpretação recorrente, os relatos dos comerciantes indicam que a principal motivação está na busca por moradia acessível e na falta de oportunidades no mercado legalizado de trabalho.

Essas áreas, apesar de suas vulnerabilidades, configuram-se como espaços de refúgio e sobrevivência para pessoas que enfrentam dificuldades socioeconômicas, especialmente em contextos marcados pelos negócios autônomos, como ocorre no bairro do Zumbi dos Palmares. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam e atendam às demandas dessas populações, promovendo alternativas sustentáveis que garantam tanto a permanência no território quanto o fortalecimento da capacidade socioeconômica e da

qualidade de vida da comunidade. O apoio a pequenos negócios locais, a melhoria da infraestrutura urbana e a implementação de estratégias de inclusão social são medidas essenciais para reduzir desigualdades e proporcionar maior resistência comunitária frente às adversidades estruturais

Essa perspectiva nos permite compreender como as transformações urbanas se manifestam nos territórios estudados. Em particular, destacam-se as ruas com características singulares, que denominamos de ruas, as pontes. Elas são reconhecidas pela concentração de diversos tipos de moradias e pela presença de estabelecimentos com personalidade única.

A particularidade dessas ruas reside na interligação que promovem entre os estabelecimentos e os espaços urbanos, funcionando como verdadeiros elos na dinâmica da cidade.

A área de estudo configura-se como um espaço paradoxal de exclusão social e de oportunidades onde as esperanças dos menos favorecidos pelo sistema se materializam. No entanto, essa mesma área carrega consigo uma imagem estereotipada da violência, que, não sendo segredo, está latente em seu cotidiano. Isso a torna um espaço de risco social.

Além dos desafios sociais, também está exposta a riscos ambientais. As cheias dos igarapés, que atuam como uma divisão entre o asfalto e as "pontes" (como demonstrado anteriormente), exemplificam essa vulnerabilidade ambiental.

Focamos nossa atenção nas atividades econômicas em referência à maneira pela qual a apropriação de espaços públicos ocorre por parte do negócio em áreas de risco social e ambiental, uso que revela particularidades em relação aos conflitos a partir destas, porém esta área da cidade é um campo de lutas, revelando assim contradições entre o público e o privado, conflitos de interesses que revelarão como uma cidade é uma produção contínua e mediadora entre as relações de capital e trabalho, que se manifesta em suas vias.

Desta forma, entendemos que a apropriação das moradias por parte das diferentes manifestações dos negócios, ultrapassa a tentativa de gestão municipal. A concentração destes e o crescimento desmedido, em parte é gerada devido à pouca geração de empregos por parte das entidades estatais e a falta de garantias sociais, a flexibilidade laboral e a terceirização do mercado de trabalho.

Isso ressalta um dos principais paradoxos enfrentados pelos pequenos negócios em áreas de risco social: a burocracia e a exigência de formalização prévia como barreiras ao acesso a direitos e garantias sociais. Enquanto os empreendedores dessas áreas buscam consolidar seus negócios e gerar renda, muitas vezes encontram dificuldades em cumprir requisitos regulatórios

que priorizam a captação de capital e a formalização legal antes mesmo de oferecer condições para que prospere economicamente.

A falta de políticas públicas acessíveis para esse grupo de comerciantes acaba criando um ciclo de exclusão, onde muitos pequenos empreendedores operam na informalidade por necessidade, sem acesso a crédito, benefícios fiscais ou proteção trabalhista. Esse cenário reforça a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, que flexibilize a transição da informalidade para a formalidade, possibilitando que esses negócios cresçam antes de serem submetidos a exigências regulatórias muitas vezes incompatíveis com sua realidade.

Diante disso, políticas que incentivem a capacitação, acesso a microcrédito, redução da burocracia e apoio técnico podem ser alternativas eficazes para promover a inclusão social e econômica desses empreendedores, garantindo que a formalização seja um meio para o crescimento e não um obstáculo inicial.

O estudo ainda destaca a relevância de realizar novas pesquisas e estabelecer intervenções que ajudem a fortalecer os pequenos negócios na área de estudo, investir em capacitação e adotar políticas inclusivas, oferecer incentivos à inovação tecnológica pode ser um caminho promissor para assegurar que esses empreendimentos continuem desempenhando um papel fundamental no crescimento econômico e social das comunidades nas quais estão inseridos.

É a luta pelo direito ao uso do espaço por parte dos comerciantes, articulando a cidade como espaço de luta por direitos, que se estrutura espaços de micropoderes e micropolíticas, a partir da ação coletiva dos informais, que tornarão a cidade em espaços públicos e de trabalho, por isso, a organização e ação coletiva por estes é objetivo de limitação e contenção por representantes de ideologias do Estado.

A relação entre Estado, organizações sociais e comerciantes nessas áreas precisa ser fortalecida, pois atualmente ela não é cumprida em sua totalidade. A burocratização e a corrupção por parte de alguns líderes geraram desconfiança nos comerciantes, que se sentem menos inclinados a se integrar e, conseqüentemente, veem seu poder de pressão para defender seus interesses nesses espaços diminuídos.

Os locais de atuação dos comerciantes, sejam eles obtidos por meio de disputas, resistências ou autorizações, são muito mais do que apenas áreas de trabalho. Eles carregam um significado profundo, moldado pela vivência cotidiana de cada comerciante. No dia a dia, além de garantir o sustento, essas ocupações exigem habilidades que vão muito além da simples comercialização de produtos.

Dessa forma, as áreas de risco não apenas revelam os desafios impostos pela precariedade urbana, mas também evidenciam estratégias de resistência e reinvenção da vida econômica por parte dos moradores, que transformam essas localidades em espaços de sobrevivência, trabalho e pertencimento.

4 REFERÊNCIA

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. IBGE

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/43421-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2025> acesso em 16/05/2025

AGÊNCIA CENARIUM. AM registra terceira maior taxa de informalidade do país em 2024. Disponível em: <https://agenciacenarium.com.br/am-registra-terceira-maior-taxa-de-informalidade-do-pais-em-2024> acesso em 20/02/2025

ALEAM. **Favelização de Manaus é reflexo da falta de planejamento, aponta Roberto Cidade**. [S. l.], 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/favelizacao-de-manaus-e-reflexo-da-falta-de-planejamento-aponta-roberto-cidade> acesso em 14/02/2025

ANE. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações urbanas e a (re)produção das moradias populares em Manaus**: estudos no bairro do Coroado e loteamento Rio Piorini. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2260> acesso em 20/02/2025

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 dez. 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004

BRASIL. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 nov. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf Acesso em: 23 set. 2025.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**, Vol. I, A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. II, O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983. CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2ª Edição, 1999.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. World underneath: The origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren A. (Org.). **The informal economy: Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989. p. 11–37.

CASTRO, I., et al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e circulação: o espaço do ponto de vista da circulação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Lugar e consciência de lugar: elementos para uma geografia da existência**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ELDER. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2024.

EUNICE. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2024.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Concepção de conversas dialogadas**. Manaus, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

G1. Amazonas tem a terceira maior taxa de trabalhadores informais do país. **G1 Amazonas**, 29 mar. 2023. Disponível em:
<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/03/29/amazonas-tem-a-terceira-maior-taxa-de-trabalhadores-informais-do-pais.ghtml>

GARDNER, Howard. **A teoria na prática: as inteligências múltiplas e a educação**. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: <https://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/RIMA-REV-FINAL.pdf> acesso em 08/08/2025

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Journal of Business Venturing, 1985, v.1, p.47-60.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1973.

HELEN. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023.

IBGE. **Economia Informal Urbana** 1997. Rio de Janeiro, 1999.

IVO. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

JONAS. **Conversa dialogada com a autora das**. Manaus, 2023.

JOSE. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023.

L, J. A. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LAURA. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023.

LUANA. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2024.

LUCIA . **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2023

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991[1968].

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Sérgio Martins. 2. ed. São Paulo: Centauro, 1973. p. 210.

MANAUS. Lei Complementar n.º 002, de 23 de julho de 2014. Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus. Manaus: Prefeitura de Manaus, 2014. <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-manaus-am> cesso em 26.06.2024

MANOEL. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIETTO, M. L.; MACCARI, E. Estudos da Estratégia como Prática na perspectiva estruturacionista: exemplo de contribuição metodológica. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, v.14, n.1, 2015, p.90-107.

MENDES. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2023.

MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA. **Histórico do Zumbi dos Palmares.** [S.l.]: [s.n.], [s.d.].
Disponível <https://movimentodelutapelamoradiao.blogspot.com/acesoem02deagostode2024> .

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da justiça:** deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

OLIETE. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2023.

OLIVEIRA. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2023.

OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N. & CORREA, A.M. (orgs.) **O Brasil, a América Latina e o Mundo:** Espacialidades Contemporâneas II. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, ANPEGE, 2008, p.128-140.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Escritório Em Lisboa, 2005.
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Manaus
Disponível em: <https://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/RIMA-PROSAMIM.pdf> acesso em 20/02/2025

RIOS, A. J. (Coord.). **Campina Grande:** um centro comercial do Nordeste. Rio de Janeiro: SESC/SEPLAN, 1963. 93p.

RODRIGUES, Arlete Moysés (org.). **Estudos Urbanos.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 2011. (Coleção Ideias, n. 11).
ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia:** Ambiente e Planejamento. São Paulo: Contexto, 1995

SANA. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2024

SANTOS, A. L. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil:** impactos da crise no final do século XX. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana/Milton Santos** – 3. Ed. – São Paulo. Editora da universidade de São Paulo, 2008. 232 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido** - Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 11. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, A. C. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, João Carlos. **Economia informal e exclusão social**: faces da precariedade no trabalho. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital**: porque o capitalismo dá certo no Ocidente e fracassa no restante do mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: o “medo generalizado” e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O papel do Estado na produção da cidade**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 2, p. 37-45, 1991.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TERESA. **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2024.

VALDO . **Conversa dialogada com a autora**. Manaus, 2024.

ZIRA. **Conversa dialogada com a autora.** Manaus, 2023.

Zumbi dos Palmares (Manaus). Wikiaglomerados subnormaiss, [s.d.]. Disponível em:
[https://wikiaglomerados
subnormaiss.com.br/index.php/Zumbi dos Palmares \(Manaus\)](https://wikiaglomeradossubnormaiss.com.br/index.php/Zumbi_dos_Palmares_(Manaus))acessoem19/03/2025

.